



Teolinda Gersão

PAISAGEM

COM MULHER E MAR AO FUNDO

Romance

PUBLICAÇÕES DOM QUINOTE



DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS:

HISTÓRIA & LITERATURA









FRANCISCO DAS NEVES ALVES LUCIANA COUTINHO GEPIAK

DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: HISTÓRIA & LITERATURA





Conselho Editorial

Alvaro Santos Simões Junior (Universidade Estadual Paulista – Assis)

António Ventura (Universidade de Lisboa)

Beatriz Weigert (Universidade de Évora)

Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Ernesto Rodrigues (CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Francisco Topa (Universidade do Porto)

Gilda Santos (Real Gabinete Português de Leitura)

Isabel Lousada (Universidade Nova de Lisboa)

Isabel Lustosa (Fundação Casa de Rui Barbosa)

João Relvão Caetano (Cátedra Infante Dom Henrique – CIDH)

José Eduardo Franco (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa)

Maria Aparecida Ribeiro (Universidade de Coimbra)

Maria Cristina Firmino Santos (Universidade de Évora)

Maria Eunice Moreira (PUCRS)

Tania Regina de Luca (UNESP)

Vania Pinheiro Chaves (CIDH e CLEPUL – Universidade de Lisboa) Virgínia Camilotti (UNIMEP)

Francisco das Neves Alves Luciana Coutinho Gepiak

DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: HISTÓRIA & LITERATURA



- 92 -









Lisboa / Rio Grande 2024 Ficha Técnica

Título: Dois estudos sobre o Estado Novo português: História & Literatura

Autores: Francisco das Neves Alves e Luciana Coutinho Gepiak

Coleção Documentos, 92

Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira

Capa: *Diário de Notícias*, 15 nov. 1937; *O Século*, 2 abr. 1964; e capa do livro *Paisagem com mulher e mar ao fundo*

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande, Setembro de 2024

ISBN - 978-65-89557-95-1

Os autores:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de duzentos livros.

Luciana Coutinho Gepiak é doutora em Letras pela FURG (2022), mestre em Letras pela FURG (2017), Especialista em Rio Grande do Sul: sociedade, política e cultura pela FURG (2014), Especialista em Literatura Brasileira Contemporânea pela UFPEL (2003) e graduada em Letras - Português pela FURG (2000). É autora dos livros: Do jovem poeta no Parthenon Literário ao místico Barão de Ergonte: dois estudos de caso sobre o escritor gaúcho Múcio Teixeira; Líricas satíricas: o texto poético nas páginas da Comédia Social, Imprensa e escrita feminina: Revocata Heloísa de Melo e o periodismo sul-rio-grandense e Escrita feminina no Brasil Meridional: Revocata Heloísa de Melo - reconhecimento e produção bibliográfica. Participou de três coautorias. É responsável pelo Setor de Literatura, vinculado à Secretaria de Município da Cultura, Esporte e Economia Criativa, da Prefeitura Municipal do Rio Grande.

APRESENTAÇÃO

O Estado Novo português constituiu um modelo autoritário e concentrador de poderes que dominou a nação lusa por décadas, sufocando-a com amplas restrições à sociedade, como foi o caso da plena coerção à liberdade de expressão. Desse modo, o regime autoritário lusitano não hesitava em reprimir severamente todo o esboço de resistência¹, insistindo em manter-se impermeável à "histeria política" mundial² e sustentando-se na empreitada da conservação de seus princípios básicos francamente contrários aos modelos liberais, democráticos e comunistas³. O Estado Novo instituiu um complexo mecanismo de controle político, que passava não apenas por meios repressivos – como aniquilamento das liberdades públicas, banimento dos partidos políticos e da oposição organizada, polícia política, tribunais especiais, medidas de segurança policiais e prisões especiais – mas também pela institucionalização do monopólio do acesso aos cargos e funções públicas e pela depuração política do aparelho do Estado⁴.

Os dirigentes de tal regime, desde cedo, se aperceberam da importância de disciplinar a circulação dos discursos, de modo que a questão foi logo circunscrita à esfera do político, materializando-se em uma sucessão de medidas tendentes a assegurar o efetivo controle governamental da expressão

¹ MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974).* Lisboa: Círculo do Livro, 1994. v. 7. p. 541.

² GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *O Estado Novo de Salazar*. Alfragide: Texto Editores, 2010. p. 90.

³ TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, Salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (org.). *História de Portugal.* Bauru: EDUSC; São Paulo: UNESP; Lisboa: Instituto Camões, 2000. p. 318.

⁴ MEDINA, João (dir.). *História de Portugal*. Barcelona: Clube Internacional do Livro, 1995. p. 175.

escrita, privilegiado meio de expressão das oposições⁵. Nesse quadro, a censura teve um âmbito de atuação muito alargado, vigiando de perto toda manifestação que pusesse em causa os princípios do Estado Novo e da sua ideologia única, em uma conjuntura pela qual a atividade censória sabia o que fazia e colocava-se em posição político-cultural própria de um regime que não queria infiltrações de qualquer espécie⁶.

Assim, o controle governamental da circulação do discurso, maioritariamente concretizado por meio do instrumento da censura prévia, foi uma prática que se manteve ativa desde o alvorecer até a queda do Estado Novo⁷. De acordo com tal perspectiva, havia uma repressão generalizada, com a supressão, na prática, das liberdades fundamentais e coercitivo controle de parte das autoridades públicas, bem como a atuação da censura em largo espectro⁸. Além da censura e da coerção, dava-se também uma outra linha estratégica do poder, de modo que a tentativa de influenciar a opinião pública não se faria apenas pela ocultação da informação, mas, já em um plano superior de manipulação, pela veiculação das posições governamentais sobre

_

⁵ SERRÃO, Joel & OLIVEIRA MARQUES, A. H. de (dirs.). *Nova História de Portugal – Portugal e o Estado Novo (1930-1960).* Lisboa: Presença, 1992. v. 12. p. 439.

⁶ TORGAL, Luís Reis. *Estados Novos, Estado Novo: ensaios de História Política e Cultural.* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2009. p. 402.

⁷ ROSAS, Fernando & BRITO, J. M. Brandão de (dirs.). *Dicionário de História do Estado Novo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996. v. 1. p. 139-140.

⁸ MARTINS, Manuel Gonçalves. *O Estado Novo e a oposição (1933-1974).* Sintra: Pedro Ferreira – Editor, 2000. p. 48-52.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

determinados acontecimentos⁹. Nesse contexto, não havia espaço para opiniões e jornais que se opusessem ao regime, pois os que não o acataram foram pura e simplesmente silenciados¹⁰. Este livro apresenta dois estudos de caso, um de fundo histórico e outro literário, que representam a ação desse Estado coercitivo que dominou a vida portuguesa.

.

⁹ TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva Coimbra, 2006. p. 57.

¹⁰ LEMOS, Mario Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário.* Coimbra: Ariadne Editora / CEIS20, 2006. p. 69.

ÍNDICE

A imprensa portuguesa submetida à ditadura e as repercussões sobre a implantação de dois modelos autoritários no Brasil: breves estudos de caso (1937 e 1964) / 13

Francisco das Neves Alves

Literatura, História e memória: interfaces na obra *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão / 153 Luciana Coutinho Gepiak

A IMPRENSA PORTUGUESA
SUBMETIDA À DITADURA E AS
REPERCUSSÕES SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DE DOIS MODELOS
AUTORITÁRIOS NO BRASIL:
BREVES ESTUDOS DE CASO
(1937 E 1964)

Francisco das Neves Alves

Apesar de constituírem dois países com um Atlântico inteiro a separarlhes, Brasil e Portugal mantiveram, ao longo da maior parte de suas existências, uma íntima proximidade. As fortes inter-relações entre essas duas nações prendem-se às profundas e tradicionais raízes históricas que unem ambos os países desde a época colonial. Essas seculares relações estenderam-se bem além da própria emancipação política brasileira, tendo períodos cíclicos de aproximação, afastamento e até ruptura, predominando uma tendência mais harmônica entre as duas nações. Após a independência, a perspectiva predominante era a de rompimento, mas logo falaram mais alto os laços em comum, mormente no que tange à forma de governo e à dinastia reinante, além da formação de uma vasta colônia de população de origem lusa em território brasileiro. A transição para a nova forma de governo no Brasil e as várias crises daí advindas traria um clima de desacertos entre a jovem República e o monárquico Estado luso, resultando, inclusive, no fechamento das interfaces diplomáticas. Tal situação de certo antagonismo seria vencida paulatinamente, com fatores de reaproximação como o reatamento diplomático, a arbitragem lusitana na questão anglo-brasileira em torno da posse da Ilha da Trindade e das comemorações do quarto centenário do descobrimento do Brasil, culminando com a implantação da República Portuguesa, colocando os dois países sob a égide da mesma forma de governo. A partir de então, ambas nações passariam por períodos de predomínio de modelos liberal-democráticos e/ou autoritários, como o foram, no Brasil, o Estado Novo, a República Populista e os Governos Militares e, em Portugal, a I República, o Estado Novo e a redemocratização.

Essas perenes relações, constantes interfaces e pontos de intersecção ou refratários no que tange a formas, sistemas e regimes de governo constituíram fatores essenciais que fomentaram um constante interesse de cada país na realidade vivenciada pelo outro, havendo, normalmente, uma mútua abordagem em termos de práticas jornalísticas. Nesse sentido, as transformações e processos históricos pelos quais o Brasil perpassou encontraram um extraordinário eco junto à imprensa portuguesa, de modo que muitas das ocorrências do outro lado do oceano serviam de mote e até mesmo pautavam os jornais lusitanos. Tal processo ocorreu também por ocasião da implantação de regimes autoritários no Brasil em 1937 e 1964, tema amplamente divulgado pelo periodismo lusitano. O contexto histórico luso era de predomínio de um modelo ditatorial nos últimos decênios, de modo que os representantes do jornalismo tinham de estar alinhados com o Estado Novo ou, ao menos, submeterem-se aos seus desígnios e ao controle discursivo calcado na censura e na coerção governamental.

Dessa maneira os reflexos dos acontecimentos brasileiros no seio do periodismo luso levaram a uma construção discursiva específica acerca dos períodos de novembro de 1937 e entre março e abril de 1964, época marcada por passagens ao autoritarismo no Brasil, refletindo a contento a conjuntura histórica vivida por Portugal. Assim, este estudo busca analisar as repercussões dos dois golpes de Estado perpetrados no Brasil nas décadas de 1930 e 1960, realizando breves estudos de caso que levam em conta alguns dos representantes da imprensa portuguesa. Nesse sentido, para os fenômenos de

1937 é abordado um periódico diário lisbonense e, para os de 1964, são estudadas três publicações diárias, duas portuenses e uma lisbonense. Assim são apresentados os impactos dos acontecimentos no Brasil em quatro tradicionais jornais portugueses, todos surgidos no século XIX, com um período de aproximadamente sete décadas a mais de uma centúria de circulação, os quais mostraram em suas páginas aqueles conturbados períodos da formação brasileira.

Em linhas gerais, o enfoque se dá em relação aos primeiros dias que se seguiram ao golpe que instaurou o Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937, e ao período de um mês, iniciado com a grande manifestação popular de 13 de março de 1964, passando pela efetivação do golpe e chegando até a consolidação dos militares no poder, já em meados do mês seguinte. De acordo com tal recorte cronológico, cada periódico é estudado no conjunto de sua construção discursiva entabulada acerca do delicado momento político vivido pelo Brasil. Na abordagem da imprensa, uma interpretação do discurso procura explicar e interpretar os modos como as estruturas discursivas resultam de escolhas contextualizadas de cariz social, político, cultural e ideológico explicitando quer as representações ideacionais dos produtores textuais, quer as relações e as identidades de produtores e consumidores textuais.

¹¹ PEDRO, Emília Ribeiro. O discurso dos e nos *media*. In: PEDRO, Emília Ribeiro (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1998. p. 293.

A implantação do Estado Novo em 1937

O grupo que chegou ao poder em 1930 manteve desde então a execução de um projeto de continuidade no poder. Tal plano ganharia força a partir do espocar das revoltas comunistas do final de 1935, as quais foram utilizadas pelos governistas para promover e manter o Estado de exceção, em nome do combate ao propalado "perigo vermelho", estabelecendo-se a partir de então um caminho sem volta em direção à consolidação do modelo autoritário, com a culminância em novembro de 1937, através da instalação do Estado Novo. Em tal ano, desencadeou-se uma campanha eleitoral para o pleito presidencial, mas, ao mesmo tempo, acontecia uma trama política urdida no sentido de romper com os rumos institucionais e perpetrar um golpe de Estado. Desse modo, os caminhos para o autoritarismo tornavam-se cada vez mais evidentes, com o Presidente da República preparando um "golpe preventivo". De acordo com tal perspectiva, os braços armados da tendência golpista eram os militares e a denominada "ameaça comunista" foi utilizada pelo governo para decretar o Estado de guerra, e a ela eram acrescidas a alegada fragueza do Congresso e a violência verbal da campanha eleitoral. Nesse quadro, o verdadeiro objetivo de Getúlio Vargas era adiar a realização das eleições para presidente, querendo permanecer no poder, ainda que por um golpe. Diante disso, os militares apoiavam os planos de Vargas, pois não acreditavam que um governo constitucional fosse capaz de afastar a "ameaça comunista" 12.

A fermentação golpista permaneceu em frança atuação ao longo de 1937 e o desfecho em direção ao golpe parecia cada vez mais concreto. Diante de tal contingência, a candidatura oposicionista nas eleições presidenciais chegou a apelar aos comandantes das forças armadas que garantissem os rumos institucionais perante o processo eleitoral, impedindo a ruptura. Mesmo assim, os chefes militares optaram pelo golpe e os detentores do poder mantinham seu projeto de perpetuação no controle do aparelho do Estado. Uma das grandes peculiaridades do golpe que levou à implementação do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, foi o seu minucioso planejamento. Dessa maneira, em tal data tudo já estava pronto, ficando estabelecidas as articulações para a efetivação do ato em termos de poder civil e militar, passando a funcionar o aparelho repressivo e censório e instituindo-se uma nova constituição caracterizada pelo autoritarismo e pela concentração/centralização políticoadministrativa. A partir de então, o fascismo em ascensão em várias partes do mundo, vinha de lance em lance e chegava ao Brasil, apesar da afirmação governamental de que a ditadura se destinava a "salvar a democracia" 13.

-

¹² LOPEZ, Adriana & MOTA, Carlos Guilherme. *História do Brasil: uma interpretação.* São Paulo: SENAC/São Paulo, 2008. p. 684.

¹³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Do tenentismo ao Estado Novo: memórias de um soldado.* 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 160.

Dentre as "soluções" propostas pela ditadura estava o controle social através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem, levando em conta vários modelos europeus em voga à época. Havia no Estado Novo uma crítica à liberal-democracia e a proposta de organização de um Estado forte e autoritário, voltado a gerar as mudanças consideradas necessárias para promover o progresso dentro da ordem. Tal mudança política produziu um redimensionamento do conceito de democracia, norteada por uma concepção particular de representação política e de cidadania. Houve também uma revisão do papel do Estado com a proposta da ação do líder em relação às massas e a apresentação de uma nova forma de identidade nacional: a identidade nacional coletiva. Nessa estrutura, além da busca de apoio, a integração política das massas visava ao seu controle em novas bases¹⁴.

Desse modo, o Estado Novo implantou no Brasil um antiliberalismo doutrinário, alardeando a falência dos regimes democráticos no mundo. Nessa linha, a instalação da ditadura representou a vitória da corrente autoritária enquanto forma de viabilizar o desenvolvimento capitalista no Brasil, a qual aparecia associada a rígidas formas de controle social. Para tanto, substituía-se a ideia do conflito pela da harmonia social e da conjugação de esforços, enquanto o progresso do país era identificado com o desenvolvimento da

¹⁴ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo – Segunda República (1930-1945)*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020. p. 103-105.

indústria e um suposto consequente bem-estar social. Argumentavam os governantes que o progresso social só poderia ser atingido através da preservação da ordem, a qual só seria viabilizada por meio de um governo autoritário. Assim, o encadeamento destas ideias, desenvolvidas em torno de uma matriz nacionalista, serviria para justificar a ditadura e consagrava a meta do desenvolvimento industrial como o novo caminho para o capitalismo brasileiro¹⁵.

O ponto essencial em que Getúlio Vargas e seu grupo buscaram ampararse para justificar a atitude golpista era o "perigo vermelho". O combate ao ideário comunista foi o carro-chefe que levou a uma crescente aglutinação de forças em torno de instituir o autoritarismo. Desde os movimentos de 1935, o governo vinha aprimorando o projeto de concentração de poderes, com a instituição do Estado de exceção. O hipotético projeto comunista para dominar o país conhecido como Plano Cohen foi outra artimanha governamental utilizada para legitimar seus atos, aparecendo a instauração do Estado Novo, segundo tal concepção, como um anteparo anticomunista. De acordo com essa versão, o comunismo, cuja existência prática já datava em duas décadas, depois da Revolução Russa, constituía um risco para as instituições nacionais, trazendo consigo uma suposta total destruição do país.

Ao longo dos anos que antecederam o novembro de 1937, o grupo que controlava o poder no Brasil manobrou o Congresso pra obter uma legislação

¹⁵ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O Brasil contemporâneo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1991. p. 49-50.

repressora contra a esquerda, de modo que contou com o apoio do próprio Legislativo na caminhada em direção ao golpe. O Presidente da República, por sua vez, desde 1934 já era homem determinado, com programa a seguir, fazendo-o com obstinação, uma vez que a campanha sucessória de 1937 é por ele escamoteada até que perpetrasse a ruptura institucional. Nesse sentido, fez com que a sucessão presidencial não pudesse caminhar, já que a candidatura dita oficial era torpedeada em suas bases; a integralista, tal como Vargas, não gostava de eleições; e a oposicionista não dispunha de força para lutar só¹⁶. Os detentores do poder tinham preparado cuidadosamente o caminho e chegaram à plenitude de seu planejamento de cunho autoritário e centralista, com a instauração do Estado Novo¹⁷.

O surgimento do Estado Novo foi imediatamente noticiado junto à imprensa portuguesa. Um dos representantes do jornalismo luso que trouxe informes/opiniões acerca da mudança política no Brasil foi o *Diário de Notícias*. Tal periódico representou um verdadeiro divisor de águas na formação histórica do jornalismo português. Desde sua origem, ele foi um dos mais importantes jornais lusos de modelo noticioso. Seu programa foi editado ao final de 1864 e o primeiro número passou a circular em Lisboa, a 1º de janeiro do ano seguinte¹⁸ e,

¹⁶ IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 248.

¹⁷ Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à História do Brasil – da Crise dos anos 20 ao Estado Novo: breve abordagem documental.* Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2021. p. 214-265.

¹⁸ RAFAEL, Gina Guedes & SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portugueses do século XIX.* Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001. v. 1. p. 252.

em seguida, se afirmaria como um dos mais relevantes periódicos lusitanos. Sua lógica de produção levava em conta que, se a tiragem aumentasse, as despesas gerais conservavam-se sensivelmente as mesmas e, portanto, o preço de custo de cada exemplar seria menos elevado, de modo que, com maior tiragem haveria mais anúncios que poderiam render mais. Dessa maneira, para auferir maiores lucros, bastaria baixar o preço e dirigi-lo a uma mais vasta camada de leitores, não como um jornal de opinião, mas meramente noticioso. Seus avanços na prática jornalística voltaram-se também à questão da venda e distribuição, estabelecendo um contingente sempre crescente de vendedores ambulantes, atividade facilitada pelo preço acessível do exemplar. Além disso, houve também um incremento na quantidade de anúncios editados pelo Diário, fenômeno igualmente essencial à estruturação financeira da empresa jornalística, uma vez que era normalmente à publicidade que competia cobrir uma parte ou a totalidade dos custos da produção do jornal. Outra marca registrada da publicação foi o crescimento vertiginoso de suas tiragens, com o aprimoramento tecnológico em sua produção, lançando-se mão de máquinas rotativas cada vez mais evoluídas e com maior capacidade de impressão, bem como sua tipografia foi a primeira no contexto luso a utilizar-se das máquinas de compor. Tais práticas empresariais serviriam de modelo a um grande número de periódicos que surgiriam no contexto luso, de modo que o *Diário* viria a figurar entre os jornais mais antigos e de maior prestígio em Portugal¹⁹.

_

¹⁹ TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa.* 2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1989. p. 213, 215, 221, 222, 225-229, 231 e 234.

No lançamento do periódico, a redação afirmava que promovera tal publicação convencida da sua necessidade e utilidade, pois visava a um único fim - interessar a todas as classes, ser acessível a todas as bolsas, e compreensível a todas as inteligências. Declarava também que o seu próprio título dizia o que seria, ou seja, uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países, e de todas as especialidades. Pretendia ser um noticiário universal, em estilo fácil, e com a maior concisão, informando o leitor de todas as ocorrências interessantes, assim de Portugal como das demais nações, reproduzindo, à última hora todas as novidades políticas, científicas, artísticas literárias, comerciais, industriais, agrícolas, criminais e estatísticas. Anunciava que eliminaria o artigo de fundo, não discutindo política, nem sustentando polêmica, apenas registrando com a possível verdade todos os acontecimentos, deixando ao leitor que comentasse ao seu sabor, quaisquer que fossem os seus princípios e opiniões²⁰. Já no primeiro número em circulação, o Diário de Notícias destacava que tivera uma boa aceitação de parte do público, o que estaria a demonstrar que se em Portugal não se lia comparativamente tanto como em outras nações, era pelo motivo de que não havia publicações baratas, e ao alcance de todas as bolsas, e não porque os seus concidadãos fossem menos ilustrados²¹.

²⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 29 dez. 1864. N. programa. p. 1.

²¹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 1º jan. 1865. A. 1. N. 1. p. 1.



A partir do lançamento, o *Diário de Notícias* se afirmaria constantemente vindo a constituir-se em um dos mais antigos diários da imprensa portuguesa, sendo considerado o precursor do jornalismo moderno no país. Já ao surgir, operou uma verdadeira revolução no panorama jornalístico nacional, pois era um jornal popular em termos de preço, de estilo ao alcance de todos, essencialmente noticioso e sem filiação partidária. Seu espantoso êxito, que cresceria exponencialmente, derivava da combinação do baixo preço e da aparente "independência" perante as correntes políticas, com os avanços tecnológicos e as elevadas tiragens, reduzindo o custo unitário da produção e os rendimentos com a publicidade, além de aprimorar os modelos de distribuição. A "objetividade" e a "imparcialidade" com que se iniciou e pretendeu apresentar ao longo da sua existência, na verdade camuflavam habitualmente uma posição conservadora de apoio ao poder estabelecido. Já durante o Estado Novo, sua redação migrou para o campo do salazarismo, transformando-se o jornal em órgão oficioso do regime²². Tal posicionamento refletiria as reações do *Diário* diante dos acontecimentos no Brasil em novembro de 1937.

_

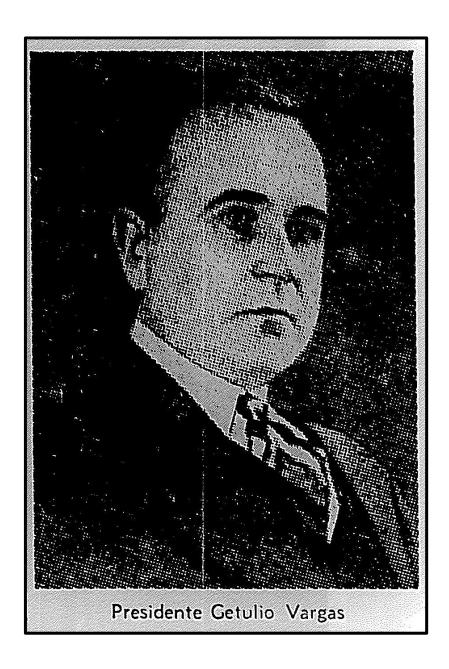
²² TENGARRINHA, José. *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: Edições Minerva

Acerca da "política brasileira", o periódico lisbonense se concentrava na figura presidencial, noticiando que "Getúlio Vargas promulgou uma nova constituição", além de dissolver "o Congresso Federal e as Assembleias Legislativas dos Estados". O jornal apontava para a "falta de pormenores acerca dos motivos da decisão, que surpreendeu por completo o mercado", fazendo com que houvesse "extrema reserva nos comentários". Conjeturava que "a medida visa a dar ao Presidente Vargas poderes ditatoriais que lhe permitirão proceder às reformas administrativas que ele deseja", além de supor que "a nova situação permitirá que o Presidente governe por meio de decretos e tome, sem demora, as medidas que julgue úteis". Destacava que fora "principalmente a promulgação da nova constituição que causou maior surpresa, pois revela que o fato foi longa e maduramente preparado"²³.

GETULIO VARGAS PROMULGOU uma nova Constituição e dissolveu o Congresso Federal e as Assembleias legislativas dos Estados

Coimbra, 2006. p. 214.

²³ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 11 nov. 1937. A. 73. N. 25.779. p. 1.



Na edição seguinte, o *Diário de Notícias* apresentava em manchete que "Vargas domina por completo a situação com o apoio do Exército e da Armada", bem como destacava que "a ordem está assegurada em todo o país e as autoridades tomam medidas enérgicas para reprimir os manejos dos extremistas", havendo o apoio da ampla maioria dos governadores ao ato presidencial. Além de divulgar fotografias de várias personalidades políticas brasileiras, apontava para as "prisões e medidas de precaução" tomadas pelos governistas, referia-se à preparação de um plebiscito para demarcar ou não a aceitação do novo regime e trazia as repercussões do acontecimento na imprensa internacional²⁴. O diário lisbonense trazia editorial cujo conteúdo se concentrava na justificativa do Estado Novo no Brasil, como uma reação contra o "comunismo":

Que se passa no Brasil? As notícias que chegam à nossa redação, de variada origem e por diferentes vias, não permitem, por agora, que possamos descortinar com inteira nitidez toda a amplitude, caráter e transcendência dos acontecimentos desenrolados de anteontem para ontem na capital da República irmã.

No entanto, pode crer-se como certo que um golpe de Estado, apoiado pelo Exército e Marinha, instituiu nos Estados Unidos do Brasil um regime político que se propõe a ser forte e de características republicanas e corporativistas.

Embora o não esperássemos, devemos dizer que este fato não nos surpreende. O *Komintern*, e isto vale o mesmo que dizer o governo de Moscou, vem de há muito a procurar intensivamente minar toda a América do Sul, em ordem a transformá-la numa gigantesca obra comunista.

(...) as terras de Santa Cruz, devido a circunstâncias particulares, tem constituído o principal campo de ação comunista. E compreende-se facilmente. É

²⁴ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 12 nov. 1937. A. 73. N. 25.780. p. 1 e 6.

que conseguindo Moscou apoderar-se da Península Ibérica e do governo do Brasil do mesmo passo se assenhoraria do Atlântico, e o domínio do mundo ficar-lhe-ia assim prometido para breve. (...) O regime acentuadamente demo-liberal e parlamentarista de que, não obstante o movimento de 1930, a nação brasileira não se libertou; as lutas, ambições, despeitos e rivalidades dos políticos e, além disso, certa benevolência das autoridades, ajudaram ao resto. Num período relativamente curto o governo brasileiro teve de sufocar violentamente duas revoluções extremistas. (...)

Ultimamente, a despeito da repressão exercida, a eleição presidencial, com as suas campanhas, os seus incidentes e as inevitáveis decepções, veio dar novos e perigosos alentos à conjura extremista. Já no tribunal especial criado para julgamento dos agentes da revolta "vermelha" se vira os acusados apresentarem-se erguendo arrogantemente o punho cerrado. Enfim, anteviam-se novas e mais graves perturbações. Ao mesmo tempo, a situação econômica do Brasil, em agudeza crescente, exige a ordem, disciplina e tranquilidade, sem as quais tarde ou nunca se resolverão os problemas de que depende o futuro da grande República sul-americana.

São estas as condições em que surge a notícias sensacional de que o Presidente Getúlio Vargas se decidiu a um golpe com o qual, sem dúvida, aspira a servir utilmente à sua pátria. Ligado ao Brasil pelos mais íntimos e fraternos laços, Portugal só deseja que se lhe depare o caminho duma definitiva prosperidade, e esses são os seus votos.

Nesse sentido informam determinados telegramas que Getúlio Vargas se aclamou ditador vitalício. Não o cremos, e para tanto basta constar das bases da nova constituição, já oficialmente divulgadas, que o mandato presidencial será de seis anos. (...).

E quanto à influência fascista, com que neste momento certos países demoliberais e, sobretudo, a imprensa francesa "vermelha", a avermelhada e a apavorada, já começam a fazer grande alarido, há apenas que os mesmos males aconselham por toda a part5e o emprego dos mesmos remédios.

Assim o glorioso Brasil tenha sabido encontrar nesta conjuntura grave para o seu futuro aqueles que mais lhe convém. 25

_

²⁵ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 12 nov. 1937. A. 73. N. 25.780. p. 1.

O GOLPE DE ESTADO NO BRASIL

GETULIO VÁRGAS DOMINA POR COMPLETO A SITUAÇÃO

com o apoio do Exercito e da Armada

A ordem está assegurada em todo o país e as autoridades tomaram medidas energicas para reprimir os manejos dos extremistas

Os governadores de todos os Estados, com excepção dos de Pernambuco e Baía, secundam o Presidente da Republica



Gaspar Dutra, ministro da Guerra e o general Daltro, que substituiu Flores da Cunha no cargo de governador do Rio Grande do Sul

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK



Artur Bernardes e Octavio Mangabeira

DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: HISTÓRIA & LITERATURA





FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK







A respeito da "evolução política" do Brasil, o *Diário de Notícias* explicava que "pessoas íntimas do Dr. Getúlio Vargas, ante os boatos de que o presidente se propunha a permanecer indefinidamente no poder", teriam tornado "público que logo que o novo estado de coisas tenha restituído a normalidade ao país se realizará o plebiscito nacional para a aprovação da constituição". No mesmo sentido, enfatizava que "os jornais explicam o ato do presidente", ao dizer "que era preciso por dique forte à ameaça bolchevista", além de "criar um Estado forte, um governo responsável e decidido a enfrentar e resolver os grandes problemas nacionais". O ato que criou o Estado Novo seria também justificado

para "adaptar o regime político às modernas condições e necessidades econômicas, defender o trabalho, impedir o caos que a confusão política deixava entreter, resistir à pressão interna e externa das doutrinas dissolventes", e "tudo isso sem atingir a essência democrática, representativa e federal da República". O jornal ainda se referia: às providências para "a organização da luta contra o comunismo" e ao "espírito da nova constituição brasileira". Também demarcava que estaria provada "a existência de uma vasta conjura comunista no norte" do Brasil, apontando que o Estado de Pernambuco teria se tornado o "maior centro comunista da América do Sul", havendo também referências aos contatos diplomáticas de parte do Estado Brasileiro e mais repercussões dos episódios brasileiros no jornalismo internacional²⁶.

Trazendo em sua capa um registro fotográfico da época da Revolução de 1930, com a presença de alguns de seus líderes, uma outra edição do *Diário de Notícias* teve por pauta um testemunho acerca das medidas econômicas adotadas pelo novo governo brasileiro. O jornal voltava a se referir aos "acontecimentos no Brasil" e à "situação política" do país sul-americano, chegando a defender que "o Exército não exerceu qualquer pressão na marcha dos acontecimentos e limitou-se a assegurar a ordem pública" e noticiava "a recomposição do governo e a execução das novas disposições constitucionais". Na concepção da publicação lisboeta, "a ordem será mantida inflexivelmente", sem que fosse preciso "recorrer à força, pois o Brasil abraçou com entusiasmo o

²⁶ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 13 nov. 1937. A. 73. N. 25.781. p. 1 e 5.

regime instituído no dia 10 pelo chefe do Estado, num ato em que foi ao encontro dos interesses nacionais"²⁷.



²⁷ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 14 nov. 1937. A. 73. N. 25.782. p. 1 e 6.

O registro fotográfico de Vargas proferindo o discurso de inauguração do Estado Novo estampava a primeira página do *Diário de Notícias*, cuja manchete era uma fala do presidente brasileiro, declarando que "o novo regime não é fascista nem integralista: é brasileiro", além de trazer um tópico sobre a questão da dívida externa do Brasil. Segundo o jornal, Portugal seguia "com natural ansiedade o curso dos acontecimentos no Brasil, desejando ardentemente que a nova forma política adotada — cuja ideologia parece ter muitos pontos de contato com a que em Portugal", estando "sob a égide do estadista excepcional que é Oliveira Salazar", teria sido conseguida "a reconstrução financeira e econômica e o revigoramento do crédito nacional, hoje incontestado —, que serviria também para que Getúlio Vargas pudesse igualmente "consolidar a sua obra". Nesse sentido o diário lisbonense manifestava sua "maior confiança" na "tenacidade" do governo brasileiro "na execução do seu alto programa"²⁸.

²⁸ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 15 nov. 1937. A. 73. N. 25.783. p. 1 e 5.

OS ACONTECIMENTOS NO BRASIL

O NOVO REGIME NÃO É FASCISTA NEM INTEGRALISTA: É BRASILEIRO

afirmou o Presidente Getulio Vargas

A questão dos juros e amortização da Divida Externa vai merecer a atenção imediata do Governo Federal, que procurará satisfazer na medida do possivel as reivindicações dos crêdores



O Presidente Getulio Vargas lendo o seu discurso ao microfone da Emissora Nacional do Rio de Janeiro

Observando o contexto internacional, o periódico português apresentava o editorial "Contra a ameaça comunista", no qual se referia àquilo que considerava como resistências ao avanço do regime que criticava, estando o Brasil estadonovista incluso em tal processo. Nesse sentido, se referia à "perigosa amplitude dos objetivos moscovitas", que pretendiam "uma subversão geral", em um quadro pelo qual "o mito da *guerra de classes* serve para levar a todas as sociedades modernas o fermento de instabilidade, de fratricídio e de desordem". Diante disso, citava o crescimento do "número de Estados que se libertam do fatal império desse mito que procuram na harmonia restauradora das soluções corporativas a necessária e benéfica aliança do capital e do trabalho, integrados na finalidade superior do bem comum". Ao mesmo tempo, apontava que nos lugares onde houvesse "ainda flutuação, crise, desequilíbrio, fraqueza dos governos" e mal-estar social", conseguia "a venenosa propaganda marxista manter os seus focos de agitação revolucionária". Desse modo, a publicação lisboeta ressaltava que, "em toda parte em que se ergueu, na hora própria, uma sólida barreira, o comunismo foi rápida e completamente vencido e não pode sequer tentar levantar de novo a cabeça". Ao final, sugeria um esforço internacional para barrar a "ostensiva soviética", com a formação de uma "contraofensiva necessária dos países conscientes e fortes, decididos a salvar, no presente, a paz universal e a garantir para o futuro, o livre desenvolvimento da autêntica civilização humana". Especificamente sobre o Brasil, o diário

abordava a questão da dívida externa²⁹, tema pormenorizado no editorial da edição seguinte³⁰.

Assim, o *Diário de Notícias* trouxe ao seu público leitor material informativo e opinativo acerca da mudança institucional ocorrida no Brasil em novembro de 1937, estando suas matérias bem delimitadas a partir da cooptação/controle exercida pela ditadura portuguesa para com a imprensa. Apesar de alguma incerteza inicial quanto aos acontecimentos no Brasil, em seguida o periódico colocou-se ao lado do golpe perpetrado no contexto brasileiro. Segundo o jornal, o novo modelo autoritário daria as condições para que Vargas tomasse as medidas por seu grupo consideradas como necessárias, governando por meio de decretos, além de elogiar o planejamento do ato ditatorial, considerando-o "maduramente preparado". O regime brasileiro era descrito como "forte e de características republicanas e corporativistas", estando, portanto, pronto a integrar o "esforço internacional de combate ao comunismo, cerne da abordagem da folha portuguesa. Desse modo o *Diário* aplaudiu a instalação do Estado Novo no Brasil, ainda mais por encontrar no mesmo várias identidades com o homônimo regime vigente em Portugal.

²⁹ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 17 nov. 1937. A. 73. N. 25.785. p. 1.

³⁰ DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lisboa, 18 nov. 1937. A. 73. N. 25.786. p. 1-2.

A instalação da ditadura em 1964

Um dos períodos mais agitados da formação histórica brasileira foi aquele entre 1946 e 1964, conhecido como República Populista. O modelo predominante foi o populismo, prática política em que há uma interação/aproximação do político com as massas populares, ou ao menos com alguns de seus anseios. No Brasil, foram exercidas diferenciadas práticas populistas, como o populismo trabalhista de Getúlio Vargas, que voltaria ao poder, eleito diretamente, no início dos anos cinquenta; o populismo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, que ocupou a presidência na segunda metade da década de cinquenta; e o populismo moralista de Jânio Quadros, durante sete meses, no início dos anos sessenta. Foram vários os modelos populistas, mas todos com resultados eleitorais expressivos, de modo que o populismo tornou-se imbatível nas eleições presidenciais do período.

A partir de tal eficácia eleitoral do populismo, foi gerada uma significativa força antipopulista que, sem sucesso nas urnas, buscava outros meios para chegar ao poder. Tais frentes contrárias ao populismo lançaram mão de vários artifícios, notadamente insuflando um espírito golpista contra as instituições vigentes. Em suas pretensões, esses grupos intentaram amplamente utilizar-se do apoio dos militares, não é para menos que os candidatos presidenciais que representavam as forças antipopulistas, derrotados nas eleições, foram representantes do setor castrense.

A cada eleição vencida pelo populismo, correspondia uma reação de seus opositores, buscando deslegitimar o resultado das urnas e gerando um clima de instabilidade política. Vargas para retornar ao poder, teve de consultar os militares se aceitariam sua candidatura, sua vitória eleitoral e cada passo de seu governo foram fortemente contestados pela oposição, gerando uma crise final que, na iminência de ser apeado do poder, inclusive pelos militares, optou pelo suicídio. A eleição de Juscelino Kubitschek foi também fortemente contestada e, para manter a estabilidade durante seu período de governo, o presidente teve de manter vários acertos com o setor militar. Outro momento de grande instabilidade deu-se com a renúncia de Jânio Quadros, quando houve forte resistência nos meios civis e militares para que se garantisse a via legal, ou seja, a posse do vice-presidente João Goulart (Jango), herdeiro do getulismo e representante do populismo trabalhista.

Nesse sentido, no período entre 1946 e 1964, a cada momento de inflexão histórica, dava-se a possibilidade do golpe, invariavelmente com o suporte de segmentos militares. Uma das mais intensas dentre essas crises foi exatamente aquela que levou à posse de Jango, repudiado pelos setores antipopulistas, tanto que a renúncia de Jânio Quadros deu-se a 25 de agosto de 1961 e João Goulart só assumiu a Presidência a 7 de setembro, após a resistência em nome da legalidade e de uma série de negociações que resultaram em um acordo que visava a diminuir os poderes presidenciais, com a instalação de um sistema parlamentarista. Durante seu governo, Jango teve de equilibrar-se entre o programa reformista avançado e a resistência das forças conservadoras. Em

janeiro de 1963, consegue, por meio de plebiscito, o retorno ao presidencialismo. Sua política volta-se a elementos constitutivos complexos na sociedade brasileira como a revisão das relações com o capital internacional e a reestruturação da propriedade fundiária.

Premido pelas oposições antipopulistas, João Goulart acabaria por aprofundar seu programa de reformas de base, descontentando ainda mais os segmentos conservadores. Tal guinada política agudizou-se nos primeiros meses de 1964 e, pari e passu, seguiram-se as reações oposicionistas. A 13 de março ocorreria o denominado "comício monstro" na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, no qual, frente a um público extremamente numeroso, Jango defendia as reformas. Em 16 de março, o Comando Geral dos Trabalhadores ameaçava tomar medidas concretas caso o Congresso não aprovasse as reformas encaminhadas pelo presidente. No dia seguinte, houve a manifestação da Federação das Indústrias, da Federação das Associações Comerciais e do Sindicato dos Bancos contra o clima de agitação. Na mesma linha, a 19 de março, realizou-se em São Paulo, a manifestação antigovernamental "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". As críticas oposicionistas avolumavamse, com ênfase para os governadores Carlos Lacerda e Ademar de Barros que se tornariam arautos das cruzadas anticomunistas, assim como a agremiação partidária União Democrática Nacional (UDN).

Nos derradeiros dias do governo de Jango, a tensão avolumava-se. A 20 de março, o general Castelo Branco, chefe do Estado-Maior do Exército, expedia circular aos generais conclamando-os a agirem contra a subversão. Já a 27 de

março, marinheiros se amotinavam, reunindo-se na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, ao passo que a tropa de Fuzileiros Navais enviada para reprimilos, aderia ao movimento. No dia seguinte, foi marcada a data do levante militar, em Minas Gerais, com a presença do marechal Odílio Denys, do general Mourão Filho e do governador mineiro Magalhães Pinto. O governo acabaria por aplacar as punições aos revoltosos e, em 30 de março, na assembleia dos sargentos no Rio de Janeiro, Jango acusava setores militares de reacionarismo. Na virada de 31 de março para 1º de abril estourava o golpe, partindo de Minas e encontrando adesão em várias regiões militares.

Houve uma tentativa de mobilização do grupo que apoiava Goulart, mas a mesma não encontrou maior eco e a resistência não se efetivou. Logo a 2 de abril de 1964, o Congresso Nacional considerava a presidência vaga e a mesma foi assumida por Ranieri Mazzilli, enquanto Jango refugiava-se no Uruguai. Já nessa data iniciava-se uma onda repressiva, com a prisão de líderes políticos, sindicais e camponeses. Em 6 de abril, o general Castelo Branco aceitava sua indicação para a presidência, a 11 do mesmo mês, o Comando Revolucionário transferia para a reserva setenta e sete oficias do Exército, quatorze da Marinha e trinta e um da Aeronáutica. A 15 de abril, consolidava-se o novo regime, pois Castelo Branco, promovido a marechal, assumia a presidência, iniciando-se um longo período em que, sem eleições diretas, uma série de marechais-presidentes ocupariam o cargo máximo do executivo brasileiro.

Eram apenas os primórdios de um longo período em que um regime autoritário tomou conta da vida brasileira. Em um primeiro momento, havia

alguns militares que pretendiam executar uma prática saneadora para depois devolver o poder aos civis, entretanto, acabaria por prevalecer aqueles de uma tendência conhecida como linha dura, que agudizaram o autoritarismo e defenderam ardorosamente a continuidade no poder. Daí em diante seguiu-se uma ditadura que norteou a existência nacional com uma política econômica predominantemente desenvolvimentista, uma prática política de busca a qualquer custo da permanência no poder, com a atrofia crescente das instituições e do sistema eleitoral e com um ferrenho controle social, embasado na censura e na extrema repressão. Os militares que desde a instalação da República tinham exercido influência direta nos vários governos, a partir de 1964, passaram a uma ação mais exponencial, ocupando o poder diretamente. Era a culminância de um contexto histórico no qual os militares constituíam verdadeiro fiel na balança do poder, ou seja, governantes com apoio da totalidade dos militares sobreviviam, com apoio de parte dos mesmos, tinham chance de sobrevier e, sem apoio nenhum, estariam condenados a perecer politicamente. Entre meados de março e os idos de abril de 1964, o Brasil vivera um dos ápices de suas práticas populistas e, em reação, vivenciou o nascimento de um dos regimes mais duros que marcou a sua existência³¹. A imprensa portuguesa divulgou largamente os episódios que marcaram os meses de marco

_

³¹ Contextualização elaborada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *Uma introdução à História do Brasil – de uma redemocratização a outra: breve abordagem documental.* Lisboa; Rio Grande: CLEPUL; Biblioteca Rio-Grandense, 2021. p. 182-191.

e abril de 1964 no Brasil, como foi o caso de *O Comércio do Porto, O Século* e *Jornal de Notícias*³².

O Comércio do Porto

No ano de 1964, um dos periódicos mais antigos no contexto português era *O Comércio do Porto*, o qual foi publicado desde 2 de junho de 1854³³ até o ano de 2005. A princípio era trissemanal, passando em seguida a diário, evoluindo também quanto às inovações tecnológicas e, ao final do século XIX, era um dos jornais mais antigos e de maior prestígio no Porto. Era um matutino cujo principal tendência voltava-se à informação geral³⁴, sustentando o intento de manter-se como uma publicação independente, exclusivamente comercial e alheia a questões de política partidária³⁵. Desde o início, manifestava nitidamente os propósitos de representar a comunidade portuense³⁶, afirmando que a praça precisava "de um jornal de comércio, agricultura e indústria", no qual fossem tratadas "as matérias econômicas, históricas e instrutivas destes três poderosos elementos" nos quais se assentava "a prosperidade das nações

²⁰

³² Texto adaptado a partir de: ALVES, Francisco das Neves. A gênese da ditadura militar brasileira na perspectiva da imprensa portuguesa. In: ALVES, Francisco das Neves & MONICO, Reto. *Brasil 1964: ecos do golpe no mundo.* Lisboa: CLEPUL, 2017. p. 17-114.

³³ RAFAEL & SANTOS, 2001. v. 1. p. 181.

³⁴ LEMOS, Mario Matos e. *Jornais diários portugueses do século XX: um dicionário*. Coimbra: Ariadne Editora / CEIS20, 2006. p. 170.

³⁵ TENGARRINHA, 1989. p. 185, 202, 221, 229 e 234; e TENGARRINHA, 2006, p. 207.

³⁶ CARQUEJA, Bento. *O Comércio do Porto: notas para a sua história*. Porto: Oficinas Gráficas de *O Comércio do Porto*, 1934. p. 10.

modernas", voltando-se também à divulgação do Porto "no interior" e "nos mercados estrangeiros". Garantia que "na história, na geografia, na jurisprudência privativa, na literatura estrangeira e nos grandes sucessos estrangeiros" que pudessem afetar aquelas "três indústrias", tomaria objeto para os seus artigos, que muitas vezes teriam "por fim o recreio e a instrução dos leitores, sem, contudo, sair da particularidade" que impusera a si mesmo. Dizia ainda que seriam feitos "todos os esforços para revestir o jornal" daquilo que se tornasse "interessante por qualquer modo aos comerciantes, agricultores e industriais" e se não pudesse alcançar tal fim, deixaria o campo a quem melhor pudesse substituí-lo³⁷.



A agitação política brasileira desencadeada notadamente a partir de 13 de março encontrou repercussões nas páginas do *Comércio do Porto*, como foi o caso da matéria afirmando que o projeto reformista de João Goulart poderia transformar o Brasil de uma "democracia liberal" em uma "democracia popular".

³⁷ O COMÉRCIO (DO PORTO). Porto, 2 jun. 1854. A. 1. N. 1. p. 1.

O jornal enfatizava a iniciativa da reforma agrária como baluarte do ideário de Jango, ao qual era atribuída a frase de que a democracia brasileira só seria verdadeiramente nacional quando fosse integrada por todos os brasileiros e aberta a todas as correntes políticas, sem discriminação ideológica, filosófica ou religiosa. Tais palavras eram interpretadas pela folha portuense como a tentativa presidencial de buscar a legalização do Partido Comunista³⁸.

SE A REFORMA DA CONSTITUIÇÃO PROPOSTA PELO PRESIDENTE GOULART

FOR APROVADA PELO CONGRESSO

ESSA DECISÃO EQUIVALE A TRANSFORMAR A «DEMOCRACIA LIBERAL» DO BRASIL EM «DEMOCRACIA POPULAR»

³⁸ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 17 mar. 1964. A. 110. N. 75. p. 1.

O periódico referia-se também à reação das forças oposicionistas ao presidente brasileiro, afirmando que elas estariam trabalhando para promover a sua suspensão por desrespeito à constituição. Ao citar os projetos encaminhados ao parlamento, o *Comércio do Porto* dizia que fora uma autêntica mensagem de combate que o presidente mandará ler nas duas Câmaras. Segundo o jornal, fora anunciado que a batalha das reformas iria travar-se, ao mesmo tempo, na rua e no Congresso, chegando a opinar que o chefe de Estado decidira retomar a função de chefe da esquerda, estando disposto, se necessário, a forçar a mão dos parlamentares para ver seus projetos aprovados. A folha enfatizava ainda que Jango se entusiasmara com o êxito do comício sindical ocorrido no Rio de Janeiro, havendo o planejamento de sua repetição em São Paulo, para levar em frente a batalha pelas reformas³⁹.

³⁹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 17 mar. 1964. A. 110. N. 75. p. 1 e 3.

O ESTADO DE TENSÃO QUE DOMINA O BRASIL SOBE DE DIA PARA DIA E ALCANÇA PROPORÇÕES PERIGOSAS AFIRMOU O ANTIGO PRESIDENTE KUBITSCHEK DE OLIVEIRA

A agitação política no Brasil foi sintetizada pelo *Comércio do Porto* com a citação de uma frase atribuída ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, segundo o qual havia uma perigosa tensão dominando o país. Ainda que trouxesse ampla divulgação a esse pronunciamento, o periódico portuense buscava enfatizar o tom alarmista da declaração. A folha não deixava de também referir-se à declaração de que a imprensa conservadora brasileira estava condenando asperamente a ação do presidente Goulart. Nessa perspectiva, dizia que dirigentes da oposição acusavam o presidente de pregar a subversão, pondo a nação de sobreaviso contra o perigo de um golpe de Estado. Noticiava também que a Confederação Geral dos Trabalhadores preparava um plano de "resistência"

democrática" contra a manobra de certos meios conservadores que atuavam contra Goulart⁴⁰.

A instabilidade brasileira voltou a ser objeto de divulgação do *Comércio do Porto*, afirmando que o ambiente político estava cada vez mais agitado. Além disso, dava ampla divulgação às manifestações contrárias ao presidente Goulart, organizadas pelas Associações Democráticas Anticomunistas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. O jornal narrava a "marcha familiar por Deus e pela liberdade", explicando que o seu objetivo fora o de manifestar a oposição do povo contra a alteração da constituição e em defesa da democracia que se encontraria em perigo. De acordo com a folha, além da defesa da constituição, os manifestantes propunham-se também a combater ao comunismo e a defender o regime democrático. Dentre vários depoimentos de políticos brasileiros, destacava-se o do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, o qual convidara os demais governadores a tomarem uma posição conjunta em defesa da noção comum de liberdade, tendo em vista que a "guerra revolucionária" já fora desencadeada no Brasil⁴¹.

⁴⁰ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 19 mar. 1964. A. 110. N. 77. p. 1 e 3.

⁴¹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 21 mar. 1964. A. 110. N. 79. p. 1 e 3.

O AMBIENTE POLÍTICO NO BRASIL MEIO MILHÃO DE PESSOAS MANIFESTARAM-SE NAS RUAS DE SÃO PAULO CONTRA A POLÍTICA DO PRESIDENTE GOULART

Na concepção do jornal portuense aquela manifestação antirrevolucionária sacudira a opinião pública e poderia significar um empecilho ao projeto reformista de Jango. Segundo a folha, muitos dos periódicos brasileiros tinham dado ampla divulgação e reconhecido o êxito da marcha da Família com Deus e pela Liberdade, caracterizada como uma marcha contra o comunismo. O *Comércio do Porto* destacava que aquilo que mais chamava a atenção dos observadores era que a marcha fora organizada para travar o "processo revolucionário", desencadeado por Jango no comício sindical da última sexta-feira treze, concluindo que se tratara de um movimento francamente hostil ao governo de Goulart⁴².

⁴² O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 22 mar. 1964. A. 110. N. 80. p. 1 e 5.

A MANIFESTAÇÃO ANTI-REVOLUCIONÁRIA REALIZADA EM SÃO PAULO

sacudiu a opinião pública DO RIO DE JANEIRO

e deixou a impressão de que o Congresso rejeitará as propostas do presidente Goulart

ACERCA DA REFORMA DO REGIME

Acerca da agitada vida brasileira, o *Comércio do Porto* noticiou que Goulart planejava a criação imediata de um dispositivo militar que paralisasse a ação violenta da oposição e, na mesma oportunidade, destacava que, diante de manifestações públicas de desempregados, o presidente teria mobilizado alguns deles para colocá-los a trabalhar em obras públicas⁴³. Pouco depois, o periódico dava voz à oposição brasileira, citando Carlos Lacerda, o qual acusava Jango de estar "colonizado pelos comunistas", pretendo continuar no poder para além do

⁴³ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 23 mar. 1964. A. 110. N. 81. p. 1 e 3.

termo legal do seu mandato. Para o político oposicionista, João Goulart acreditaria estar servindo-se dos comunistas, mas que seriam estes que o utilizavam, concluindo que o partindo comunista ainda se encontrava fora da lei, mas já estava no poder. Segundo o jornal, Lacerda defendia-se da acusação de ser um candidato dos trustes, pois o mesmo manifestava o seu descrédito de uma intervenção norte-americana no Brasil⁴⁴.

NOUTRO VIOLENTO ATAQUE AO PRESEDENTE GOULART O GOVERNADOR CARLOS LACERDA ACUSA-O DE ESTAR «COLONIZADO PELOS COMUNISTAS» MAS AFIRMA QUE TAMBÉM PERTENCE AO NÚMERO DAQUELES QUE NÃO ACREDITAM NO PENTÁGONO NORTE-AMERICANO

A manifestação promovida por marinheiros e fuzileiros navais foi apresentada pelo *Comércio do Porto* como uma atitude de franca indisciplina.

⁴⁴ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 26 mar. 1964. A. 110. N. 84. p. 1 e 3.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

De acordo com o jornal, a liderança da sedição apelara para que todos tomassem uma posição de luta, ao lado dos operários e camponeses, contra estruturas sociais anacrônicas de que os privilegiados eram os únicos a tirar proveito, passando a narrar detalhes do acontecimento, dando ênfase à insatisfação da cúpula militar⁴⁵. Ainda sobre o assunto, o periódico destacava que os marinheiros sublevados tinham regressado aos quartéis, em atitude de satisfação, pois, uma contraordem presidencial havia lhes dado maiores garantias. Para a folha portuense, era muito alta a tensão política no Brasil, com manifestações de lamento por a disciplina militar ter saído tão maltratada do incidente. Noticiava ainda que os rebeldes foram animados e aplaudidos por um grupo de sindicalistas, trabalhistas e comunistas, havendo críticas à postura presidencial, como junto à imprensa que acusara Goulart de instituir a desordem até mesmo entre as forças da ordem⁴⁶.

_

⁴⁵ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 27 mar. 1964. A. 110. N. 85. p. 1 e 3.

⁴⁶ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 28 mar. 1964. A. 110. N. 86. p. 1 e 3.

DEPOIS DE TER SIDO ANULADA A ORDEM DE PRISÃO LANÇADA CONTRA ELES PELO PRESIDENTE GOULART REGRESSARAM AOS QUARTÉIS NO MEIO DE MANIFESTAÇÕES DE JÚBILO OS 1.500 MARINHEIROS QUE SE SUBLEVARAM NO RIO DE JANEIRO

As reações da alta oficialidade diante daquilo que fora considerado como uma insubordinação foram amplamente divulgadas pelo periódico portuense, como ao noticiar que vários oficiais da marinha lamentaram a decisão do governo em anistiar os marinheiros insubordinados⁴⁷. O jornal enfatizou que a cúpula do exército se solidarizou com os chefes da marinha, exigindo um justo e enérgico castigo aos marinheiros amotinados, anunciando que efetuaria todos os esforços e sacrifícios pelo restabelecimento da disciplina e da obediência, com respeito pela ordem e pela constituição. Segundo o *Comércio do Porto*, os marinheiros tinham se rebelado insidiosamente doutrinados pelos dirigentes sindicais, sob as ordens de Moscou, de modo que os comandantes navais

⁴⁷ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 30 mar. 1964. A. 110. N. 88. p. 1 e 3.

elaboraram um ultimato, denunciando a existência de uma conjura para a comunização do Brasil, protestando vigorosamente contra o que classificavam como "namoro" do presidente Goulart com os comunistas, citando, como exemplo, a sua ação durante o motim. A folha acabava por corroborar com tal opinião, ao narrar que, com efeito, Jango libertara os rebeldes, concedendo-lhes passes de licença, gerando entre os oficiais militares superiores um protesto contra a quebra da disciplina militar, de modo que tal insatisfação poderia ganhar força rapidamente⁴⁸.

SETECENTOS OFICIAIS DA MARINHA BRASILEIRA ENTRE OS QUAIS QUINZE ALMIRANTES

REUNIDOS NO CLUBE NAVAL

(CUJA BANDEIRA ESTAVA A MEIA HASTE)

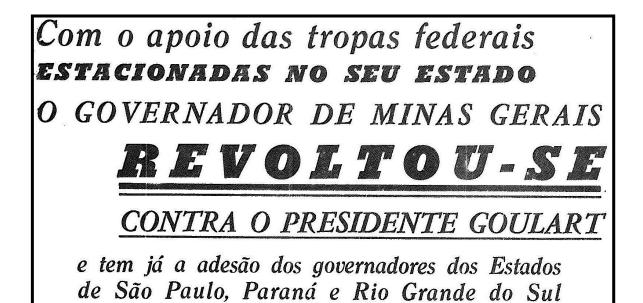
LAMENTARAM A DECISÃO DO GOVERNO EM AMNISTIAR OS MARINHEIROS INSUBORDINADOS

⁴⁸ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 31 mar. 1964. A. 110. N. 89. p. 1 e 3.

MANIFESTARAM A SUA SOLIDARIEDADE COM OS OFICIAIS DA MARINHA QUE RECLAMAM SANÇÕES CONTRA OS 1.425 MARINHEIROS QUE SE AMOTINARAM NA PASSADA QUINTA-FEIRA

Acerca do início do movimento militar, o jornal noticiou que a revolta contra Goulart iniciara por Minas Gerais e encontrava vários pontos de adesão ao longo do país. O periódico explicava que a rebelião era o resultado de uma crescente tensão política em todo o Brasil, devido às tendências esquerdistas de Jango, que se recusara a punir os marinheiros amotinados, depois de participarem de uma reunião sindical de inspiração comunista. Era citado um dos líderes do movimento, Olímpio Mourão Filho, para o qual os militares tinham se levantado em defesa da democracia, pois o país estaria a ser governado por elementos sindicais espúrios, controlados pelos comunistas, com o inteiro apoio do presidente. O *Comércio do Porto* anunciava que Goulart

poderia estar organizando uma resistência militar, mas preferia enfatizar que o Brasil estaria dominado por uma autêntica guerra psicológica, a qual se combatia a golpes de manifestos, comunicados, editoriais e notícias falsas, de modo que era para o exército que se voltavam todos os olhares a respeito dos destinos do Brasil⁴⁹.



Incertezas marcavam as páginas do periódico portuense logo após o 1º de abril de 1964, vindo a afirmar que a relação das forças armadas que opunha em

⁴⁹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 1º abr. 1964. A. 110. N. 90. p. 1 e 9.

todo o Brasil os governamentais aos constitucionalistas constituía um assunto delicado, acerca do qual faltavam por completo informações precisas. Assim, a folha se referia à circulação de uma notícia não confirmada sobre a demissão de Goulart, divulgando opiniões favoráveis e contrárias quanto a tal versão. Ainda que fizesse referência a uma situação confusa, o jornal declarava que elevado número de unidades militares tinham aderido ao movimento. Além disso, comentava que a reforma agrária e constitucional, as medidas nacionalizadoras e as dificuldades econômicas do país seriam as principais causas da crise⁵⁰.

CIRCULOU MAS NÃO FOI CONFIRMADA A NOTÍCIA DA DEMISSÃO do Presidente da República do Brasil

DR. JOÃO GOULART, que parece manter-se em Brasília

A situação continua bastante confusa nos Estados de Minas Gerais,

S. Paulo e Guanabara, sendo elevado o número de unidades militares

QUE ADERIRAM AO MOVIMENTO

A matéria do *Comércio do Porto* dedicava-se também a destacar as principais individualidades que dominavam a atualidade política do Brasil,

⁵⁰ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 2 abr. 1964. A. 110. N. 91. p. 1.

dando ênfase aos nomes das lideranças do movimento. Eram demarcadas as providências tomadas pelos políticos Magalhães Pinto, Carlos Lacerda e Ademar de Barros em seus respectivos estados. Havia ainda o destaque para a declaração do general Amauri Kruel, que apresentava sua ação como aquela que pretendia salvar o Brasil do perigo comunista. O jornal enfatizava a ameaça de uma guerra civil, mas sua abordagem dava a entender que o número de adesões ao que denominou de "movimento revolucionário" era crescente. Já quanto ao presidente, limitava-se a informar que parecia que Goulart havia deixado o Brasil acompanhado de alguns ministros. Dentre várias notícias, aparecia uma segundo a qual ocorrera verdadeiro carnaval nas ruas do Rio de Janeiro em apoio à queda de Jango⁵¹.

Paira no Brasil a ameaça de uma guerra civil Description de Estado da Persanduo. Miguel Arrae — un para escrura o su polácie en Rencif. A cládade de S. Paulo encontravas estaman desto estaman desto estaman desto en mole parasado. Ca Bancos, permanecerna metro em S. Paulo, como habitualmante. Parece que o dr. Goulart de Moulart de Moulard por alguns ministros Por alguns ministros Por alguns ministros Por la guns de Moulard de Managard de Moulard de Agencia de Janeiro de Jane

⁵¹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 2 abr. 1964. A. 110. N. 91. p. 8.

O periódico divulgou que Jango havia reconhecido a situação "de fato", decidindo por render-se às "forças constitucionalistas" e estaria a partir para fora do país, havendo uma dúvida entre o Paraguai e o Uruguai. A folha anunciou ainda que o Congresso Federal depusera Goulart, por abandono da sede no exercício das suas funções e que o deputado Ranieri Mazzilli assumira a presidência. Na concepção do jornal, os últimos acontecimentos não foram propícios à causa de João Goulart, cujo destino ficara marcado desde o motim dos marinheiros que, apesar da manifestação de estilo bolchevista, tinham sido perdoados pelo presidente, com uma evidente perda da disciplina militar, a qual lançara a perturbação em todas as forças armadas. A publicação portuense divulgava ainda as primeiras prisões efetuadas pelos novos governantes, as novas adesões, as repercussões internacionais e a grande manifestação de regozijo pela nova situação que mobilizara centenas de milhares de pessoas no Rio de Janeiro⁵².

⁵² O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 3 abr. 1964. A. 110. N. 92. p. 1 e 9.



JOÃO GOULART ANUNCIOU RECONHECER A SITUAÇÃO «DE FACTO» E PARTIU DE PORTO ALEGRE COM DESTINO AO PARAGUAI

O DEPUTADO RANIERI MAZZILLI
FOI INVESTIDO INTERINAMENTE NAS FUNÇÕES
DE PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL

OS ACONTECIMENTOS DESENROLADOS NAS ÚLTIMAS VINTE E QUATRO HORAS NÃO FORAM PROPÍCIOS À CAUSA DE JOÃO GOULART

Na visão do *Comércio do Porto* o Brasil começara a viver em normalidade, à medida que o novo presidente encaminhava medidas para anularem o

programa reformista de Goulart, notadamente no que se refere à propriedade fundiária e aos limites para o capital internacional. O jornal noticiava que a última resistência do antigo governo fora dominada, continuando a depuração com a prisão de comunistas, não tencionando os novos governistas libertar as pessoas capturadas nos últimos dias, devido às medidas de prevenção suscitadas pela crise militar. Segundo o periódico, fora pedida a rápida descomunização do país, bem como a eleição de um presidente não-partidário que assegurasse eleições imparciais em 1965. Além de destacar as repercussões dos episódios brasileiros nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, a folha portuense divulgava texto sobre o primeiro capítulo da história da "revolução de 1º de abril", a qual fazia referência à visão dos militares, segundo os quais Goulart pretendia destruir o exército, minando a hierarquia, diante do que surgira a posição de que não se poderia deixar o Brasil cair na anarquia, a pretexto de realizar reformas⁵³.

⁵³ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 4 abr. 1964. A. 110. N. 93. p. 1 e 9.

COMEÇA A ENCAMINHAR-SE PARA A NORMALIDADE

A VIDA NO BRASIL

ESTANDO OS AJUDANTES DO PRESIDENTE MAZZILI A TRABALHAR NA ELABORAÇÃO DE MEDIDAS TENDENTES A ANULAREM OS DECRETOS DA REFORMA AGRÍCOLA E DA NACIONALIZAÇÃO DAS ÚLTIMAS REFINARIAS DE PETRÓLEO INDEPENDENTES

O PRIMEIRO CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO DE 1 DE ABRIL

ONDE SE DIZ QUE JOÃO GOULART SE PREPARAVA
PARA DESTRUIR O EXÉRCITO
MINANDO A HIERARQUIA

Em seguida o jornal portuense enfatizava que a situação brasileira encontrava um rumo de normalidade, explicando que o presidente Mazzilli já iniciara a formação de seu ministério, bem como noticiava, sem alarme, que mil pessoas tinham sido presas por suspeita de atividades subversivas ou por estarem cadastradas pela polícia, por serem militantes ou simpatizantes comunistas, dentre elas, nove chineses, acusados de treinarem guerrilheiros e espionagem. Foi anunciada também a prisão de navios com combustível que poderiam vir a formar um "exército de resistência" que Goulart tencionaria organizar no sul do país. A versão do periódico para caracterizar o contexto brasileiro como normal era reforçada pela manchete que informava que o parlamento federal do Brasil seria chamado para eleger o novo presidente, a quem competiria terminar o mandato e velar pelas eleições presidenciais de 1965⁵⁴.

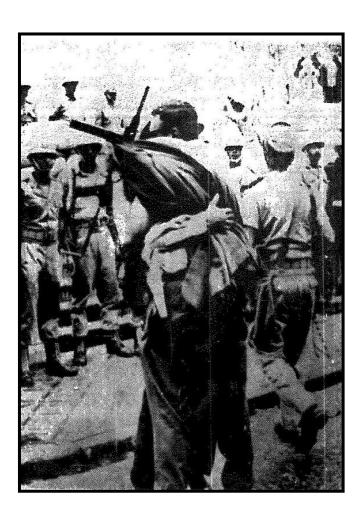
O PRESIDENTE RANIERI MAZZILI JÁ ESCOLHEU SETE ELEMENTOS PARA O NOVO MINISTÉRIO DO BRASIL

⁵⁴ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 5 abr. 1964. A. 110. N. 94. p. 1 e 2.

João Goulart voltava às páginas do *Comércio do Porto*, na notícia de que ele seria considerado refugiado político no Uruguai. Ainda que o jornal tenha publicado nota que se referia a uma manifestação de Jango dizendo que não renunciara à presidência, também editava matéria justificando o processo de deposição de Goulart, por este estar fora do país. O general Castelo Branco era apresentado como o candidato com maiores possibilidades de ser eleito pelo Congresso Federal, sendo levantados alguns de seus traços biográficos, o qual foi apresentado como um dos militares mais cultos do Brasil, que só teria se envolvido na política para salvar a constituição e a disciplina das forças armadas, além de ser considerado como pessoa enérgica e acérrimo anticomunista. A perspectiva da normalidade dos acontecimentos e da aquiescência da população em geral foi também divulgada pela folha através da publicação de fotografia na qual, em uma das manifestações no Rio de Janeiro, não faltaram sequer abraços entre civis e militares⁵⁵.

⁵⁵ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 6 abr. 1964. A. 110. N. 95. p. 1 e 3.

DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: HISTÓRIA & LITERATURA



A SITUAÇÃO NO BRASIL APÓS A REVOLUÇÃO

Ao analisar a situação no Brasil após a "revolução", o jornal portuense chegava a dar mais uma vez voz a João Goulart, reproduzindo suas manifestações em Montevidéu, pelas quais ele justificava seu projeto reformista e defendia-se, afirmando que nunca fora comunista e que todo o Brasil disso sabia. Mas, ao mesmo tempo, o periódico divulgava o testemunho de um dos "oficiais rebeldes" ao fazer a "história da revolução", segundo o qual as forças fiéis a Goulart teriam esmagado os promotores do movimento se tivessem saído rapidamente à estacada. Tratava-se do depoimento de um coronel do exército brasileiro, não identificado pelo nome, e sim como um dos organizadores do golpe de Estado que levou à deposição de Jango. Segundo esse militar o movimento servira para salvar o Brasil de se transformar em uma nova Cuba, uma vez que Goulart, desde que subira à presidência, pretendia conduzir o Brasil para a esquerda, talvez para os braços dos comunistas⁵⁶.

⁵⁶ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 7 abr. 1964. A. 110. N. 96. p. 1 e 7.

AS FORÇAS FIÉIS A GOULART TER-NOS-IAM ESMAGADO

SE TIVESSEM SAÍDO RÀPIDAMENTE À ESTACADA

-DISSE UM DOS OFICIAIS REBELDES AO FAZER A HISTÓRIA DA REVOLUÇÃO

Explicando o processo eleitoral indireto que levaria à escolha do novo presidente do Brasil, o *Comércio do Porto* considerava que estava assegurada a eleição do general Castelo Branco. Trazia ainda notícias sobre a situação financeira do Brasil e explicava que Goulart poderia viajar por todo o território uruguaio, devendo abster-se, entretanto, de toda a atividade política. A opinião de uma das lideranças civis do golpe, o governador Ademar de Barros, também era divulgada, no sentido de serem mantidas as medidas de exceção. Na concepção do político era necessário efetuar uma operação limpeza entre os parlamentares comprometidos com a anterior administração, de maneira que o

dispositivo de segurança e o estado de alerta deveriam ser conservados, ou, como teria dito em termos mais coloquiais: "Temos de aprender a dormir como cavalos – de pé e com um olho aberto"⁵⁷.

ESTÁ ASSEGURADA A ELEIÇÃO DO GENERAL Humberto Castelo Branco para Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

As declarações do ministro das relações exteriores do Brasil foram destaques nas páginas do *Comércio do Porto*, ao ratificar a nova postura nacional em termos internacionais. Para o diplomata, não houvera uma subversão da ordem, mas sim uma recolocação do país nos caminhos coerentes com a tradição e tendência do povo brasileiro, ou seja, uma volta ao curso democrático do qual vinha se afastando. O ministro afirmava ainda que o Brasil

⁵⁷ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 8 abr. 1964. A. 110. N. 97. p. 1 e 7.

em sua política exterior só poderia ter por objetivo a defesa permanente dos interesses nacionais, tendo por finalidade o respeito aos sentimentos pacíficos e cristãos do povo brasileiro. Junto de vários notas publicadas acerca dos acontecimentos no Brasil, o jornal divulgava que continuavam as prisões de comunistas e as buscas para se descobrirem material de propaganda subversiva e arsenais secretos de armas⁵⁸.



⁵⁸ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 9 abr. 1964. A. 110. N. 98. p. 1 e 3.

Tais práticas voltavam às notícias do periódico, ao destacar que os congressistas tinham concordado em conceder ao presidente amplos poderes discricionários, permitindo-lhe a depuração sumária dos comunistas nos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. Também se enquadrava em tais mecanismos governativos a ordem de abater ao efetivo e julgar os marinheiros e fuzileiros que teriam chefiado o motim apoiado pelos comunistas e que dera origem à "revolta militar" pela qual fora deposto o presidente Goulart. Apesar de tais medidas repressivas, o jornal considerava que, depois de uma semana da deposição de Jango pela "fulminante revolução constitucionalista", a ordem reinava no país, não estando a mesma, segundo observadores, assentada no terror. Para a folha, os dirigentes da "revolução" empenhavam-se, acima de tudo, em elaborar uma fórmula política capaz de remediar o vácuo criado pela derrocada do regime instaurado por Getúlio Vargas e de que a presidência de João Goulart fora o último episódio⁵⁹.

⁵⁹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 10 abr. 1964. A. 110. N. 99. p. 1 e 3.

O MINISTÉRIO DA MARINHA DO BRASIL MANDOU ABATER AO EFECTIVO E JULGAR EM TRIBUNAL MILITAR OS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS QUE CHEFIARAM OS MOTINS OCORRIDOS NO RIO DE JANEIRO

A escolha de Castelo Branco era anunciada como certa e o periódico pormenorizava que aquele general era o antigo chefe do Estado Maior que dispunha dos dirigentes militares e civis da "revolução", e cujo grande objetivo era manter aceso o espírito de combate ao regime esquerdista do presidente Goulart. As medidas discricionárias dos novos governantes eram anunciadas, como a cassação de mandatos parlamentares e a privação de direitos políticos, todas efetuadas pelos "chefes militares constitucionalistas". O jornal divulgava ainda a concentração de poderes nas mãos do executivo e a possibilidade dos ministros militares destituírem os legisladores federais e estaduais e suspenderem os direitos políticos de qualquer indivíduo⁶⁰.

⁶⁰ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 11 abr. 1964. A. 110. N. 100. p. 1 e 3.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

Em seguida, a publicação portuense divulgava a eleição de Castelo Branco, a qual fora realizada por um Congresso já depurado de cerca de dez por cento dos seus membros comunistas ou filo-comunistas. O novo general-presidente era apresentado como o cérebro da "revolução" que depusera João Goulart. O jornal ainda informava que dez novos congressistas tinham tomado lugar no parlamento, em substituição dos esquerdistas depurados pelo Alto Comando Revolucionário⁶¹. O caráter de normalidade à situação brasileira seria confirmado pelo *Comércio do Porto* com a divulgação da eleição do vice-presidente, o político civil José Alkimin. Além disso, o periódico apresentava a eliminação de um dos pontos fundamentais da pauta reformista de Jango, com a revogação do projeto de reforma agrária. Assim a folha traduzia o encerramento definitivo das práticas populistas no Brasil.

_

⁶¹ O COMÉRCIO DO PORTO. Porto, 12 abr. 1964. A. 110. N. 101. p. 1 e 9.

O NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO BRASIL FOI ELEITO ONTEM MAS SÓ DEVE TOMAR POSSE NA PRÓXIMA QUARTA-FEIRA

Apesar de buscar manter um caráter essencialmente informativonoticioso, *O Comércio do Porto*, nas linhas e entrelinhas não deixou de mostrar
certa simpatia pela transformação política ocorrida no Brasil. O periódico
estampava em seu frontispício a expressão "fundado em 1854", intentando
demonstrar o conceito e respeitabilidade de suas opiniões, as quais seriam
credenciadas pelos seus cento e dez anos de existência. Embasado em tal
convicção, o jornal mostrou preocupação com a "agitação" que tomava conta do
Brasil à época de João Goulart e imprimiu uma condição de normalidade ao
golpe de Estado perpetrado no Brasil. Mesmo que chegasse a dar algum espaço
às manifestações de Jango e seu grupo, foram os oposicionistas e os promotores
do movimento de março/abril de 1964 aqueles que tiveram maior presença. Uma
vez derrubado Goulart, o *Comércio do Porto* procurou demonstrar a aceitação em
geral da nova situação e a tranquilidade que teria passado a reinar no país, como

se a alternância ocorrida tivesse sido realizada de acordo com as normas institucionais. Ainda que não tão diretamente quanto outros periódicos portugueses da época, a antiga folha portuense também se alinharia à aquiescência para com a nova conjuntura política brasileira, como um passo em direção ao combate ao comunismo.

O Século

Um dos mais relevantes jornais antimonárquicos lusos foi *O Século*, fundado como órgão partidário e vindo a constituir um dos mais importantes diários da história da imprensa portuguesa, dedicando suas páginas também à ampla difusão de informações, à divulgação de folhetins e à inovação dos números ilustrados de domingo, em edições especiais de oito páginas, além de ampliar constantemente suas tiragens. A expressão de suas convicções republicanas levaria por vezes a uma vigilância próxima, ou mesmo a atitudes coercitivas de segmentos governamentais. À virada do século, o periódico figurava como um dos jornais de maior prestígio no contexto lusitano⁶². Editado em Lisboa, sua longeva circulação se estenderia de 4 de janeiro de 1881 a novembro de 1983⁶³. Teve o sucesso como uma de suas características, pois "a aura do acolhimento público bafejou-o logo ao nascer, para o que muito

⁶² TENGARRINHA, 1989. p. 234, 237, 255 e 258-259.; e TENGARRINHA, 2006. p. 224 e 225.

⁶³ RAFAEL & SANTOS, 2002. v. 2. p. 271.

contribuiu o estado de efervescência em que se encontravam os ânimos" e "os sucessos políticos que se desenrolaram"⁶⁴.

Em seu "número-programa" lançado ao país, em 1880, que foi profusamente distribuído, tendo provocado grande interesse o jornal fazia sua apresentação fortemente vinculada à sua natureza político-partidária. Afirmava o periódico que os partidos monárquicos estavam "vivendo uma vida emprestada, sem elevação moral, sem dignidade e sem caráter", num quadro em que, a essa "imensa reação conservadora de hipocrisia, de falsidade e de mentira", convinha "opor uma grande e uma sólida ação democrática de verdade, de justiça e de sinceridade", de modo que para isso teria sido fundado O Século, ou seja, "para ser justo, verdadeiro e independente". Segundo a concepção da folha republicana, a sociedade portuguesa, "no jogo desconjuntado das suas instituições representativas e das corporações viciadas", tenderia "fatalmente a dissolver-se por uma completa ausência de convicções sérias e por uma absoluta escassez de educação científica e profissional".

De acordo com *O Século*, diante das circunstâncias descritas no seu número de apresentação, ele passaria a ser editado para que houvesse um jornal coadunado com o seu tempo e a sua época, bem como "para destruir o egoísmo pessoal em que tudo" estava baseado, para "honrar o trabalho e a consciência

⁶⁴ BESSA, Alberto. *O jornalismo: esboço histórico da sua origem e desenvolvimento até aos nossos dias.* Lisboa: Liv. Ed. Viúva Tavares Cardoso, 1904. p. 255.

⁶⁵ O SÉCULO. Lisboa, dez. 1880. N. programa. p. 1.

⁶⁶ LEMOS, 2006, p. 555.

humana", para ser "cidadão útil" e para ser "mais alguma coisa do que uns simples imitadores, sem brio e sem iniciativa". O periódico, sinteticamente, considerava a si mesmo como uma publicação "de combate e de bom senso". Concluindo sua apresentação, a folha destacava que seus intentos seriam os mesmos do passado e os do futuro, quer seja, "transformações amplas e radicais no organismo político nacional, a moralidade nos homens e o senso comum e justiça nos governos". Diante de tais metas, o diário republicano afirmava que se conseguisse cumpri-las, já teria "preenchido uma altíssima missão de progresso e de civilização".



Ainda que o republicanismo tenha sido a marca registrada de sua criação, chegando a sobrepujar o papel de órgão de combate, o *Século* daria amplo espaço ao caráter noticioso e, com o passar do tempo, foi se adaptando às novas circunstâncias da formação histórica lusa. Exemplificativamente, na primeira metade da década de 1920, o periódico afirmava que dali em diante abriria as suas portas a todos os valores, morais e mentais, da sociedade portuguesa, independentemente do campo que ocupassem, constituindo-se, portanto, em

um intérprete do sentimento nacional que ninguém poderia remover ou esmagar e manteria sua circulação ainda por mais seis decênios como um dos mais importantes jornais no contexto luso⁶⁷.

Por ocasião da instabilidade política brasileira em 1964, o Século deu ampla cobertura, com predominância para a voz dos adversários de Jango. Foi o caso da manchete que trazia a fala de Carlos Lacerda, segundo o qual "caíram as máscaras", uma vez que a agitação das esquerdas tomava graves aspectos, havendo a necessidade de defender o que restava de liberdade no Brasil. Os projetos reformistas de Goulart eram caracterizados como de "alcance revolucionário", por atentarem contra o regime da propriedade privada. O jornal enfatizava que o comício no Rio de Janeiro fora organizado pelos sindicatos da esquerda, abrangendo desde trabalhistas a comunistas ou simpatizantes. Segundo a folha lisbonense, a maioria da imprensa brasileira julgara com severidade o comício e, mais uma vez, trazia ao público a opinião de Lacerda, que chamava Jango de chefe do partido da subversão, que acabaria por ser substituído pelos comunistas, de modo que a manifestação pública nas ruas cariocas teria sido uma provocação totalitária. A folha portuguesa ainda reproduzia outras frases do jornalismo oposicionista brasileiro, segundo as quais a democracia fora humilhada em praça pública, ou ainda, que aquele ato representara o réquiem da democracia, pois o presidente teria pregado publicamente a luta de classes⁶⁸.

_

⁶⁷ LEMOS, 2006, p. 558-562.

⁶⁸ O SÉCULO. Lisboa, 15 mar. 1964. A. 84. N. 29427. p. 1 e 6.

AGERDA AGUSA: «ENINA AS MÁSCANS) A AGITAÇÃO DAS ESQUERDAS NO RIO DE JANEIRO TOMA GRAVES ASPECTOS

- O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DISCURSA À MASSA POPULAR
- O GOVERNADOR DA GUANABARA COMENTA: «CHEGOU A HORA DE O PARLAMENTO DEFENDER O QUE RESTA DE LIBERDADE NESTE PAÍS».

O periódico trouxe também ao público português a ideia de que João Goulart seria o culpado pela instabilidade no país, esclarecendo que essa era a opinião de comerciantes e industriais brasileiros que responsabilizaram o presidente pela crescente desvalorização do cruzeiro, pelo aumento da inflação e pela diminuição de investimentos no Brasil⁶⁹. O jornal noticiava também que

⁶⁹ O SÉCULO. Lisboa, 16 mar. 1964. A. 84. N. 29428. p. 16.

Carlos Lacerda buscava fazer uma aliança com Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros, na forma de uma frente de união nacional contra as ameaças da ditadura, antes que fosse demasiado tarde. A publicação portuguesa continuava expressando a fala de Lacerda, para o qual, perante os acontecimentos provocados pela ação comunista, com a cumplicidade do presidente, seria indispensável colocar a defesa da pátria acima de todo e qualquer interesse puramente eleitoral, uma vez que a liberdade e a paz interna do Brasil já teriam sido praticamente destruídas pela guerra revolucionária, a agitação oficial e a decisiva influência dos comunistas no seio do governo⁷⁰.

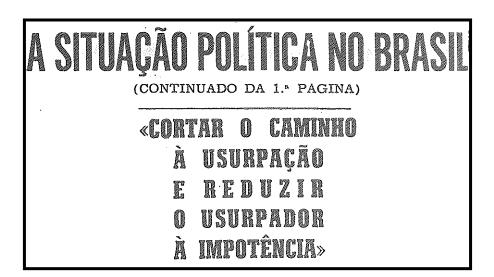
O PRESIDENTE GOULART E O BANCO DO BRASIL RESPONSABILIZADOS PELA DESVALORIZAÇÃO DO CRUZEIRO

⁷⁰ O SÉCULO. Lisboa, 18 mar. 1964. A. 84. N. 29430. p. 1.

CONTRE GOUGET OBRASIL À BEIRA DE QUÉ? LACERDA APROXIMA-SE DE KUBITSCHEK DE OLIVEIRA E RECLAMA UMA FRENTE NACIONAL «ANTES QUE SEJA DEMASIADO TARDE» DE S. PAULO, ADEMAR DE BARROS PRECONIZA A REVOGAÇÃO DO MANDATO DO PRESIDENTE

Ainda dando voz aos oposicionistas de Jango, o jornal destacava a intenção deles de cortar o caminho à usurpação e reduzir o usurpador à impotência. Outro manifesto da oposição enfatizado pelo jornal foi o de Ademar de Barros, o qual teria feito sérias críticas ao "comício comunista do dia 13", afirmando que aquele espetáculo deprimente enchera de inquietação o Brasil, pois o presidente fizera referência ao cerceamento do Congresso, atentara contra a constituição e deixara bem claro que certas reformas iriam ser impostas ao país de qualquer maneira. Diante disso, o político oposicionista dizia defender a revogação do mandato presidencial, já que esse seria um ato

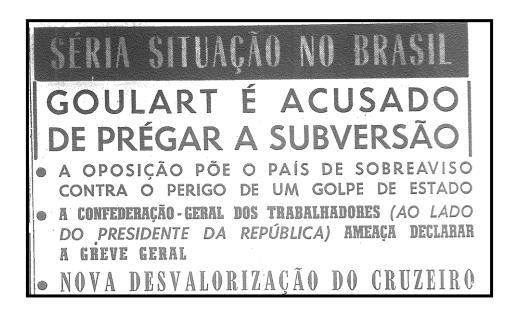
legal previsto pela constituição e que poderia ser aplicado ao chefe da nação que fora à praça pública para pregar a subversão da ordem⁷¹.



Na edição seguinte, o *Século* voltava a citar líderes da oposição que estariam a acusar o presidente Goulart de pregar a subversão, pondo a nação de sobreaviso contra o perigo de um golpe de Estado. Por outro lado, o jornal destacava a ação de Jango em direção ao aprofundamento de seu projeto reformista, bem como ao estímulo das amplas manifestações populares. Nesse sentido, o periódico enfatizava que a Confederação Geral do Trabalho, apresentada como "pró-comunista", tornara público que responderia com a greve geral a qualquer tentativa de anulação dos poderes do presidente. Ainda

⁷¹ O SÉCULO. Lisboa, 18 mar. 1964. A. 84. N. 29430. p. 3.

de acordo com a folha, os dirigentes desta central de trabalhadores teriam se reunido secretamente para dar como palavra de ordem a formação urgente de um governo composto de elementos representativos das forças populares, que apoiassem e lutassem pelas reformas de base⁷².



Um apelo da UDN, maior frente oposicionista brasileira, em nome da defesa das instituições democráticas que estariam seriamente ameaçadas, foi destaque nas páginas do *Século*, que enfatizava o papel deste partido o qual se dizia contrário a quaisquer progressos dos movimentos comunistas de guerra

⁷² O SÉCULO. Lisboa, 19 mar. 1964. A. 84. N. 29431. p. 1 e 10.

revolucionária, estando firmemente resolvido a impedir a infiltração comunista que pretendia estabelecer no Brasil um regime totalitário, com supressão das liberdades. A marcha da Família com Deus e pela Liberdade ocorrida em São Paulo foi também apresentada pelo periódico, que trouxe algumas opiniões sobre o evento expressas pelo jornalismo brasileiro, considerando-o como a manifestação cívica mais importante da história do Brasil e qualificando-a como uma marcha contra o comunismo. O jornal explicava ainda que o objetivo da marcha fora travar o processo revolucionário desencadeado por Goulart⁷³.



⁷³ O SÉCULO. Lisboa, 22 mar. 1964. A. 84. N. 29434. p. 1 e 8.

Diante da marcha oposicionista, o *Século* divulgava que o governo Goulart estaria a estudar formas de repressão, inclusive com a ação das forças armadas. Nesse sentido, o jornal citava a ideia da criação de um dispositivo militar para refrear e impedir as manobras dos agitadores da oposição, sem deixar de, simultaneamente, assegurar os direitos legais de livre manifestação do povo. De acordo com tal versão, os governistas apontavam para a necessidade de por termo às atividades de agitadores subvencionados por entidades subversivas, os quais promoviam alterações da ordem e depredações, sempre que tivessem a oportunidade de agir. Frente a tal perspectiva, o chefe de Estado brasileiro teria prometido convocar os ministros militares para estudar a situação e a possibilidade de uma intervenção das forças armadas com o objetivo de reprimir aquele tipo de abuso⁷⁴.

⁷⁴ O SÉCULO. Lisboa, 23 mar. 1964. A. 84. N. 29435. p. 1.

O PRESIDENTE GOULART REÚNE-SE AMANHA GOM OS TRÊS MINISTROS MILITARES

PARA ESTUDAR A SITUAÇÃO CRIADA PELOS AGITADORES E A POSSIBILIDADE DA INTERVENÇÃO DAS FORÇAS ARMA-DAS «PARA A REPRESSÃO DOS ABUSOS»

Na concepção do periódico lisboeta, Goulart pretendia obter a legalização do Partido Comunista, bem como a aprovação de uma emenda constitucional que lhe permitisse concorrer à reeleição. Era apontado também que Jango teria enviado um sobrinho a Cuba, para participar do Movimento da Juventude Comunista Cubana. Diante disso, o jornal explicava que alguns políticos brasileiros receavam que o presidente, que fora o "protegido dileto" de Getúlio Vargas, estaria se preparando para dissolver o Congresso, governar por decreto e estabelecer uma ditadura, com o apoio dos comunistas. No mesmo sentido, era citada também a declaração de um deputado oposicionista, para o qual Goulart

fora protegido de um ditador, tendo feito a sua carreira ao abrigo da ditadura, de modo que o seu único objetivo era a ditadura pessoal⁷⁵.

POLÍTICOS BRASILEIROS TEMEM QUE GOULART DISSOLVA O CONGRESSO E ESTABELEÇA UMA DITADURA COM O APOIO DOS COMUNISTAS

A formação de uma "frente popular" no Brasil foi notícia do *Século*, ao detalhar que a mesma era destinada a dar ao chefe de Estado uma maioria de trabalho dentro do parlamento, com um programa de ação comum, o qual retomava no conjunto as reformas agrária, fiscal, bancária e constitucional propostas pelo governo. O jornal destacava que tal frente era formada por integrantes de diversos partidos, com o apoio do conjunto das centrais sindicais

⁷⁵ O SÉCULO. Lisboa, 24 mar. 1964. A. 84. N. 29436. p. 1 e 6.

e das formações políticas de esquerda. Na mesma edição, o periódico noticiava que a agitação política no Brasil era incrementada pelo constante aumento do custo de vida, o que estaria a estimular um tipo de inflação que prejudicava o desenvolvimento e poderia acarretar depressões⁷⁶.

A POLÍTICA BRASILEIRA FORMOU-SE UMA FRENTE POPULAR PARA DAR AO PRESIDENTE, NO PARLAMENTO, UMA «MAIORIA DE TRABALHO»

Mais uma manifestação do líder oposicionista Carlos Lacerda era publicada nas páginas do jornal lisbonense, reproduzindo trechos de um manifesto do político, cuja ideia central era traduzida na manchete de que o presidente Goulart estaria sendo colonizado pelos comunistas, imaginando utilizá-los quando, em verdade, seriam eles que estariam a fazê-lo. Outro trecho de tal manifestação garantia que o povo estava consciente e vigilante, além de haver a crença nas forças armadas como anteparos contra a ação governamental. O periódico trazia ainda algumas considerações traçadas acerca da frente popular brasileira recentemente criada, dando destaque à comparação

⁷⁶ O SÉCULO. Lisboa, 25 mar. 1964. A. 84. N. 29437. p. 1 e 8.

realizada acerca da mesma, ao explicar-se que ela se parecia bastante com uma criança nascida antes do tempo⁷⁷.



A sublevação dos marinheiros foi noticiada com estrépito pelo *Século*, ao narrar que os marujos barricaram-se em um sindicato dominado pelos comunistas, contando com a adesão dos fuzileiros designados para prendê-los. O jornal trazia as diversas consequências advindas da ação dos marinheiros amotinados, considerada pelas autoridades militares como uma tentativa de

⁷⁷ O SÉCULO. Lisboa, 26 mar. 1964. A. 84. N. 29438. p. 1 e 6.

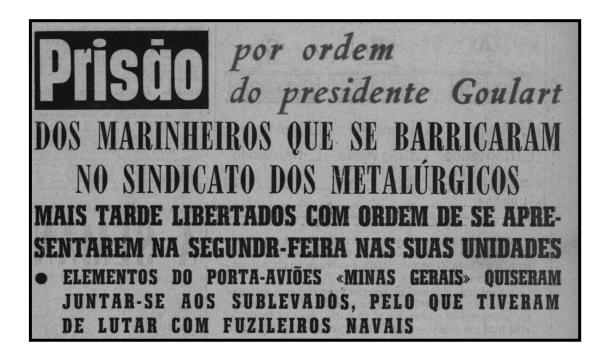
subversão e de indisciplina. De acordo com o periódico, a rebelião iniciara quando os marinheiros sindicalizados pretendiam comemorar o segundo aniversário de sua associação, desafiando o ministério que havia proibido reuniões de caráter político. Ainda na mesma edição, no campo político, a folha lisboeta informava sobre a formação de uma aliança entre Carlos Lacerda e Ademar de Barros, de modo que, em resposta à frente popular de Jango, seria estruturado um "bloco democrático" contra o presidente⁷⁸.

SUBLEVAÇÃO DE TROPA NO RIO DE JANEIRO ELEMENTOS DA ARMADA BARRICARAM-SE NA SEDE DE UM SINDICATO DOMINADO PELOS COMUNISTAS • UMA FORÇA ENVIADA PARA OS PRENDER ADERIU À REBELIÃO • O PRESIDENTE GOULART REGRESSOU IMEDIATAMENTE DO RIO GRANDE DO SUL • DEMITIU-SE O MINISTRO DA MARINHA

A situação brasileira foi enquadrada pelo jornal português como caótica, notadamente a partir do destino dos marinheiros acumpliciados com os

⁷⁸ O SÉCULO. Lisboa, 27 mar. 1964. A. 84. N. 29439. p. 1 e 7.

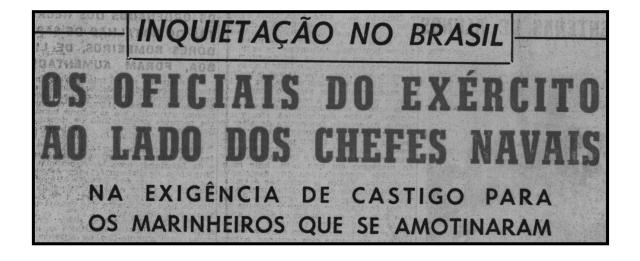
sindicalistas. O periódico noticiava que havia ocorrido a libertação dos amotinados, com a obrigação de reapresentarem-se posteriormente, chamando atenção para o fato de que os sublevados teriam obtido êxito em sua ação, afirmando que eles mostravam-se alegres ao saírem do seu reduto, vangloriando-se de terem obtido uma vitória completa⁷⁹. Mas a reação não se faria esperar e o jornal em seguida apresentava a manifestação dos oficiais do exército que exigiam castigo para os marinheiros amotinados⁸⁰.



⁷⁹ O SÉCULO. Lisboa, 28 mar. 1964. A. 84. N. 29440. p. 1 e 8.

⁸⁰ O SÉCULO. Lisboa, 31 mar. 1964. A. 84. N. 29443. p. 1.

Referindo-se à "inquietação no Brasil", o *Século* descrevia a adesão do Clube Militar às reivindicações das lideranças militares que exigiam punições aos marinheiros sublevados, por estarem doutrinados pelos dirigentes sindicais de tendência comunista e em nome da disciplina militar e das determinações constitucionais. O jornal destacava que os chefes militares considerável inaceitável o fato dos amotinados terem promovido a celebração de uma vitória, a qual representava uma humilhação para a hierarquia da marinha. O periódico chamava atenção de que os marinheiros rebeldes tinham se inspirado no filme revolucionário russo *Couraçado Potemkin*, vindo o mesmo a constituir uma das centelhas que fizera explodir o motim entre marinheiros e fuzileiros⁸¹.



⁸¹ O SÉCULO. Lisboa, 31 mar. 1964. A. 84. N. 29443. p. 1 e 2.

A revolta das tropas federais em Minas Gerais contra Goulart foi amplamente divulgada pela folha lisbonense, explicando que havia a adesão de governantes de vários outros estados ao movimento. O jornal se referia à grave situação política do Brasil, destacando que havia a informação de que o objetivo da "revolta" era a eleição de um novo presidente. Havia algumas dúvidas na cobertura do periódico, notadamente quanto às reações de Jango e se existiriam perturbações em outros pontos do país. A João Goulart, o Século atribuía a frase de que as reformas seriam levadas por diante contra tudo e contra todos. O grande destague, entretanto, era o manifesto publicado pelos generais brasileiros, acusando Jango de seguir uma trilha criminosa e de praticar perjúrio, não cumprindo ou defendendo a constituição, mas, ao contrário, ofendendo-a. Vários trechos de tal manifesto eram citados, com destaque para a justificativa de que a reação, em legítima defesa, estava estipulada na própria lei, daí a deflagração do movimento, ou ainda a constatação de que o "facinoroso" comício" de 13 de março intensificara no seio do povo profundamente ameaçado, uma angústia e um clamor crescente, aos quais as lideranças militares estariam atendendo⁸².

⁸² O SÉCULO. Lisboa, 1º abr. 1964. A. 84. N. 29444. p. 1 e 6.

REVOLTARAM-SE CONTRA O GOVERNO DO PRESIDENTE JOÃO GOULART AS TROPAS FEDERAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS QUE FOI SEPARADO DA UNIÃO BRASILEIRA

Ainda que se referisse a uma situação delicada, a manchete do *Século*, a 2 de abril estampava: "Triunfou a rebelião no Brasil", pormenorizando que Goulart poderia ter se demitido e Mazzilli assumia presidência. O jornal anunciava também que a Confederação Geral do Trabalho decretara uma greve geral, além de afirmar que era tensa a situação em Pernambuco, considerado como centro frequente de agitação comunista. O periódico se referia à agonia do governo de João Goulart, noticiava as primeiras prisões, citava os estados que aderiram à "revolta", ressaltava as manifestações de alegria diante da queda de Jango e explicava que vários setores militares fizeram causa comum com os "revoltosos"83.

⁸³ O SÉCULO. Lisboa, 2 abr. 1964. A. 84. N. 29445. p. 1 e 9.

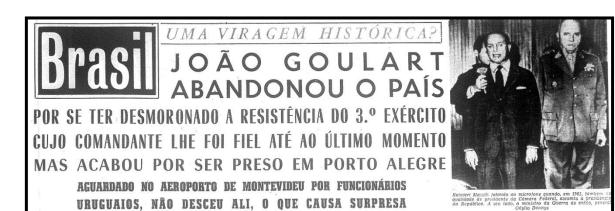
UMA SITUAÇÃO DELICADA E CONFUSA

TRIUNFOU A REBELIAO NO BRASIL

- O PRESIDENTE JOÃO GOULART (QUE DIZEM TER-SE DEMITIDO) DEIXOU BRASÍLIA, COM OS SEUS FAMILIARES, NUM AVIÃO FRETADO. PLANO DE VOO: PORTO ALEGRE. MAS TAMBÉM SE DIZ QUE SEGUIU PARA O ESTRANGEIRO
- MAZZILI, PRESIDENTE DA CÂMARA FEDERAL, ASSUMIU CONSTITUCIONALMENTE A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

O jornal lançava a questão se aquele momento representaria uma viragem histórica na formação brasileira, explicando que Goulart abandonara o país por ver desmoronada a possibilidade de resistência. Tal manchete era ilustrada pela fotografia de arquivo mostrando Mazzilli discursando e a coincidência era que o político era ladeado por um militar. A publicação lisbonense destacava também o desfile de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, em ação de graças por ter sido o Brasil salvo do comunismo, de modo que tal manifestação foi considerada como uma verdadeira festa para todos aqueles a quem inquietava a política socializante de Jango. O *Século* afirmava ainda que Goulart não se demitira e sim fora demitido pelo Congresso por abandono de lugar, de modo que, dentro de um mês, o Brasil teria um novo presidente⁸⁴.

⁸⁴ O SÉCULO. Lisboa, 3 abr. 1964. A. 84. N. 29446. p. 1 e 8.



DESFILOU EM COPACABANA NUMA ACÇÃO DE GRAÇAS POR «TER SIDO O BRASIL SALVO DO COMUNISMO»

O jornal destacava também o início da política repressiva, afirmando que se sucediam as prisões em todo o país, uma vez que foram dados plenos poderes à polícia para agir contra a subversão. A entrada no Rio de Janeiro do general Mourão Filho à frente das tropas "rebeldes" foi outro tema abordado pelo periódico, o qual trazia declarações do militar, segundo o qual as forças armadas tinham uma tradição que nunca fora quebrada, bem como o exército existia para servir. Sob o título "Goulart entregou o Brasil ao caos", o *Século* noticiava as repercussões dos acontecimentos brasileiros na imprensa americana e britânica, cujas conclusões giravam em torno de que o Brasil era um país desesperadamente enfermo e que o exército intervira no sentido de fazer respeitar a constituição. Uma nota informava sobre a possibilidade de Cuba oferecer auxílio militar para intervir no Brasil⁸⁵.

A localização do presidente derrubado chamou a atenção do periódico, buscando apresentar o seu itinerário que deveria estar entre o Rio Grande do Sul, a Argentina e o Uruguai, embora ressaltasse que todas as informações a tal respeito pecavam ainda por inconsistência. Na mesma edição, o jornal noticiava que havia prisões em todo o país, com deportações para a ilha de Fernando de Noronha, além da apreensão de quatro chineses que treinavam guerrilheiros e que possuíam uma lista de generais "a abater". Além disso, a folha citava a promessa de Ademar de Barros, pela qual mais de duzentos agentes vermelhos

⁸⁵ O SÉCULO. Lisboa, 3 abr. 1964. A. 84. N. 29446. p. 8.

seriam apanhados no Brasil, metidos em uma "arca de Noé" e despachados para a Rússia⁸⁶.

O MISTÉRIO ENVOLVE AINDA O PARADEIRO DE JOÃO GOULART

A ESPOSA DO PRESIDENTE DEPOSTO, AO CHEGAR A MONTEVIDEU COM SEUS DOIS FILHOS, DISSE QUE O MARIDO CONTINUA EM TERRITÓRIO BRASILEIRO

FAZEM-SE PRISÕES EM TODO O BRASIL

Segundo o diário lisboeta, já fazia alguns dias que os generais brasileiros estavam alertados sobre a subversão que ameaçava o Brasil. A possível influência norte-americana nos acontecimentos brasileiros também foi abordada⁸⁷. O *Século* viria ainda a noticiar que os chefes militares estariam a exigir a eleição imediata de um general para a presidência do Brasil, uma vez que haveria a necessidade urgente de expulsar todos os comunistas infiltrados nos poderes legislativo e executivo e também colocados em posições de chefia.

⁸⁶ O SÉCULO. Lisboa, 4 abr. 1964. A. 84. N. 29447. p. 1 e 8.

⁸⁷ O SÉCULO. Lisboa, 4 abr. 1964. A. 84. N. 29447. p. 8.

O jornal enfatizava que o exército brasileiro estava a determinar uma guerra sem tréguas aos comunistas, de modo que aqueles que estivessem infiltrados nas forças armadas deveriam ser expulsos de seus postos e até mesmo do país. Explicava que uma assembleia de oficiais superiores decidira também pela exclusão dos funcionários civis de obediência comunista, assim como os parlamentares comunistas deveriam ser privados de todos os seus direitos políticos e, por fim, os dirigentes sindicais comunistas deveriam ser processados, levando em conta a segurança do Estado e a direção dos sindicatos restituída aos "verdadeiros trabalhadores"88.

O Século noticiava também que as forças armadas brasileiras pretenderiam provar que a destituição de Goulart não fora um golpe militar, já que sua intenção seria a de evitar a ignomínia da implantação de uma "ditadura comuno-sindical", a continuar a política de Jango. Além disso, os militares argumentavam que não tolerariam a ideia de partilhar com os sindicatos as responsabilidades constitucionais e a defesa das instituições, apontando para a "repercussão detestável" que tivera a participação de Goulart na assembleia dos sargentos, a qual teria degenerado em apologia da indisciplina e da rebelião. O jornal apontava também que as prisões multiplicavam-se no Brasil, tanto de personalidades sindicais, política ou militares que apoiavam Goulart, como de cidadãos de países comunistas, divulgando que checos, cubanos e chineses, todos estariam a intrometer-se na situação brasileira⁸⁹.

⁸⁸ O SÉCULO. Lisboa, 5 abr. 1964. A. 84. N. 29448. p. 1 e 8.

⁸⁹ O SÉCULO. Lisboa, 5 abr. 1964. A. 84. N. 29448. p. 8.

Mais uma declaração do governante apoiador do movimento, Ademar de Barros, foi exaltada pela folha portuguesa, desta vez sobre a política externa brasileira. Tal político, apresentado como um dos chefes da "revolução vitoriosa", anunciava um novo rumo para a diplomacia, com a finalidade de reconquistar a confiança internacional, mormente a estadunidense, bem como reconduzir o Brasil na sua tradicional política pró-ocidental, eliminando a "desastrosa influência" de Pequim, Moscou e Havana no Brasil. Ainda segundo o governador paulista, o movimento recém-perpetrado constituíra uma luta unicamente para defender a democracia, não se tratando de uma revolução, mas de um movimento armado, tendente a levar o país de volta à sua tradicional política diplomática favorável ao bloco ocidental⁹⁰.

90 O SÉCULO. Lisboa, 6 abr. 1964. A. 84. N. 29449. p. 1 e 10.

RUNCO RECONQUISTAR RUNCO A CONFIANÇA MUNDIAL PRINCIPALMENTE A DOS ESTADOS UNIDOS E RECONDUZIR O BRASIL NA SUA TRADICIONAL POLÍTICA PRÓ-OCIDENTAL FOI O OBJECTIVO DO MOVIMENTO QUE DERRUBOU GOULART — DECLAROU O GOVERNADOR DE S. PAULO, ADEMAR DE BARROS

O jornal informava que o Brasil continuava sob rigorosas medidas de segurança, prosseguindo as prisões de adeptos do regime derrubado. Citava que soldados e policiais militares tinham realizado buscas no escritório comercial da Legação húngara, apreendendo cofres e documentos. Noticiava que pessoas que viviam nas vizinhanças da embaixada soviética teriam visto funcionários russos queimando documentos e fotografias. Destacava ainda que havia diligências para apurar as atividades de uma missão da China comunista, reiterando a informação da prisão de agentes do governo comunista de Pequim, tendo-se encontrado em seu poder grande quantidade de material de propaganda subversiva, além de listas que comprovavam a entrega de dinheiro

a diversos chefes esquerdistas brasileiros e o arrolamento de nomes de homens públicos que deveriam ser eliminados. Aparecia também uma notícia sobre declarações de Jango à imprensa uruguaia, afirmando que não trataria de questões políticas quando de sua permanência no país vizinho⁹¹.

Como sinônimo da consolidação do novo regime no Brasil, o periódico trazia um "rescaldo do Brasil", apresentando as declarações de um dos militares "revolucionários", segundo o qual a intenção era a salvação do país do comunismo, sem interesses por poder ou empregos. O periódico divulgava que continuava em todo o Brasil a onda de detenções de comunistas declarados e dos suspeitos de ligações com o comunismo, explicando que as operações policiais visavam exclusivamente aos militantes comunistas culpados de atividades subversivas. A publicação enfatizava que as autoridades brasileiras estariam estupefatas perante a amplidão da infiltração comunista em toda a administração pública, anunciando a apreensão de muito material de propaganda, especialmente nos estabelecimentos oficiais e nas empresas estatais⁹².

⁹¹ O SÉCULO. Lisboa, 6 abr. 1964. A. 84. N. 29449. p. 10.

⁹² O SÉCULO. Lisboa, 7 abr. 1964. A. 84. N. 29450. p. 1 e 6.

- Rescaldo no Brasil «NÓS, OS DO EXÉRCITO, AJUDÁMOS A SALVAR O PAÍS DO COMUNISMO MAS NÃO QUEREMOS O PODER NEM BONS EMPREGOS» -DISSE UM CORONEL REVOLUCIONÁRIO

Aos poucos o *Século* também trazia a ideia do retorno da normalidade no Brasil, como ao anunciar que, com o apoio dos grandes partidos e as medidas adotadas pelo Congresso, o general Castelo Branco deveria se eleger como o novo presidente. O jornal trazia a opinião de um dos líderes da nova situação, segundo o qual o Congresso elegeria "livremente" os homens que lhe fossem indicados, para assegurar a conduta dos destinos nacionais e que merecessem a confiança do povo. Noticiava também que os chefes militares do movimento tencionavam colocar em prática dispositivo que permitisse a adoção de certo número de medidas de exceção, voltadas a por termo ao processo de comunização, iniciado por Jango, anular mandatos parlamentares e privar de seus direitos políticos aqueles que tiveram participação em tal processo. A

"operação limpeza" no parlamento indicada por Ademar de Barros também foi destacada pelo periódico, bem como a sua proposta de constante vigilância diante daqueles que tinham sido apeados do poder. Ainda foi divulgado que o novo ministro brasileiro das finanças defendia a execução de uma campanha de austeridade para revigorar a debilitada economia do Brasil⁹³.

O CONGRESSO BRASILEIRO DEVE ELEGER HOJE O GENERAL CASTELO BRANCO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DEPOIS DE TER APROVADO A LEGISLAÇÃO NECESSÁRIA OS GRANDES PARTIDOS APOIAM A CANDIDATURA

⁹³ O SÉCULO. Lisboa, 8 abr. 1964. A. 84. N. 29451. p. 1 e 7.

Uma entrevista do ministro brasileiro das relações exteriores foi destaque nas páginas do *Século* ao afirmar que, como parte integrante do mundo ocidental, seria normal que fossem mais íntimas e profundas as relações do Brasil com aqueles países com os quais estivesse ligado por uma herança de ideias comuns, e com os quais partilhava das mesmas aspirações de liberdade e progresso. De acordo com o diplomata, não houvera no Brasil uma subversão da ordem, mas uma reordenação coerente com as tradições democráticas do povo brasileiro, de modo que os novos governantes continuariam a apoiar as medidas que buscassem o império da ordem e da justiça entre as nações, respeitando as obrigações dos sistemas de segurança coletiva⁹⁴.

NÃO HOUVE NO BRASIL UMA SUBVERSÃO DA ORDEM MAS A RECOLOCAÇÃO DO PAÍS NOS CAMINHOS COERENTES COM A TRADIÇÃO —DISSE O MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

⁹⁴ O SÉCULO. Lisboa, 9 abr. 1964. A. 84. N. 29452. p. 1 e 9.

O periódico deu também grande destaque à figura do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, um dos maiores críticos do populismo no Brasil, o qual estaria a passar por uma transição de "derrubador de presidentes", para "organizador de governos". A folha exaltava que, no entender de muitos observadores, aquele político dominava, com toda a força da sua personalidade, a equipe promotora do movimento "constitucionalista" que derrubara Goulart. Para o Século, a principal participação de Lacerda situava-se no plano das ideias, de modo que ele era apontado como o "teórico da revolução" no Brasil, ao considerar que o problema do país já não era mais o da legalidade e sim o da segurança nacional. Na concepção do governante, o Brasil tornara-se propriedade de uma casta que, naquele momento, se disfarçava de socialista, como antes se disfarçara de fascista, mas que, na realidade era uma casta de incompetentes e de profissionais da demagogia patronal e operária, que falavam de reformas, mas não as faziam, por não terem real interesse e, se as fizessem, não seria honestamente. Segundo a publicação lisboeta, a argumentação de Lacerda fora decisiva para convencer as forças armadas e as elites de que a política de Jango conduziria o país para uma situação caótica, cujos únicos beneficiários seriam os comunistas, já infiltrados no governo⁹⁵.

Permanecia a perspectiva de demonstrar a tranquilidade na situação brasileira, de modo que o jornal noticiava que, uma semana depois da deposição de Goulart, pela "fulminante revolução constitucionalista", a ordem reinava no país, estando prestes a ser eleito o novo presidente. De acordo com o periódico

⁹⁵ O SÉCULO. Lisboa, 9 abr. 1964. A. 84. N. 29452. p. 9.

poderia verificar-se que a nova ordem no Brasil não se assentava no terror, uma vez que os dirigentes da "revolução" empenhavam-se, acima de tudo, em elaborar uma fórmula política capaz de remediar o vácuo criado pela derrocada da situação vigente anteriormente. Contraditoriamente, o *Século* divulgava que tinham sido concedidos ao presidente amplos poderes discricionários para promover a depuração sumária dos comunistas, havendo àquela altura três mil presos políticos, bem como a suspensão das garantias constitucionais para levar em frente a limpeza do parlamento, da administração e do exército em relação aqueles que teriam participado no progresso da comunização no Brasil, até que estivesse completamente extirpada a "chaga vermelha"⁹⁶.

Na mesma linha, a publicação destacava a privação dos direitos políticos de várias lideranças da antiga situação, bem como a retirada de mandatos parlamentares, em ação dos chefes militares "constitucionalistas". Informava o jornal que todos os membros da frente parlamentar nacionalista, com elementos da extrema esquerda de todos os partidos foram afastados, listando vários nomes daqueles que perdiam mandatos e/ou direitos de ação política. O periódico enfatizava ainda as decisões tomadas pelos chefes militares "revolucionários" para evitar o malogro dos objetivos de seu "levantamento" e a declaração de Carlos Lacerda, para o qual, Goulart deixara os comunistas "colonizar" o seu partido⁹⁷.

⁹⁶ O SÉCULO. Lisboa, 10 abr. 1964. A. 84. N. 29453. p. 1 e 8.

⁹⁷ O SÉCULO. Lisboa, 11 abr. 1964. A. 84. N. 29454. p. 1 e 7.

DE DIREITOS POLÍTICOS POR DEZ ANOS JOÃO GOULART, JÂNIO UADROS, MIGUEL ARRAIS E MAIS VINTE E SEIS POLÍTICOS

A escolha de Castelo Branco como presidente provisório do Brasil por um Congresso já depurado dos seus membros "comunistas ou filo-comunistas" foi manchete na primeira página do *Século*. De acordo com o jornal, dentre as propostas do general-presidente se destacavam o combate ao comunismo e a

melhoria das condições de vida dos trabalhadores agrícolas. O periódico também destacava que os chefes do movimento militar continuariam atuando no governo, anunciando que o "comando revolucionário" iria formar à volta do presidente eleito uma espécie de "governo-sombra". A folha noticiava ainda que fora apresado e escoltado um petroleiro soviético suspeito de transportar documentos sobre as atividades comunistas no Brasil, assim como a continuidade da ação governamental brasileira em prol da depuração dos comunistas e esquerdistas no governo federal e nos governos locais⁹⁸.

NOVO PRESIDENTE NO BRASIL O CONGRESSO ELEGEU O GENERAL HUMBERTO CASTELO BRANCO

CHEFE DE ESTADO PROVISÓRIO ATÉ À POSSE DO PRESIDENTE QUE SERÁ ESCO-LHIDO NAS ELEIÇÕES DE 1965

⁹⁸ O SÉCULO. Lisboa, 12 abr. 1964. A. 84. N. 29455. p. 1 e 6.

A eleição de Castelo Branco e seu vice foi caracterizada pelo jornal lisbonense como uma "cruzada anticomunista", ressaltando declaração do general-presidente, esclarecendo que seus objetivos seriam restabelecer a legalidade, revigorar a democracia, restaurar a paz e promover o progresso e a justiça social, de modo a cumprir os intentos do movimento vitorioso, no qual teriam se irmanado o povo e as forças armadas para restabelecer a liberdade do Brasil. O Século também divulgava que as autoridades públicas estariam a proceder à seleção de documentos em todos os setores do governo derrubado, com a finalidade de preparar um "livro negro" que levaria ao conhecimento do público a confirmação de todas as suspeitas que motivaram o movimento político e militar contra Goulart. Segundo tal perspectiva, havia a convicção de que ia preparar-se um golpe de Estado com o encerramento do Congresso e a aplicação de um dispositivo sindical, constituindo esta uma certeza dos organizadores da "revolução" que estariam interessados em mostrar que não restavam dúvidas que teriam sido levados a agir estritamente em defesa do regime democrático⁹⁹.

A penetração comunista e a presença de espiões chineses e soviéticos voltavam a ser comentadas nas páginas da folha. Nesse sentido, divulgava que a infiltração comunista nos bancos brasileiros seria objeto de um inquérito, havendo até então a presença no instituto dos bancários de dirigentes comunistas, que tudo faziam para subverter a ordem, inclusive mantendo cursos de marxismo e leninismo, para os funcionários mais fáceis de serem

⁹⁹ O SÉCULO. Lisboa, 13 abr. 1964. A. 84. N. 29456. p. 1 e 6.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

conduzidos pelos esquerdistas, lançando mão para tanto até mesmo de uma estação de rádio clandestina. O periódico noticiava que permanecia o mistério do petroleiro soviético aprisionado, pois poderia, segundo notícias não confirmadas, estar transportando armamento destinado a um golpe revolucionário comunista no Brasil. Na mesma linha, o jornal retomava a informação de que haveria uma lista de oficiais a suprimir em poder dos chineses presos como agitadores e destacava que, na embaixada russa no Rio de Janeiro, funcionários queimaram papéis e filmes, numa fogueira, durante horas, a ponto de incomodar os moradores da vizinhança¹⁰⁰.

_

¹⁰⁰ O SÉCULO. Lisboa, 13 abr. 1964. A. 84. N. 29456. p. 6.

RESTABELECER A LEGALIDADE, REVIGORAR A DEMOCRACIA E PROMOVER O PROGRESSO E A JUSTIÇA SOCIAL SÃO OS OBJECTIVOS DO NOVO PRESIDENTE DO BRASIL

Assim o *Século* também fez eco à visão pela qual a transformação política no Brasil de março/abril de 1964 fora uma medida saneadora em direção a criar um anteparado à ação comunista. Como uma publicação das mais tradicionais no contexto jornalístico português da época, anunciando inclusive em seu cabeçalho que seria "o jornal de maior circulação em Portugal", e sob o manto do periodismo informativo, a folha acabaria por revelar sua predileção ao noticiar/comentar os acontecimentos no Brasil. Mais uma vez a estratégia era dar preferência à divulgação dos pronunciamentos anti-populistas, de modo que as principais manchetes eram aquelas destinadas às vozes oposicionistas. Perpetrada a derrubada de João Goulart, o *Século* manteve a postura de

progressivamente criar a imagem de normalidade para os episódios, de modo a demonstrar que a nova situação política do Brasil estaria institucionalizada e legitimada, em nome da "liberdade e da democracia".

O Jornal de Notícias

O *Jornal de Notícias* foi editado na cidade do Porto, desde 2 de junho de 1888. Ainda que predominantemente informativo, atuou como um matutino de inspiração regeneradora, tanto que em seu programa declarava que combateria nas fileiras do Partido Regenerador. Mas fazia a ressalva de que não representaria individualidades, ainda que elas se impusessem dentro do partido, nem favoreceria os agrupamentos parciais, por considerar inaceitável qualquer fragmentação que roubasse a força, que só poderia ser dada pela completa unidade. Dizia ter entrado na luta política com as suas convicções e com o propósito a que elas o obrigavam¹⁰¹. Ao longo da história da sua circulação, passou de monárquico-regenerador, até 1907, para republicano, entre 1908 e 1926 e nacionalista, entre 1926 e 1945. Após os meados da década de quarenta, começou a afastar-se do Estado Novo, chegando a ser observado como um periódico de certa oposição ao regime¹⁰².

¹⁰¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 2 jun. 1888. A. 1. N. 1. p. 1.

¹⁰² LEMOS, 2006, p. 390 e 392.

O periódico portuense deu ampla cobertura aos acontecimentos no Brasil nos primeiros meses de 1964. A respeito do comício de 13 de março, a manchete do jornal questionava se Goulart viria a assinar o decreto da reforma agrária, mas previa que poderiam ocorrer escaramuças entre os partidários de Jango e os oposicionistas¹⁰³. Na edição seguinte, a folha confirmava a assinatura do projeto de reforma agrária, afirmando que Jango havia jogado a sua cartada e descrevia a mobilização pública como um comício sindical para reivindicar reformas de base. O *Jornal de Notícias* fazia um diagnóstico da tensa situação que marcava a conjuntura, explicando que o nervosismo com que os meios políticos aguardavam o comício traduzia a incerteza que caracterizava a vida pública brasileira. A respeito de tal contexto, esmiuçava que os problemas se acumularam no Brasil, onde ninguém estaria à altura de resolvê-los, resultando daí um ambiente de desconfiança cujos efeitos se faziam sentir nomeadamente no domínio financeiro, com a crescente desvalorização do cruzeiro. A

¹⁰³ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 13 mar. 1964. A. 76. N. 280. p. 1 e 14.

publicação fazia ainda uma análise a respeito das eleições presidenciais marcadas para o ano seguinte, apreciando os possíveis candidatos¹⁰⁴.

GOULART ASSINARÁ HOJE O DECRETO DA REFORMA AGRÁRIA?

HOJE É DIA DE COMÍCIO NO RIO

GOULART SEMPRE ASSINOU o decreto da reforma agrária

¹⁰⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 14 mar. 1964. A. 76. N. 281. p. 1 e 14.

GOULART JOGOU A SUA CARTADA —assinado o decreto da reforma agrária

Ainda acerca da manifestação pública, o jornal divulgava que duzentas mil pessoas tinham participado no comício no qual fora advogada a causa da reforma da constituição. O periódico descrevia a reação adversa da maioria da imprensa brasileira ligada à oposição, com as acusações quanto à aproximação de Jango com os comunistas e uma pretensa ambição do mesmo de permanecer no poder. Entretanto, a folha portuense afirmava que, contrastando com o severo julgamento da imprensa, o presidente fora muito aplaudido pelas duzentas mil pessoas que assistiam à manifestação e na qual ele declarara que a reforma agrária seria uma conquista do povo, como a publicação estampava em manchete, esclarecendo que aquele projeto governamental teria, incontestavelmente, alcance revolucionário 105.

¹⁰⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 15 mar. 1964. A. 76. N. 282. p. 1 e 16.



GOULART: a reforma agrária será conquistada pelo povo

João Goulart apareceria mais uma vez como protagonista nas manchetes do *Jornal de Notícias*, como aquele que propusera ao parlamento várias emendas à constituição, colocando-se à frente na "batalha pelas reformas". O jornal explicava o projeto reformista, notadamente quanto à estrutura fundiária e às limitações ao capital internacional, qualificando as propostas presidenciais como uma autêntica mensagem de combate. Havia também referências à oposição brasileira que estaria dividida entre a cólera e o medo, apelando inclusive para a busca do afastamento de Jango por violação da constituição e por estar confirmando a sua vocação de "chefe da esquerda"¹⁰⁶.

 $^{^{\}rm 106}$ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 17 mar. 1964. A. 76. N. 284. p. 1 e 14.

GOULART PROPÔS AO PARLAMENTO VÁRIAS EMENDAS À CONSTITUIÇÃO

GOULART PÕE-SE À FRENTE NA «BATALHA PELAS REFORMAS»

As reações oposicionistas ao projeto reformista de Goulart também foram pauta na abordagem da publicação portuense ao divulgar a intenção de formarse uma frente comum contra o presidente, de modo que Carlos Lacerda estaria a buscar a formação de uma aliança com Juscelino Kubitschek e Ademar de Barros, além de tomar posições contra Jango. O jornal noticiava que Lacerda, chefe do anticomunismo militante no Brasil, enviara mensagem aos outros dois políticos sugerindo a formação de uma frente de união nacional contra as ameaças de ditadura e os acontecimentos provocados pela ação comunista, antes que fosse demasiado tarde. Em contrapartida, o periódico divulgava que João Goulart estava disposto a entrar na história como o presidente das

reformas e que, além de estar trabalhando pelos seus projetos, pretendia visitar nove países europeus na metade daquele ano¹⁰⁷.

CARLOS LACERDA TENTA UMA ALIANÇA
COM KUBITSCHEK E ADEMAR DE BARROS

LACERDA TOMA POSIÇÕES CONTRA JOÃO GOULART

"Jango" visitará em Julho nove países da Europa

¹⁰⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 18 mar. 1964. A. 76. N. 285. p. 1 e 14.

De acordo com a folha, o plano reformista de Goulart trouxera agitação política no Brasil, movimentando os grupos políticos de diferentes tendências, referindo-se à tentativa da formação da frente de união nacional em defesa da liberdade democrática, congregando os oposicionistas, ao passo que os seguidores de Jango intentavam tirar o maior partido possível do efeito de choque que os últimos acontecimentos tinham provocado entre os conservadores. Nesse sentido, afirmava que João Goulart tinha por projeto ampliar a sua exposição pública em manifestações populares, enquanto a Confederação Geral dos Trabalhadores anunciava um plano de resistência democrática contra as manobras conservadoras que pretendiam mover no Congresso o plano que levasse à perda de poderes do presidente¹⁰⁸.

AGITAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL desencadeada por Goulart com o seu plano de reformas

¹⁰⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 19 mar. 1964. A. 76. N. 286. p. 1 e 14.

GOULART PREPARA nova série de decretos de sentido reformista

Na tentativa de mostrar os dois lados em confronto, o *Jornal do Comércio* destacava a efervescência social no Brasil, onde dezenas de milhar de pessoas tinham se manifestado contra as reformas propostas por João Goulart. A folha descrevia a manifestação organizada pelas associações "democráticas anticomunistas" dos estados de São Paulo e Minas Gerais que, em nome de "Deus e Pátria", combatiam o projeto reformista de Jango e o "cancro comunista". Segundo o jornal, Carlos Lacerda mantinha a ofensiva contra o governo, conclamando os governadores dos estados a lutarem pela liberdade e contra a "guerra revolucionária". Por outro lado, apresentava a versão de Goulart, defendendo-se contra as acusações de golpismo e pessoalismo a ele imputadas, bem como dizia não ter planos ditatoriais¹⁰⁹.

¹⁰⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 21 mar. 1964. A. 76. N. 288. p. 1 e 14.

EFERVESCÊNCIA SOCIAL NO BRASIL

DEZENAS DE MILHAR DE PESSOAS

IANIFESTARAM-SE CONTRA GOULART

O POVO DO BRASIL MANIFESTA-SE contra as reformas de Goulart

A agitação no Brasil oriunda da disputa política foi notícia do periódico portuense, referindo-se às forças que apoiavam e opunham-se aos planos reformistas. Segundo o jornal a tendência era por uma possível derrota das reformas no parlamento, onde Jango não tinha maioria, havendo dúvidas quanto às reações do presidente caso seus projetos fossem rejeitados, mas alinhavava que observadores garantiam a impossibilidade do perigo imediato de um golpe de Estado ou de luta, pois as forças armadas não deveriam participar dos enfrentamentos de cunho político. A folha descrevia ainda o quadro sucessório para as futuras eleições e não deixava de noticiar a mobilização da UDN para impedir a infiltração comunista no Brasil com o estabelecimento de um regime totalitário¹¹⁰. Por outro lado, apresentava as palavras do ministro brasileiro das relações exteriores que, em passagem por

¹¹⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 22 mar. 1964. A. 76. N. 289. p. 1 e 16.

Lisboa, dissera que o Brasil passava apenas por uma crise de crescimento, pois se tratava de um país em evolução e transformação, considerando as controvérsias políticas como normais e frutos de um regime democrático¹¹¹.

INTENSA DISPUTA POLÍTICA AGITA TODO O BRASIL

Na concepção do jornal, Jango estaria a ganhar terreno no parlamento, com a formação de uma frente popular, com o um apoio pluripartidário e das centrais sindicais e das formações políticas da esquerda, mas, ao mesmo tempo, chamava atenção para a tendência de um agravamento da inflação no Brasil¹¹². Nesse meio tempo, o periódico divulgava o espocar da crise nas forças navais brasileiras com a rebelião dentro da marinha, descrevendo alguns traços da história desta nova crise, com a amotinação dos marinheiros, despertando a indignação dos oficiais da marinha, em geral representando segmentos conservadores ou pelos menos tradicionalistas. Além disso, a publicação noticiava que a oposição respondera à formação de uma frente popular, com a

¹¹¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 23 mar. 1964. A. 76. N. 290. p. 1 e 6.

¹¹² JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 25 mar. 1964. A. 76. N. 292. p. 1 e 14.

organização de um "bloco democrático" multipartidário contra o governo de Goulart¹¹³.

CONCRETIZA-SE NO BRASIL A IDEIA DA "FRENTE POPULAR" • João Goulart ganha terreno no Parlamento

DECRETADA A PREVENÇÃO das Forças Navais no Río de Janeiro

TRAÇOS DA HISTÓRIA DESTA NOVA CRISE

¹¹³ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 27 mar. 1964. A. 76. N. 294. p. 1 e 14.

Ainda sobre a crise no Brasil, o *Jornal de Notícias* questionava se a rebelião chegara ao fim, destacando o retorno dos marinheiros e apontando que constituiria sério problema castigá-los. A folha descrevia minuciosamente os acontecimentos, explicando as dificuldades para as soluções, tendo em vista que a sublevação não implicava apenas em questões militares, mas também políticas, colocando o presidente Goulart em uma situação bastante delicada, pois, de um lado as forças mais à esquerda tinham declarado a sua solidariedade para com os insubmissos e, de outro, a oposição da direita entendia que Jango e os seus colaboradores eram os verdadeiros responsáveis pela crise. O periódico ainda fazia referência às reações contrárias ao presidente na imprensa e à ação das forças oposicionistas, buscando incitar os militares para promover a deposição de João Goulart¹¹⁴.

CHEGOU O FIM DA «REBELIÃO» DO RIO DE JANEIRO?

OS SARGENTOS DA MARINHA

REGRESSAM AOS QUARTÉIS

¹¹⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 28 mar. 1964. A. 76. N. 295. p. 1 e 14.

MOMENTO POLÍTICO NO BRASIL

CONSTITUIRÁ SÉRIO PROBLEMA CASTIGAR OS MARINHEIROS QUE SE AMOTINARAM

A OPOSIÇÃO DA DIREITA considera o governo responsável pela crise

Em seguida, o periódico viria a diagnosticar que a crise na marinha fora vantajosa para Goulart, considerando ainda que o presidente teria o inteiro apoio do exército brasileiro. De acordo com o jornal todos os comentadores concordavam que o resultado da rebelião resultara inteiramente em vantagem para Jango, o qual teria obtido uma vitória total com a desorganização da marinha, a qual seria a única hostil aos seus métodos governamentais. Outro fato saliente destacado pela folha seria o incontestável apoio sem reservas dado pelo exército à política do governo, constatando também que a atitude governista para com os insubordinados fora certamente uma atitude de esquerda, aplaudida pelos sindicados e pelo Partido Comunista. A publicação ainda trazia a declaração realizada por Goulart sobre a crise e, apesar de

observar a situação como favorável a ele, não deixava de ressaltar que o futuro era difícil de prever¹¹⁵.



Goulart tem inteiro apoio do exército brasileiro

Na edição seguinte, o jornal reconhecia que a tensão no Brasil não voltara ao zero, referindo-se ao manifesto dos oficiais militares à nação, em repúdio ao procedimento governista quanto aos marinheiros amotinados. O sentimento era de dúvida e o periódico chegava a perguntar se viria a alastrar-se o "incêndio"

¹¹⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 29 mar. 1964. A. 76. N. 296. p. 1 e 9.

brasileiro, informando que o espírito na maior parte da imprensa era de oposição à Goulart, sob o argumento de que a revolução brasileira estava em marcha sob a direção do próprio presidente e nada poderia detê-la a não ser uma intervenção das forças armadas. A folha citava vários representantes do jornalismo brasileiro que atribuíam a Jango a inteira responsabilidade pela crise, por colocar a democracia e a constituição em perigo, além de subverter a legitimidade no país, sendo necessário reconstituir a legalidade e a hierarquia e disciplina entre os militares¹¹⁶.

O "INCÊNDIO" BRASILEIRO É CAPAZ DE ALASTRAR?

A publicação portuense mostrava as incertezas no Brasil destacando que o governo ordenara um inquérito sobre a "insubordinação de Páscoa", em referência aos marinheiros amotinados. A folha noticiava que oficiais de todas as três armas reuniram-se no Clube Militar a fim de realizar conversações secretas acerca da situação emergente da rebelião, vindo a emitir um comunicado em que pediam disciplina sem a qual a condição primordial para a existência de um organismo militar deixaria de existir. O periódico divulgava também o manifesto do governador mineiro Magalhães Pinto, afirmando que a

¹¹⁶ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 30 mar. 1964. A. 76. N. 297. p. 1 e 12.

crise não era exclusivamente uma questão de disciplina interna, estando em jogo as próprias fundações do regime democrático¹¹⁷.

BRASIL: O MINISTRO DA MARINHA PASSA AO ATAQUE OR DENADO UM INQUÉRITO SOBRE A «INSUBORDINAÇÃO DA PÁSCOA»

Já na próxima edição o agravamento da crise era confirmado pela folha, ao noticiar a revolta militar que partira de Minas, com o apoio ao golpe de parte de Magalhães Pinto. Mostrando uma fotografia de Belo Horizonte, a capital de Minas Gerais, o jornal descrevia os passos do movimento, referia-se à proclamação do general Mourão Filho e ao apelo de Juscelino Kubitschek para que se desse a restauração da legalidade, citando também o objetivo do governante mineiro em plena oposição a Jango. Segundo o periódico, o Rio de Janeiro estava em alerta, destacando a formação uma possível resistência

 $^{^{117}}$ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 31 mar. 1964. A. 76. N. 298. p. 1 e 8.

governista. Enfatizava também que Goulart estaria disposto a tudo, confirmando que as reformas seriam levadas por diante¹¹⁸.

REVOLTA MILITAR As tropas federais estacionadas no Estado de Minas NO ESTADO DE MINAS GERAIS NO governador Magalhães Pinto apoia o golpe

ESTADO DE ALERTA NO RIO DE JANEIRO

A confirmação do golpe viria na edição de 2 de abril, na qual o *Jornal de Notícias* dedicou boa parte de sua primeira página para relatar os acontecimentos no Brasil. O protagonismo da manchete principal ainda era de Goulart, com a pergunta se ele realmente havia renunciado, ao mesmo tempo que mostrava a fotografia de Mazzilli, informando que ele tinha sido indicado

¹¹⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 1º abr. 1964. A. 76. N. 299. p. 1 e 16.

como novo presidente. O jornal trazia também uma fotografia com o movimento de tropas e anunciava que o Brasil estava na fronteira da guerra civil, questionando se Porto Alegre viria a ser o quartel-general da resistência e apontando a proposta da reforma agrária como o fator que acendera o rastilho do movimento que se gestava¹¹⁹.

A incerteza era a tônica na cobertura do periódico portuense, ao afirmar que a dúvida se impunha na questão da renúncia ou não de Jango e que um balanço das informações levava a conclusões diversas. Diante disso, a folha dizia que aguardaria o desbobinar dos acontecimentos, já que os fatos em si não estavam definidos no momento e a única informação precisa era a de que Ranieri Mazzilli ocupara a presidência. O jornal fazia referência a notícias de que a vitória dos "rebeldes" tornara-se um fato consumado, mas permaneciam as dúvidas quanto a Goulart que possivelmente teria desmentido sua demissão e anunciado a punição dos envolvidos na rebelião, havendo até um informador que declarara que o presidente, a partir de Porto Alegre, estava disposto a armar o povo para levar a luta adiante, o que teria sido desmentido por outro informante. Já no campo das certezas, a folha tecia considerações analíticas para concluir que a reforma agrária dera o empurrão para a crise¹²⁰.

¹¹⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 2 abr. 1964. A. 76. N. 300. p. 1.

¹²⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 2 abr. 1964. A. 76. N. 300. p. 1 e 14.



FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

A contracapa do número de 2 de abril era inteiramente destinada aos episódios brasileiros. Além da complementação das matérias da primeira página o jornal reiterava que o Brasil estava à beira da guerra civil. Com o auxílio de um mapa mostrava o "poderoso exército" que se espalhava pelo território brasileiro, prevendo a possibilidade do choque de dois blocos militares. Apontava as principais lideranças civis e militares do golpe, como aqueles que dominavam a atualidade política brasileira, com destaque para Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Ademar de Barros, Mourão Filho e Amaury Kruel. Além disso, fazia um balanço dos fatos desencadeados até então e citava declaração de Ademar de Barros, segundo o qual ainda seria cedo para cantar vitória contra o comunismo¹²¹.

¹²¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 2 abr. 1964. A. 76. N. 300. p. 14.



No dia seguinte, o Jornal de Notícias trazia a manchete de que o Brasil passara por uma viragem à direita, com a deposição de Goulart pelo Congresso e a posse interina de Mazzilli, com o anúncio de que um novo presidente viria a ser designado em trinta dias. Para ilustrar as informações, o periódico apresentava uma fotografia de arquivo – também utilizada por outras publicações – que mostrava Mazzilli acompanhado de vários militares tomando por posse por ocasião da renúncia de Jânio Quadros. Explicando o título principal, a folha destacava que prisões estavam ocorrendo no Brasil em vários níveis, de modo que se desenhava com nitidez a viragem à direita, depois da viragem à esquerda, iniciada por Goulart e que malograra. Quanto a Jango, dava o seu destino como desconhecido, após deixar Porto Alegre, enfatizando que ele não pretendia sacrificar os cidadãos do seu estado, mas ainda poderia contar com a quarnição militar sediada no Rio Grande do Sul. Também nessa edição, a contracapa era inteiramente voltada ao Brasil, trazendo as providências para a formação do governo provisório, as intenções de Ademar de Barros e Magalhães Pintos para chegarem à presidência e a permanência das dúvidas quanto aos destinos de Jango¹²².

_

¹²² JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 3 abr. 1964. A. 76. N. 301. p. 1 e 14.

BRASIL: VIRAGEM À DIREITA

JORNAL DE NOTICIAS

Reduccio, Administração e Oficinas: Ar. des Alledes. 144-368 — Peris — Propriedade da Emircos de effecto de Noticiam — End. telegráfico: NOTICIAS — PORTO

Director: M. PACHECO DE MIRANDA

SEXTA-FEIRA, 3 — A B R I L — 1964

GOULART DEPOSTO PELO CONGRESSO MAZZILLI INVESTIDO INTERINAMENTE

· Dentro de trinta dias novo presidente será designado



BBASILIA, 2 — Exactamente em 8 minutos, hoje au alvarecer, o Congresso Federal depôs o presidente Goulart e investiga interinamente no cargo o deputado Ramieri Mazzilli, presidente da Câmara. Tila qualmannetares, sando 156 deputados Inum tatal de 400) e 22 senadores Centre 500 vieram à sessão, a convecação do senador Moura de Andrado, presidente do Senado. Este inflormos os pariamentares de que

ALGUMAS PRISÕES EM VÁRIOS NÍVEIS

BIO DE JANERO, 1—Ao mecano tempo ou quave que presidente Goulari e se dois governadores tratalhistas Miccel Arrais, de Pernamburo o Bagdie da Silvetin, de Rio de Anniro, forasa despodos pole Espiricità. Arrais esda defidie no Q. 6. de l'Abrella em Carramburos. Ambiso eram os dos intitus governadores de estados militantes de P. B.T. i Perfetto Trabablista del Callador de O. C. de Carrais de Marca de Carrais de Marca de Carrais de Carr

Desemb-se xosim com milities a citragem à direitas decedi de viraçues à esquerdas inicida par Gomitte e que se malogram. Anuncia-se efficialmente que foi press o aimirante Casidie Aragão, co-comuzadante de Infrastaria de Marinha e a quer de Casado de Casado de Casado de Casado de Casado de Eleo Duira, de Partido Trabalhisia e vire-gererandee do Estado de Guasabra.

(CONTINUA NA ÚÉTIMA PÁGINA)



A gravura mostra o momento em que Ranieri Mazzilli assumiu a Presidência do Brasil, após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. João Goulart, que era vice-pre-

"JANGO" DEIXOU PORTO ALEGRE COM DESTINO DESCONHECIDO

• Não quis sacrificar os cidadãos do seu Estado

o presidente Goulart «abandonara a sede do exercício das suas funcões e que, consequentemente, o poder era considerado em vacaturas. Esta comunicação acabou por ser aprovada pelos parlamentares, que para o efeito se levantaram ou se mantiveram sentados. Imperturbável, o senador Moura Andrade, adversário decidido de Jeão Goulart, passou ao outro ponto da agenda: a învestidura de Mazzilli e, obtida esta, sem perder um minuto, acompanhou o nove presidente ao Palácio de Planalto, para a cerimónia da investidura pròpriamente dita, à qual assistiu o presidente do Supremo Tribunal.

Dentro de trinta dias, o Congresso fem de designar um novo presidente.

presoneme.

Antes de deixar o Palácio do
Planalto, Darci Ribeiro, antigo chefe
da Casa Civil do presidente Gualart, enriou uma mensagema.

Cangresso para coniunicar que o
chefe de Estado devia ausantar-se
de Brasilla mas continuera a assunar as responsabilidades do pader.

O presidente do Congresso, senador Moura Andrade, não tomou conhecimento desta mensagem.



O jornal trazia ainda alguns dados biográficos sobre Ranieri Mazzili, detalhando que era a sexta vez que ele era chamado à presidência. Fazia também um rescaldo sobre as últimas horas do dia 1º de abril e, quanto às repercussões internacionais, informava que não ocorrera nenhuma preocupação na Inglaterra. Em continuidade à primeira página prosseguia a narrativa sobre as prisões níveis. A folha fez referência também a uma mensagem assinada por Ademar de Barros e Amaury Kruel, segundo a qual não se poderia admitir transigências com as desgraças que se abateram sobre o Brasil, de maneira que seria preciso exigir a depuração dos vermelhos e dos cor de rosa, cuja adesão deveria ser repelida energicamente. As comemorações no Rio de Janeiro pela queda de Jango também foram divulgadas. De maneira mais analítica, o Jornal de Notícias considerava que, embora Goulart e os seus partidários tivessem resistivo mal e pouco, ainda seria prematuro apontar que a crise estava resolvida, não sendo possível imaginar que, por exemplo, os sindicatos trabalhistas e comunistas se apagassem como que por encanto. Na mesma linha, citava que nos círculos políticos do Rio, comentava-se que a política brasileira deveria evoluir para a direita, com novos laços a ligar o Brasil ao Ocidente e aos Estados Unidos, caso a "revolução" triunfante conseguisse manter-se¹²³.

Como outros representantes da imprensa portuguesa, o *Jornal de Notícias* noticiava que a vida começava a regressar à normalidade no Brasil, com a

¹²³ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 3 abr. 1964. A. 76. N. 301. p. 14.

tentativa de Mazzilli de formar um novo governo. Mas o periódico não deixava de fazer referência à existência de tanques nas ruas e ao desconhecido paradeiro de Goulart, bem como às últimas horas de uma resistência que não se transformara em realidade. Eram citados também os encaminhamentos para a procura do sucessor do chefe deposto, de modo a concluir o seu mandato e as declarações anti-populistas de Ademar de Barros. Mantendo o tom mais interpretativo, o jornal buscava levantar uma das pontas do véu para a efetivação do golpe, encontrando na rebelião dos marinheiros, quando Jango fora obrigado a escolher entre o exército e os sindicatos, o ponto fulcral para o desencadeamento dos fatos que se seguiram¹²⁴.





¹²⁴ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 4 abr. 1964. A. 76. N. 302. p. 1 e 16.

Ainda em forma de dúvida, a publicação perguntava se o próximo presidente brasileiro viria a ser um militar, enfatizando que esta era a maior probabilidade. Com mais certeza, afirmava que Goulart já se encontrava em Montevidéu como asilado político. Também na forma de questionamento, apontava para a possibilidade da existência de um exército leal a Jango em organização no sul do país. Havia também referência à prisão de pessoas suspeitas de atividades subversivas ou cadastradas por serem militantes ou simpatizantes comunistas. Outro destaque era a exposição dos pontos de vista sobre o momento político, realizada por Carlos Lacerda em sua peroração anticomunista e a favor de um presidente militar que impusesse "ordem e liberdade"125.

VIRÁ A SER UM MILITAR o presidente do Brasil? • João Goulart Já SE ENCONTRA EM MONTEVIDEU

¹²⁵ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 5 abr. 1964. A. 76. N. 303. p. 1 e 16.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GUANABARA expôs os seus pontos de vista sobre o momento político

João Goulart voltaria a desempenhar um protagonismo na manchete central da primeira página do *Jornal do Comércio*, fazendo referência à mensagem expressa pelo ex-presidente à imprensa uruguaia, na qual afirmava que só quisera trabalhar para a defesa de seu país, além de negar que tivesse renunciado à presidência, como evidência à complementação da matéria na contracapa. A manifestação de Jango compreendia ainda a afirmação de que ele não era comunista e nem tinha simpatia por tal tendência política e que só trabalhara em prol do povo e em especial das classes mais desfavorecidas, uma vez que elevar o nível de vida corresponderia precisamente a lutar contra o comunismo. Apareciam ainda detalhes sobre a sucessão presidencial; uma declaração de Ademar de Barros avisando que ainda não terminara a luta contra os comunistas; uma justificativa de Amaury Kruel pela qual o movimento desencadeado seria contra a subversão do país e pelo restabelecimento da tranquilidade e do princípio da autoridade; a continuidade das prisões dos

adeptos do regime derrubado; e um prognóstico de como iriam reagir os trabalhistas diante da nova situação política¹²⁶.



NÃO RENUNCIEI À PRESIDÊNCIA DO BRASIL

O jornal divulgou ainda que o Congresso brasileiro reunia-se para indicar a data das eleições presidenciais, uma vez que era importante para os novos detentores do poder limitar ao máximo a "transição Mazzilli". Segundo a publicação portuense, ganhava terreno em todos os setores da opinião pública o

¹²⁶ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 6 abr. 1964. A. 76. N. 304. p. 1 e 16.

movimento a favor da candidatura do general Castelo Branco, o qual fora aclamado por dez mil pessoas em frente à sua residência como o "herói da revolução". A folha esclarecia também que a candidatura desse general era aprovada pelos governadores que lançaram o "movimento constitucionalista" e pelos militares, além disso, ele teria declarado que não se furtaria ao dever. Uma pequena nota publicada pelo periódico informava que houvera um considerável reforço militar para a capital federal Brasília, demonstrando que a transição era tutelada pela força¹²⁷.

REUNIDO O CONGRESSO BRASILEIRO PARA INDICAR A DATA DAS ELEIÇÕES

<u>o Convém limitar ao máximo a «transição Mazzilli»</u>

BRASIL: O «herói da revolução» favorito nas eleições presidenciais

¹²⁷ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 7 abr. 1964. A. 76. N. 305. p. 1 e 14.

A eleição presidencial passou a ser o mote do periódico nas abordagens do Brasil, como ao afirmar que tudo estava em ordem para as eleições, com a assinatura de uma lei de emergência por parte de Mazzilli, a qual permitia a escolha indireta e imediata pelo Congresso de um novo presidente "pósrevolução". A folha noticiava também a existência de grande quantidade de asilados políticos e que Goulart se beneficiaria do estatuto do refugiado que dava mais flexibilidade à sua permanência no Uruguai, devendo, entretanto, abster-se de toda a atividade política. O jornal destacava ainda que havia informações pelas quais a "revolução" perpetrada na passagem de março para abril frustrara um iminente levantamento esquerdista. A peculiar expressão de que todos deveriam aprender a dormir como cavalos, proferida por Ademar de Barros, em relação à continuidade dos cuidados com o "avanço comunista" também se fez presente nas páginas da publicação 128.



¹²⁸ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 8 abr. 1964. A. 76. N. 306. p. 1 e 14.

Mantendo a pauta, o *Jornal de Notícias* anunciava que o Congresso brasileiro viria a eleger um novo presidente para chefiar o destino do Brasil durante a crítica fase que deveria seguir-se ao golpe de Estado militar. Além disso, destacava os dispositivos que os chefes do golpe estavam a utilizar para exigirem maiores poderes a fim de combaterem o comunismo. Eram citados também o amplo apoio prestado pelos partidos a Castelo Branco, uma notícia que surgira sobre um possível rapto que sofreria Magalhães Pinto e as notas publicadas na imprensa portenha a respeito de uma intenção de Goulart deslocar-se do Uruguai para a Argentina. A transição promovida sob a batuta de Carlos Lacerda, como um "organizador de governos" também foi destacada¹²⁹.



Além das eleições, o periódico noticiava a ação de Mazzilli que, após contato com os chefes militares e os dirigentes políticos da "revolução constitucionalista", obtivera plenos poderes para realizar uma depuração rápida

¹²⁹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 9 abr. 1964. A. 76. N. 307. p. 1 e 14.

do parlamento, bem como demitir magistrados, anular mandatos, proibir associações ou partidos políticos, decretar estado de sítio e suspender, até dez anos, os direitos políticos dos "inimigos da democracia". O jornal trazia também nota informando que a Associação Comercial do Rio de Janeiro anunciara a proposta para que o comércio e a indústria realizassem um empréstimo ao governo federal. A censura às informações, as prisões políticas e a apreensão de toneladas de material de propaganda considerada subversiva¹³⁰.

PLENOS PODERES A MAZZILLI PARA REALIZAR A DEPURAÇÃO • ELEIÇÃO PRESIDENCIAL FIXADA PARA AMANHÃ

A figura de Jango voltava à manchete principal do jornal portuense por ter sido privado de seus direitos políticos por dez anos, pelos chefes militares constitucionalistas, juntamente de vários outros elementos da extrema-esquerda de todos os partidos, sendo citados os nomes de vários deles. Segundo o periódico, a fim de evitarem serem presos pelas forças armadas, os senadores e deputados comunistas e filo-comunistas destituídos pelo governo "revolucionário" estariam a fugir do Brasil, procurando esconderijos seguros ou

_

¹³⁰ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 10 abr. 1964. A. 76. N. 308. p. 1 e 14.

pedindo asilo nas embaixadas estrangeiras. Além disso, enfatizava que a ação era mais abrangente, pois os dirigentes militares da "revolução" prosseguiam com sua limpeza geral dos comunistas em todo o Brasil, depurando congressistas estaduais e funcionários. A folha considerava certa a escolha de Castelo Branco para a presidência, já que o mesmo dispunha do apoio dos dirigentes militares e civis da "revolução"¹³¹.

GOULART PRIVADO POR DEZ ANOS DE TODOS OS DIREITOS POLÍTICOS

O *Jornal de Notícias* destacou a eleição de Castelo Branco por um Congresso depurado de seus membros comunistas e filo-comunistas, sem deixar de informar que houvera tensão nos círculos parlamentares, referindo-se até mesmo a cenas de tiro. A folha noticiava que a "descomunização" continuava a dominar a vida política do Brasil, com a ação do comando supremo da revolução tencionando moralizar as instituições. Também faziam parte da cobertura do periódico a apreensão do petroleiro soviético suspeito de

¹³¹ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 11 abr. 1964. A. 76. N. 309. p. 1 e 14.

transportar documentos referentes às atividades comunistas no Brasil e a declaração de Carlos Lacerda, para o qual a cassação dos direitos cívicos também deveria ser estendida para Juscelino Kubitschek¹³². Finalmente a publicação informava sobre a eleição de José Maria Alkmin, como vice-presidente, apresentando também o compromisso partidário em prol da nova situação e a mensagem do novo presidente brasileiro, explicitando suas bases de ação¹³³.

CASTELO BRANCO ELEITO PRESIDENTE DO BRASIL



Os «leaders» de quatro dos principais partidos assinaram um compromisso

¹³² JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 12 abr. 1964. A. 76. N. 310. p. 1 e 16.

¹³³ JORNAL DE NOTÍCIAS. Porto, 13 abr. 1964. A. 76. N. 311. p. 1 e 16.

O Jornal de Notícias ao levar ao seu público os acontecimentos no Brasil, buscou evidenciar o seu caráter noticioso. Ainda que não estampasse nenhum slogan em seu frontispício, o periódico também buscava sustentar sua credibilidade pela sua existência que já datava mais de três quartos de século. Ao contrário de vários representantes da imprensa lusitana, o jornal portuense não mostrou um alinhamento automático à situação vigente em Portugal, de modo que em suas manifestações não havia aquela preocupação extrema em apontar os riscos do comunismo. Além disso, ainda que também trouxesse as posturas oposicionistas, nas manchetes, prevalecia a voz dos seguidores de Jango, ao menos até a sua queda e, depois dela, não houve uma tendência de justificar o golpe. As posições do Jornal de Notícias revelavam assim um não-alinhamento à situação vigente no contexto português, sem ir plenamente de encontro ao regime vigente, tendo em vista os mecanismos de controle político-ideológico que ainda se faziam presentes.

################

Esses quatro periódicos constituem consideráveis estudos de caso para a observação das repercussões que se desencadearam na imprensa portuguesa acerca das transformações institucionais ocorridas no Brasil em 1937 e 1964. Ainda que o estilo jornalístico predominante fosse o informativo, aberta ou veladamente, de maneira sutil ou mais claramente, os jornais revelavam certas convicções nas formas de expressar as notícias, estabelecendo um processo de construção discursiva. Dessa maneira, os periódicos estiveram vinculados ao contexto histórico predominante em Portugal, com um regime de força que

perdurava por décadas e mantinha energias para garantir mecanismos repressivos e censórios. Nesse sentido, o discurso expresso pelas folhas diárias era resultado também do controle e da pasteurização promovidas a partir da censura governamental.

Tratava-se então de um período histórico pelo qual o jornalismo tinha profundos limites quanto à livre expressão do pensamento, de modo que, como é típico nos regimes ditatoriais, a liberdade de imprensa tornara-se inexistente. Nessa linha, restava aos periódicos portugueses uma aliança mais ou menos direta com a situação vigente ou a busca de posturas alternativas que não afrontassem claramente o regime. Foi nesse quadro que três dos jornais estudados, ao abordarem o Brasil, aproximaram-se ou alinharam-se automaticamente ao Estado Novo luso, restando apenas um deles que intentou apresentar uma perspectiva alternativa em relação aos demais.

Ficavam assim demarcadas as características essenciais das construções discursivas dos quatro periódicos. O *Comércio do Porto*, de uma forma mais tênue, o *Diário de Notícias* e o *Século* refletiram os acontecimentos no Brasil demonstrando um alinhamento à situação vigente no contexto lusitano. Já o *Jornal de Notícias*, ofereceu uma perspectiva alternativa, sem opor-se abertamente, mas também não se alinhando ao Estado Novo. Tais edificações discursivas apareceram ainda mais evidenciadas a partir dos enunciados-chave expressos pelos jornais com maior ênfase, ou seja, em uma posição estratégica – aquela que mais chamava atenção dos leitores – através das principais manchetes referentes ao Brasil, em geral na primeira página, com disposições

gráficas de destaque. Tais enunciados bem demonstram a estrutura discursiva da imprensa lusa diante daqueles intrincados momentos da vida brasileira. Com a maioria dos periódicos, alinhados direta ou indiretamente com a situação reinante em Portugal, dava-se um emaranhado de informações, no qual os enunciados-chave eram fundamentais para revelar a intenção de cada publicação periódica. Por vezes utilizando-se da disposição gráfica, em outras de minúcias nas estratégias discursivas, notícias parecidas eram levadas de maneira diferente ao público leitor, buscando o seu convencimento de aceitação ou se não oposição, ao menos de reflexão, perante o regime vigente no contexto lusitano.

Assim, apesar de um proposto jornalismo de cunho essencialmente informativo, utilizando-se inclusive de fontes similares calcadas em correspondentes e notadamente agências noticiosas, os periódicos portugueses demonstravam através de suas construções discursivas, suas preferências em termos da vida política do país em que circulavam. Além das questões internas nos dois países – Portugal e Brasil – havia também toda a teia de inter-relações internacionais e a conjuntura mundial do período que antecedeu a II Guerra Mundial, em 1937, e a da Guerra Fria, em 1964. O Atlântico ainda estava lá a separar as duas nações, mas, mais uma vez, elas teriam elementos em comum a uni-las. No aquém e no além-mar a liberdade sucumbia ao autoritarismo e aqueles longevos e tradicionais diários portugueses apresentaram suas versões, olhando para o Brasil, sem deixar de, como em um espelho, verem também um pouco de Portugal.

LITERATURA, HISTÓRIA E MEMÓRIA: INTERFACES NA OBRA *PAISAGEM COM MULHER E MAR AO FUNDO*, DE TEOLINDA GERSÃO

Luciana Coutinho Gepiak

A reconquista da democracia, em meados da década de 1970, constitui um momento fundamental para a produção literária portuguesa. Após a sociedade lusa ter permanecido décadas sob o domínio de uma ditadura, cuja marca principal era o cerceamento a todas as liberdades individuais, a redemocratização traz consigo a recuperação do livre direito de expressão do pensamento, rompendo com a tendência autoritária de homogeneização cultural e ideológica por parte dos donos do poder.

Com o fim do controle coercitivo e da repressão típica do autoritarismo, se estabelece o espaço para a proliferação das vozes discordantes, do espírito de contestação e da vontade de reivindicação, totalmente tolhidas pelo Estado Novo, que passa a ser observado e, essencialmente, criticado por novos olhares, rompendo com o modelo até então predominante, dando asas à liberdade. A liberdade de expressão permite uma retomada das atividades culturais nos mais variados campos, incluindo entre eles a literatura. Nesse âmbito, destacam-se várias obras e *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão, é uma delas. A análise desse livro recai, basicamente, nas interfaces entre Literatura, História e Memória, o que constitui o objetivo deste trabalho.

A escritora Teolinda Gersão nasceu em Coimbra, no ano de 1940. Estudou Germanística, Romanística e Anglística nas Universidades de Coimbra, Tübingen e Berlim. Atuou como Leitora de Português na Universidade Técnica de Berlim; Assistente na Faculdade de Letras de Lisboa; Professora Catedrática da Universidade Nova de Lisboa, onde ensinou Literatura Alemã e Literatura Comparada; e Escritora-residente na norte-americana Universidade de

Berkeley. Após a vida acadêmica, dedicou-se integralmente à carreira de escritora. Reside em Lisboa e viveu três anos na Alemanha e dois em São Paulo, além de ter conhecido Moçambique, local onde se desenrola um de seus romances.

Ela é uma premiada escritora, tendo recebido o Grande Prêmio de Romance e Novela da Associação Portuguesa de Escritores, o Prêmio de Ficção do Pen Clube e o Grande Prêmio de Conto Camilo Castelo Branco. Gersão é predominantemente uma autora de romances, mas também publicou duas novelas e duas coletâneas de contos. Dentre seus livros, quatro foram adaptados para o teatro e encenados em Portugal, Alemanha e Romênia, bem como dois de seus contos deram origem a curtas metragens, além da produção de um filme longa metragem, embasada em um de seus romances.

O conjunto da obra de Teolinda Gersão se compõe de: *O silêncio* (1981), *Paisagem com mulher e mar ao fundo* (1982), *História do homem na gaiola e do pássaro encarnado* (1982), *Os guarda-chuvas cintilantes* (1984), *O cavalo de sol* (1989), *A casa da cabeça de cavalo* (1995), *A árvore das palavras* (1997), *Os teclados* (1999), *Os anjos* (2000), *O mensageiro e outras histórias com anjos* (2003), *Histórias de ver e andar* (2003), *A mulher que prendeu a chuva* (2007), *A cidade de Ulisses* (2011), *Os teclados & três histórias com anjos* (2012), *As águas livres* (2013), *Passagens* (2014) e *Prantos, amores e outros desvarios* (2016)¹³⁴.

155

¹³⁴ Informações biográficas e bibliográficas obtidas a partir de: MEDINA, 1983, p. 442 e do site oficial da autora – https://teolindagersao.com (acessado em 18 de agosto de 2018).

Um dos primeiros livros de Teolinda Gersão e objeto de estudo deste ensaio é *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, editado pela Editora *O Jornal* de Lisboa, em 1982, com uma segunda edição no mesmo ano e uma terceira em 1985, todas pela mesma casa editorial. O livro contou com uma quarta edição, em 1996, pela editora Dom Quixote e foi traduzido para o alemão – *Landschaft mit Frau und Meer im Hintergrund*, pela Frauenbuchverlag (1985) e para o holandês – *Landschap met vrouw en zee*, pela Sjaloom (1986).

Paisagem com mulher e mar ao fundo traz um texto extremamente denso e não-linear. A autora apresenta um ambiente asfixiante, com as personagens emaranhadas nas teias do autoritarismo ditatorial, bem representativo das sensações do povo português por décadas submetido à repressão do Estado Novo. Há uma tensão permanente e uma busca constante por alternativas em relação às durezas da opressão. O livro corresponde, assim, a uma mescla de manifestações entre o pessoal e o público, entre a memória individual e a coletiva e entre o ficcional e o real, advindo de tais perspectivas uma obra que reflete muito a contento o contexto histórico, desde o domínio da ditadura até o seu esfacelamento.

Teolinda Gersão **PAISAGEM** COM MULHER E MAR AO FUNDO Romance PUBLICAÇÕES DOM QUINOTE

Em tal obra literária, a memória e o tempo histórico encontram-se plenamente articulados. A memória constitui um "recurso a respeito da referência ao passado", tanto do ponto de vista do testemunho "fiel ao passado", quanto das "deficiências procedentes do esquecimento", tal qual "o avesso de sombra da região iluminada da memória". Assim, "não temos nada melhor que a memória para significar que algo aconteceu, ocorreu, se passou antes que declarássemos nos lembrar dela" (RICOUER, 2012, p. 40). O livro de Gersão é carregado dessas memórias, daí sua narração não-linear, pois traz em si memórias fragmentárias e lacunares, em relação ao pretérito de autoritarismo e o presente de reabertura democrática.

Os próprios elementos constitutivos do título já revelam em si as relações entre a memória e a conjuntura histórica. No que tange à "paisagem", a mesma surge como uma "estratégia para a construção do texto", já que "o romance é carregado pelo tom imagético, a fim de trazer tanto o choque da mudança" da própria "'paisagem' histórica sofrida por Portugal em tempos de ditadura, guerra e revolução". Nesse sentido, "a arte pictórica surge como espaço em que é possível alimentar a capacidade de imaginação humana", como também na forma da "metáfora de criar e reposicionar a 'paisagem' que se encontra 'emoldurada' e 'fixa' durante décadas em Portugal" (OLIVEIRA, 2013, p. 119).

Ainda quanto ao título, o feminino é praticamente o fio condutor do livro. As personagens são predominantemente mulheres, e o protagonismo em relação ao feminino está presente. Como destaques, aparecem Hortense e Clara, cujas existências são profundamente marcadas por sofrimentos pessoais,

originados a partir de perspectivas contextuais históricas. Ambas perderam entes queridos, que sucumbiram ao terror de Estado, ao cerceamento das liberdades e à repressão do Estado Novo. Ainda que a meta deste estudo não seja uma análise discriminada e específica de cada uma das personagens do livro, elas trazem em si a essência da narrativa, pois é principalmente nos fragmentos de suas memórias que se articulam as visões antagônicas para com o regime autoritário português.

Já o "mar ao fundo", que encerra o título da obra, serve como uma espécie de moldura para a paisagem referida inicialmente. A autora busca subverter e desmitificar a imagem do mar e a relevância a ele atribuída para com a formação lusitana, tão decantada pelo salazarismo. De acordo com tal perspectiva, "os fatos históricos ficcionalizados" na narrativa passam por "um processo de desconstrução do ideal de nação e do imaginário português", de maneira que "o mar não é tido mais como sinônimo de expansão, e progresso", estabelecendo um rompimento "com a visão saudosista secular da cultura portuguesa de ficar à espera daqueles que partiram na esperança de uma volta gloriosa e libertadora" (COSTA, 2010, p. 184). A própria autora explica sua intenção de subverter a imagem tradicional do mar, recorrentemente fixada junto à sociedade lusa, de modo que ele deixasse de ser visto como "o grande espelho narcísico", dando "uma imagem falsa", que levava a um certo entorpecimento da sociedade, utilizado largamente pela ditadura para garantir a sua continuidade (GOMES, 1993, p. 166).

O texto de *Paisagem com mulher e mar ao fundo* encontra-se plenamente inter-relacionado com o contexto histórico. As "forças sociais condicionantes guiam o artista em grau maior ou menor", de maneira que uma "obra é fruto da iniciativa individual" e das "condições sociais", surgindo "na confluência de ambas, indissoluvelmente ligadas" (CANDIDO, 2000, p. 25-26). Nessa linha, "o mundo da ficção não abole a validade do mundo social ali presente", de forma que "a análise da obra estética só pode ser entendida se texto e contexto não estiverem dissociados", ou seja, "a história da literatura alinha o social ao todo estético, permitindo que a estrutura social esteja presente tanto no todo, como nas partes do texto" (BARROSO, 2013, p. 61-62).

O contexto pode ser "entendido como a soma dos nexos referenciais que o texto estabelece com o meio circundante". Em questões envolvendo a biografia e a formação cultural do autor, "o contexto formar-se-ia dos significados provenientes da relação dos vocábulos do texto e a conjuntura externa amplamente divisada" (MOISÉS, 2004, p. 86). Quanto ao texto literário, "o seu contexto compreende elementos como as coordenadas ideológicas, as visões de mundo, os eventos históricos, os estilos de época, os dominantes de gênero" entre outros. Neste sentido, dá-se uma articulação do texto "com o contexto, entendendo-se nessa articulação uma certa forma de dialogar com determinado cenário histórico e cultural" (REIS, 2003, p. 199).

Tal conjuntura histórica expressa por Teolinda Gersão em seu livro aparece articulada na interação com a memória, levando em conta que em tais interfaces "não é apenas com a hipótese da polaridade entre memória individual

e coletiva que se deve entrar no campo da história", mas também "com a de uma tríplice atribuição da memória: a si, aos próximos, aos outros" (RICOUER, 2012, p. 142). Assim, "é importante destacar a completa relação entre os discursos individuais das testemunhas – no registro da memória –, o da memória coletiva que se articula na cena pública" (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 71).

A literatura "ensina a jogar com o simbólico, com as suas fraquezas e artimanhas", sendo "marcada pelo 'real" e buscando "caminhos que levem a ele", procurando "estabelecer vasos comunicantes com ele". Dessa maneira, a literatura "amarra o 'real', a imaginação, os conceitos e o simbólico", havendo até mesmo "um teor testemunhal da obra literária" (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 74-76). Com base nesse quadro, "na arte da memória conectam-se as ideias que devem ser lembradas a imagens e, por sua vez, essas imagens a locais bem conhecidos" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 56). Em *Paisagem com mulher e mar ao fundo* há plenas interligações entre memória, história e literatura, com base no testemunho que Gersão estabelece a partir de suas vivências em meio à repressão do Estado Novo.

Um dos aspectos marcantes do livro *Paisagem com mulher e mar ao fundo* no qual fica demonstrada a aproximação entre o intimista e o público, a memória individual e a coletiva, é o realce à rotina do cotidiano, que aparece como um verdadeiro emparedamento opressor da ditadura. Muitas das ações expressas no livro são repetitivas e automáticas, quase que apartadas da atitude reflexiva. O "trabalho da memória" traz em si "um esforço" e uma "*dificuldade* que tem por signo um incômodo experimentado ou o encontro de um obstáculo".

Considera-se assim um "lugar da lembrança", vinculado a um "lugar do luto", por sua vez articulados com um "trabalho da melancolia", reflexos "da própria desvalorização, da própria acusação, da própria condenação, do próprio rebaixamento" (RICOUER, 2012, p. 48 e 86).

Nesse sentido, "a literatura no século XX foi em grande parte marcada pelo seu presente traumático", ou seja, essa "literatura de uma era de catástrofes desenvolveu também a sensibilidade para reler e reescrever sua história, do ponto de vista do testemunho" (SELIGMANN-SILVA, 2005, p. 77). Advém daí a relevância de uma "memória traumática", referente à "experiência do choque" e à "impossibilidade para a linguagem cotidiana e para a narração tradicional de assimilar o choque, o *trauma*", que "fere, separa, corta ao sujeito o acesso ao simbólico, em particular à linguagem" (GAGNEBIN, 2009, p. 51).

Essa perspectiva fica demarcada no trecho que expressa tal desespero: "correr para um lado e para outro a cortina, mudar o vaso de avencas para mais perto e mais longe da luz, oscilar o dia inteiro entre a janela e a porta", de modo que "ela andava em todos os sentidos do vento e continuava emparedada". A própria vida estaria sem sentido, uma vez que "aplicar-se a imitar a morte com tanto afinco e de forma tão perfeita que não se notaria finalmente que imitava e de súbito estaria realmente morta", ou seja, "todas as coisas teriam caído para fora da sua vida, ou ela teria caído para fora de todas as coisas" (GERSÃO, 1996, p. 17-18).

A autora ainda aborda esta questão da rotina, como uma forma de já não mais ser possível a diferenciação entre o que é real e o que é irreal, como outros

dos efeitos provocados pelo autoritarismo. Dessa maneira, uma das personagens é descrita como alguém "que perdera a capacidade de atravessar o tempo porque o seu corpo era demasiado leve, não tinha densidade nem forma", de modo que, "a qualquer momento podia desmoronar-se em mil partículas e ser espalhado em todos os sentidos pelo vento". Nesse quadro, "o real tinha-se tornado num jogo de transparências, ela era uma sombra num vidro, uma sombra passando, atravessando as coisas sem tocá-las" (GERSÃO, 1996, p. 30-31).

Ainda quanto à execução da vida calcada em repetições rotineiras, como um ato advindo da opressão, a escritora realça uma espécie de asfixia coercitiva, que levava a uma certa insensibilidade para com o mundo que rodeava as pessoas reprimidas. Tal evidência está na descrição de "um espaço em branco, uma pausa, um intervalo sem sentir coisa alguma", na ação de "sair de casa e olhar o mar com o olhar vazio, sem ver, fechar os olhos, sentada num banco e ficar quieta, abrir os olhos outra vez e contar as barracas da praia, os guardasóis, os barcos ao longe". Mas o resultado não importa, porque os objetos eram contados "sem motivo nem finalidade e esquecer imediatamente o número encontrado porque é tão indiferente como qualquer outro" (GERSÃO, 1996, p. 53).

Revela-se, assim, todo o teor de desesperança perante a coerção, com tal desespero mais uma vez vindo a ser personificado na rotina. Desse modo, o silenciamento e os impedimentos à comunicação geram um ambiente no qual as pessoas "podiam estender-se na terra e dar conta dos mil ruídos de que o silêncio era feito", bem como "podiam identificar os pássaros invisíveis apenas por uma nota, por um trilo", ou mesmo "seguir o movimento infindável dos

caracóis", em plena alusão ao imobilismo imposto pelas autoridades governamentais. Hábitos e rotinas como sintomas da opressão ficam demarcados na ideia de que todos "podiam usar relógio e chapéu de feltro e, uma vez na vida, passar, de véu de noiva, debaixo da latada", ou ainda "entrar em casa e ouvir um relógio batendo, num ângulo de sombra" e mesmo "sentir o pó caindo nos peitoris, as janelas rangendo". A intenção é mais uma vez demonstrar que a ditadura busca eliminar qualquer resquício de reflexão, estabelecendo um viver rotineiro, sem alternativas para qualquer tipo de contestação, de forma que tudo não passa de "imitação da vida, porque todo o movimento era aparente, e nada acontecia" (GERSÃO, 1996, p. 90).

A articulação entre memória e contexto histórico na obra de Gersão traz em si um olhar plenamente crítico à estrutura ditatorial que dominou a vida portuguesa dos anos 1930 aos 1970. O Estado Novo foi um regime autoritário e corporativista, que seguiu um modelo fascista, conhecido como salazarismo, o qual era contrário à ação dos partidos políticos e do parlamento, havendo uma plena concentração de poderes nas mãos do Presidente do Conselho de Ministros, cargo ocupado na maior parte da existência da ditadura por Antônio de Oliveira Salazar, apresentando em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, pelas iniciais – O. S. –. Tal regime se caracterizou por um controle da sociedade, por meio da censura, da repressão e da coerção das liberdades individuais. Os donos do poder "cedo se aperceberam da importância de disciplinar a circulação dos discursos, impondo a repressão, a apreensão e a censura" (SERRÃO; MARQUES, 1992, p. 439).

Teolinda Gersão demonstra que o Estado Novo transforma Portugal em um local infértil ao livre pensamento, construindo uma realidade caracterizada por desertos e silêncios. Nesse sentido, a terra se metamorfoseia num "espaço deserto e silencioso, de onde as coisas se tinham ausentado. Em tais condições, "lentamente as palavras tinham começado elas próprias a transformar-se em coisas", de modo que tudo o "que existia era apenas uma ridícula contrafação do mundo, um enorme deserto de palavras falsas". Assim, as vozes eram caladas, só restando o silenciamento ou uma versão — a governamental (GERSÃO, 1996, p. 20).

A ditadura é caracterizada também como um vazio de existências, no qual as pessoas ficam submetidas a uma verdadeira imersão no autoritarismo, com barreiras que parecem intransponíveis. Nessa linha, ela rememora das "coisas oscilando, vazias, soltas", havendo um "deserto de areia, o deserto da água, o mundo deserto, sem contato, sem mãos, sem braços, sem boca, o vazio, o vácuo", cercado por "muros de vidro, por detrás dos quais as pessoas se moviam, indiferentes umas às outras, distantes, não tocar o mundo, não tocar nenhum corpo" (GERSÃO, 1996, p. 34).

As estruturas coercitivas criadas e mantidas pelo Estado Novo aparecem naqueles fragmentos de memória expressos por Gersão como uma opressão labiríntica, da qual não parece ter uma saída. Assim, uma personagem é descrita como "confusa e dispersa, caminhando assim por entre vultos, como se tudo fosse ao mesmo tempo irreal e possível", num quadro que poderia se esperar "um qualquer milagre sem nome, porque nenhuma coisa tinha agora nome, era

tudo um magma, um mar, um labirinto branco, silencioso, onde o desejo se perdia, sem objeto, e se enovelava outra vez sobre si próprio". A autora se refere também a "uma rede em que ela estava prisioneira, e onde, a pouco e pouco, o ar faltava, como se andasse num labirinto de espelhos cegos, desesperadamente", procurando sem sucesso "uma imagem, um norte, um marco fixo, a partir do qual ordenar o espaço, à procura de luz, da saída" (GERSÃO, 1996, p. 42).

Ao longo do romance, Teolinda Gersão disseca cada uma das características do autoritarismo português, lembrando o quanto este cercava e cerceava as pessoas por todos os lados, deixando-as sem alternativas. Um dos pontos por ela destacados está ligado a uma verdadeira insegurança de parte dos portugueses até mesmo quanto à continuidade de suas vidas, ao enfatizar "o cheiro de pólvora subindo entre a folhagem úmida, as vozes gritam, inseguras contra o medo, são anos ou segundos, não há nenhum abrigo possível, é tudo apenas uma questão de sorte e de acaso". O desespero, a desesperança e o medo pela morte iminente são estampados pela escritora: "que a tua morte seja ao menos instantânea, fulminante, uma queda vertical no escuro, quanto tempo esperaste ainda pela morte, quanto tempo ainda, depois de cair por terra" (GERSÃO, 1996, p. 66).

A opressão do regime autoritário também figura entre os elementos relembrados por Gersão, ao apontar para uma verdadeira onipresença da ditadura, explicando que havia, "por detrás de tudo, cortando a alegria, cortando a vida, a mão de O. S., levantando-se acima de todas as coisas, fazendo parar o país, parar o tempo, retroceder séculos atrás". Enfatiza ainda que a manopla do

poder "parava o vento da mudança e espalhava a areia negra do medo, apertava em torno das casas a mordaça do silêncio, a sua mão castradora retirava do povo a força da revolta", de maneira que "as pessoas dormiam de olhos abertos, atravessando o tempo sem tocar-lhe" e cumpriam "automaticamente o dia-adia, repetitivas, sombras, gastando a vida em exercícios de resignação e obediência". O cerceamento é retratado como um instrumento de tortura pelo qual as pessoas tinham "os seus pés cortados e elas não tocavam mais o mundo", pois "toda a sua liberdade era aparente, e, o que quer que fizessem, não mudaria nunca coisa alguma" (GERSÃO, 1996, p. 89).

Aqueles que conseguem escapar da ditadura são também rememorados pela autora, que se refere aos tantos exilados políticos, descritos como homens que "partiram em segredo durante a noite, galgaram montes a pé, foram abatidos a tiro nas proximidades de fronteiras, rasgaram as mãos em pedras, dormiram ao relento, esconderam-se na terra", até que conseguissem encontrar "estradas e comboios, cidades baças de línguas estrangeiras". Ainda quanto aos exilados, descreve que eles "acumularam-se em quartos sem janelas, viveram clandestinos e cegos como toupeiras, morreram em emboscadas nas esquinas". Mas, acima de tudo, a autora reforça a imagem de que os emigrados políticos tinham perdido o próprio referencial de identidade nacional, uma vez que teriam perdido para o autoritarismo "a memória de uma pátria". Gersão aponta para aqueles que tiveram de abandonar a nação, deslocando-se para lugares distantes, e dos quais as notícias eram escassas, de modo que "uma cidade cabia numa carta, uma vida" (GERSÃO, 1996, p. 92 e 159).

Há também a menção àqueles que não conseguiram fugir à opressão, ou seja, os desaparecidos políticos, que se fazem presentes nas páginas de *Paisagem com mulher e mar ao fundo*. É o caso da referência de que "ninguém mais soubera onde ela estava, em que país, cidade, casa, prisão, barraca". A autora faz alusão ao desespero pela falta de informações de tais desaparecidos, surgindo a pergunta sobre onde eles estariam, uma vez que todos "contataram todas as embaixadas e puseram anúncios em todos os jornais, procuraram clandestinamente em meios clandestinos", entretanto, "ninguém soube nunca dizer nada, acontecia, responderam, todos os anos desapareciam pessoas" e "simplesmente e ninguém mais os encontrava, – varridos pelo vento" (GERSÃO, 1996, p. 160).

Outro ponto essencial do aparelho coercitivo da ditadura era a censura, e quanto a ela, Gersão reitera a onipresença do autoritarismo, pois "as cidades, os campos, as estradas, as pontes, pertenciam a O. S., nenhum lugar escapava à alçada da lei de O. S.". Um dos personagens era completamente boicotado pelo Estado, ceifado em seu direito de expressão, de maneira que "os seus projetos eram sempre liminarmente recusados, ou mutilados e tornados irreconhecíveis, os artigos que ele redigia febrilmente não saíam nunca nos jornais, os livros", pois "paravam no editores anos e acabavam por sair em tradução num país estrangeiro", lugar "onde talvez fizessem pouca falta" (GERSÃO, 1996, p. 102).

Mas Gersão não lembra apenas da censura governamental e faz referência também a uma autocensura, ou seja, o controle imposto no seio da própria sociedade, uma vez que a vigilância estatal era complementada por pessoas comuns, solidários ou colaboracionistas com o regime, gerando um ambiente de asfixiante desconfiança. Ela descreve que havia "sempre uma angústia espalhando-se, um sopro de ameaça, por detrás das coisas, a desconfiança por vezes instalando-se", com "notícias ditas a meia voz apenas, um controle tácito, uma autocensura que instintivamente impunham a tudo o que diziam, só entre os mais íntimos falavam livremente". De acordo com ela "havia sempre a sensação de que, contra tudo o que parecia verossímil, de repente um deles poderia traí-los, estavam atentos a todos os indícios", ou seja, "havia uma espécie de código subterrâneo, como uma corrente elétrica que passava entre eles e os avisava", já que "no fundo não se sabia nunca em quem verdadeiramente confiar, viver assim era uma navegação difícil, um perigoso caminho entre baixios" (GERSÃO, 1996, p. 98-99).

O Estado Novo tem na repressão um de seus mais importantes mecanismos de controle. A ideia da ditadura é a de gerar e difundir o medo, de modo que o cidadão não se sinta seguro em nenhum momento, pois sua vida se encontrava em risco. Nessa linha, Teolinda Gersão descreve: "batiam de noite à porta, arrancavam-nos da cama e levavam-nos em carros, algemados, alguns não voltariam nunca, seriam devorados pelo terror, pela solidão e pela sombra". Para ela, este terror de Estado além das vidas, ceifava das pessoas suas identidades, pois elas "perderiam a força, a memória, esqueceriam quem eram, deixariam apenas um nome, escrito com sangue na parede" (GERSÃO, 1996, p. 101).

Segundo a autora, o controle dos cidadãos e a coerção repressiva eram atitudes ditatoriais complementares, destacando a existência de um aparelho burocrático estatal que, em nome da onipresença do ditador, volta-se ao pleno cerceamento de qualquer forma de liberdade:

"À noite os funcionários de O. S. sentavam-se em cadeiras altas, debaixo de lâmpadas acesas, com livros e jornais abertos em cima de mesas ensebadas e um lápis azul em cada mão e começavam a cortar palavras, segundo instruções sempre novas de outros funcionários. Cortem todas as palavras suspeitas, ordenavam. Eles hesitavam, porque tudo lhes parecia suspeito, e não sabiam por onde começar. No início tinham riscado as palavras proibidas, liberdade amor esperança subversão beijo sexo povo, milhares de palavras proibidas, cuja lista publicaram em todos os jornais, afixaram em todos os lugares (...), em breve não haveria mais palavras disponíveis para dizer coisa alguma. Cortem todas as palavras (...)

... porque havia fórmulas para tudo, estereótipos para tudo, visados pela sua comissão, com o ferrete de O. S. marcado a tinta, havia normas bem visíveis em todos os lugares, para que em todas as horas por elas se guiassem, estavam em toda a parte e acompanhavam a vida inteira, do berço à sepultura, estavam em todas as ruas e entravam em todas as casas, nos anúncios, nos jornais, nos écrans da TV, estavam nos transportes, nas escolas, nas igrejas, nas mesas, nas camas, fórmulas pré-definidas de viver, fora das quais não se podia ousar movimento algum (...).

Eu reflito o povo, disse O. S. pela voz de todos eles. E àqueles que têm a ousadia de não se parecer com o reflexo, a imagem que eu proponho, corto-lhes a voz. (...)

Porque sempre a voz de O. S. se sobrepunha à sua, as mãos de O. S. tomavam conta dos seus atos, transformando-os em partes de si mesmo. Deste modo não existiam fatos, mas só versões de fatos, polarizadas sempre em favor de O. S. (...) só 'eles' falavam sempre, O. S. falava pela sua boca, as vozes cresciam de tom, subiam com mais força, uma tempestade vozes, como se cem locutores de rádio recitassem desencontradamente um turbilhão de frases feitas — o poder opressor das frases

feitas, passar incólume através das vozes, como através das balas saraivando, levantando os pés para não tropeçar nos cadáveres que se amontoam no chão" (GERSÃO, 1996, p. 110-111 e 128-129).

Ainda quanto às estruturas autoritárias do Estado Novo, o livro *Paisagem com mulher e mar ao fundo* denuncia outro lado cruel da ditadura, as torturas e os assassinatos, fatores que geravam uma supremacia do medo, a partir do terror de Estado. Gersão mostra com ironia as desculpas utilizadas pela ditadura para apresentar os assassinatos de natureza política, explicando: "mas 'eles' diriam que todos os dias havia no mundo milhares de mortes iguais, que não se podiam imputar a O. S." de maneira que, "da morte de todos os que não voltavam, de todas as mortes cometidas ilibariam sempre O. S.". A autora revela também os gritos presos nas gargantas de todos os que sofreram com aquele tipo de assassínio: "Ir ter com O. S. e gritar: Quero o homem que eu amei e quero o meu filho" (GERSÃO, 1996, p. 142 e 157).

Gersão explica também que o regime ditatorial havia gerado uma sociedade distorcida em meio à nação portuguesa, denunciando que "tudo foi envenenado, pervertido, desde a raiz das coisas", passando a existir "relações de domínio e valores de troca", com um "espaço asfixiado e egoísta de O. S.", no qual cresciam "indivíduos isolados uns contra os outros, em rivalidade e em ódio", havendo "a frustração, a insatisfação permanente". A autora mostra o quadro caótico criado pela ditadura, no qual as pessoas "corriam sem saber para onde, lutavam sem saber quem era o inimigo, queriam sempre coisas e alcançavam sempre mais coisas", entretanto encontravam-se sempre falhas quanto a seus

objetivos, "e por isso não paravam nunca de correr", ficando "absurdamente sozinhos e vazios, vivendo contra os outros, porque viviam também contra si próprios" (GERSÃO, 1996, p. 106-107).

A implacável onipresença do poder personificado na figura do ditador é outro aspecto do autoritarismo mostrado pela escritora. Ela reforça a ideia pela qual "O. S. defendia-se antes de tudo a si mesmo", em referência ao poder individual, já que "uma comunidade seria sempre uma ameaça contra ele e por isso era preciso impedir a sua formação a todo o custo". Segundo Gersão, o ditador "riscava o espaço da comunidade e as pessoas não se encontravam nunca, era um universo enclausurado e louco", gerando cidadãos isolados e cercados pelo poder. A autora destaca ainda que aquele líder onipresente "prometia cumular o indivíduo, distribuir por cada um o espaço da comunidade, mas era além do mais uma promessa falsa", uma vez tal "espaço era engolido finalmente por ele próprio", pois "O. S. estava em todos os lugares e todos se tornavam por isso mais desertos" (GERSÃO, 1996, p. 107).

Ao utilizar o recurso da ironia, Teolinda Gersão se refere também a uma pretensa infalibilidade atribuída ao ditador, que, segundo os donos do poder, estaria sempre pronto a atender o povo, gerando a afirmação de que, "enquanto Ele estiver no seu posto de guarda e de vigia, o país estará seguro e confiante, as crianças crescerão felizes", pois "Ele pensará em tudo". A utilização do "E" maiúsculo para se referir a Salazar, também é uma incursão irônica à forma quase santa que chegaram a buscar imputar à figura de tal líder. Nesse quadro, reiterando o tom irônico, Gersão faz menção a um possível monumento erguido

ao ditador, para logo em seguida revelar o despropósito de tão indigna homenagem. Assim, ela afirma que "num gesto de espontânea gratidão mandaram fazer um monumento", composto de "uma mulher segurando ao colo uma criança, e embaixo, no pedestal de pedra, uma legenda comovida e simples: 'A O. S., as mães agradecidas'"; mas reage, declarando que não deveria ser desse modo e sim "a estátua de um soldado morto, caindo por terra varado por mil balas, e embaixo, no pedestal de pedra, uma legenda comovida e simples: 'A O. S., as mães agradecidas'", com referência mais uma vez aos mortos na Guerra Colonial e mesmo aos perseguidos pela ditadura (GERSÃO,1996, p. 75).

A construção da imagem do *líder máximo* como convencionaram denominar os regimes totalitários e amplamente aplicável à Portugal salazarista é outro ponto aludido pela escritora, mostrando o absurdo da edificação daquela figura que beirava quase que uma espécie de santidade, conforme seus seguidores buscaram criar, como no caso do ambiente escolar:

"As carteiras alinhadas, diante do quadro preto, do crucifixo e do retrato de O. S. Rezar todas as manhãs por O. S. Rezar em coro a O. S. Enquanto todos reencontram a família, à noite, ele fica sozinho, trabalhando, velando sem dormir pelo seu povo. Graças a ele as pessoas vivem em segurança, defendidas da discórdia, da infelicidade e da guerra, libertas de todo o mal. Entre a ira de Deus e os ventos da História ele levanta-se como um anjo para proteger o seu povo. Ele é um rochedo de granito, uma fortaleza inexpugnável, contra a qual as ciladas do inimigo não terão jamais poder algum. Está sentado numa cadeira de ouro e não sai nunca porque todos os lugares do mundo estão nele, ele é o alfa e o ômega, o princípio e o fim. As setas venenosas embatem nele e quebram-se como vidro, ele é mais forte do que a

hidra, o tufão, o raio e o basilisco. Velai por ele, ó Deus, pois ele é a nossa segurança e a nossa força" (GERSÃO, 1996, p. 111-112).

Outro objetivo do Estado Novo era o de incutir sua ideologia ainda nas crianças, de modo a renovar constantemente o *status quo*, ou seja, a cada geração, se estabeleceria um trabalho de reconhecimento de que a única opção de existência era exatamente aquela imposta pelo regime. Para tanto, a educação seria uma estratégia fundamental, como na visão apresentada por uma personagem adepta do modelo ditatorial, segundo a qual, educar deveria equivaler a gravar "no espírito, desde a infância", pois ali "ficariam as palavras para sempre, e um dia não seria mais possível apagá-las", vindo elas a fazer "parte da pessoa". A pregação da ideologia autoritária pressupunha assim que "era necessário fornecer em tempo às crianças as palavras certas e livrá-las das falsas", para supostamente "preservá-las do mal a todo o custo", levando em conta que esse "mal" seria tudo aquilo que não concordava com o regime. O requinte da coerção educacional fica ainda mais reforçado: "educar era reprimir desde a infância, obrigar a controlar o instinto, em lugar do vírus da ousadia por no coração das crianças o vírus da ascese" (GERSÃO, 1996, p. 115-116 e 120).

"Deus, pátria e família", um slogan tão repetido em vários dos projetos e modelos autoritários na esfera mundial e também presentes no salazarismo é outro ponto destacado por Gersão, ao relembrar as tantas asserções impostas pela ditadura, como aquela pela qual todos deveriam "amar a pátria, respeitar a família, adorar a Deus, devemos dar a vida pela pátria, honrar a família,

respeitar a Deus", ou ainda que todos deveriam "deixar tudo para seguir a Deus, dar a vida pela família e sacrificar-nos pela pátria". Mais uma vez ela denuncia que o grande objetivo do autoritarismo era transformar tais impressões ideológicas em verdades absolutas, já que "um dia seria tudo natural, automático, as ideias viriam por si mesmas e pareceriam irrefutáveis" (GERSÃO, 1996, p. 121).

Ainda rememorando as construções ideológicas ditatoriais, a escritora apresenta a perspectiva pela qual os donos do poder buscaram estabelecer um regramento pelo qual a falta de liberdade acabasse por ser vista como algo "natural". Desse modo, explica que a ditatura pretendia mostrar que "a paz, a felicidade e a segurança era estar onde se estava", na tentativa de apresentar a ideia de uma "falta de significado na reivindicação da liberdade", pois teriam sido as "liberdades abolidas porque não eram boas", e em nome da "profunda felicidade do povo", em asserções repetidas "até a saturação e à náusea, como se tentassem convencer-se a si próprios, ou como se o recitativo de algum modo os tranquilizasse", selando "entre eles um pacto, uma qualquer profissão de fé" (GERSÃO, 1996, p. 126).

De acordo com Gersão, a ditadura criara uma associação entre a figura do líder totalitário, a vocação para o trabalho e o arquétipo religioso, atribuídos como inerentes ao caráter do povo português. Em referência à continuidade do trabalho como alternativa para o progresso pessoal e da nação, a autora lança mão de uma espécie de recordação oriunda da infância: "Se não fizeres depressa o bordado, o cuco vem e arranca-te os olhos, dizia, na infância, a sua mãe", pois

"a preguiça é sempre castigada, mais tarde ou mais cedo, repetiu em voz alta, traduzindo o cuco pela ideia mais vasta do destino". Nesse quadro, seria o ditador quem "dava razão e sentido à vida", pois seria ele "um homem perfeito e santo, como mandava a Igreja", de modo que "faz do trabalho uma oração" poderia ser uma frase a ser emoldurada e pendurada na parede, além de apontar-se o cidadão ideal como aquele que "pusera a sua vida ao serviço de Deus e de O. S.", de maneira a só assim atingir "um grau muito maior de perfeição" (GERSÃO, 1996, p. 115 e 117).

A presença da mulher tão constante em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, com suas tantas personagens femininas também reflete acerca das formas pela qual era observada a mulher a partir do olhar ditatorial. O Estado Novo manteve o primado da sociedade patriarcal e de todas as formas de submissão feminina, de modo que, segundo o regime, a mulher ideal seria aquela enclausurada no ambiente doméstico, exercendo o papel de mãe ou filha, ou seja, era aquela que "sempre se segurara a si própria, medira as palavras, o tom das palavras, o tamanho dos passos, a amplitude dos gestos, do mesmo modo que media com rigor a fundura do decote e a altura da saia". Assim para tal mulher, "saber controlar-se era a sua maior virtude", além de outras, como a de ser "perita em economia doméstica" e saber "governar uma casa", com "tudo sempre arrumado, limpo, devidamente poupado" (GERSÃO, 1996, p. 113).

Nessa linha, a ditadura via com maus olhos qualquer desvio de conduta em relação a esse modelo de mulher ideal, apontando para os possíveis riscos de qualquer manifestação em torno da emancipação feminina, considerada como inaceitável:

"Porque as coisas começavam a mudar, já não eram como antigamente, dizia sempre a mãe. Era verdade, sim, começava a grassar entre as pessoas uma espécie desenfreada de loucura, as mulheres queriam saber tanto como os homens, ser tanto como os homens, não admirava que eles não as amassem, elas competiam com eles, queriam roubar o seu lugar no mundo, as mães abandonavam os filhos, desertavam do seu posto, iam todos para a rua e não ficava ninguém em casa, as vítimas eram sempre as crianças, as mães tomavam contraceptivos para terem amantes livremente — a sabotagem à própria natureza, a desobediência à lei de Deus e da Igreja, até isso, oh Deus, até isso elas faziam, — a culpa do descalabro e do mal era toda das mulheres" (GERSÃO, 1996, p. 116).

Ainda com referência ao papel da mulher, Gersão lembrava todos os impeditivos, as tantas proibições e as fronteiras limitativas criadas pelo salazarismo em relação ao feminino. Havia assim para a mulher "a proibição de revoltar-se", sendo apontados "os livros permitidos e os livros proibidos, as ideias, desejos, sonhos, pensamentos permitidos" e "as ideias, desejos, sonhos, pensamentos proibidos", bem como "o imaginário que não se podia modificar nem por em causa". A mulher ideal seria aquela "sem desejo nem corpo, porque só ao homem pertencia o desejo e o corpo". A autora rememorava ainda a figura da mãe traçada pelo Estado Novo, ou seja, aquela que tinha "um perfil de sombra, transparente ao ponto de se tornar invisível, a casa perfeita, ordenada, silenciosa como se mantivesse no ar, suspensa" (GERSÃO, 1996, p. 133).

Outro contexto histórico inerente ao Estado Novo encontrado nas reflexões de Gersão em *Paisagem com mulher e mar ao fundo* está relacionado com a Guerra Colonial. Em pleno momento de descolonização afro-asiática, o salazarismo buscou manter as posses coloniais lusas no continente africano, havendo um enfrentamento bélico entre Portugal e suas colônias africanas (Angola, Moçambique e Guiné-Bissau) para a manutenção do império ultramarino. Tal luta tornou-se uma prioridade da ditadura e trouxe significativa perda de vidas para a nação lusa. O regime autoritário buscou nessa guerra uma forma de garantir sua continuidade, argumentando com a necessidade de retomada das "glórias do passado", como alardeava o governo. Era uma continuidade da "violência enquanto ação do Estado", tanto em relação aos povos africanos, quanto no que tange à convocação de soldados portugueses. Em meio à guerra colonial ficavam articuladas questões em torno dos "regimes de memória", envolvendo "a retórica do silêncio", a "singularidade nacional" e as "experiências da dominação colonial" (CORREIA, 2017, p. 81 e 96-97).

Quanto à Guerra Colonial, a autora lembra a quantidade de habitantes que partiam do país, tornando-se emigrantes, movidos pela busca de novas oportunidades, bem como por uma alternativa de vida não vinculada à coerção. Mas não deixa de apontar para aqueles que eram obrigados a sair de seus lares para ingressar numa conflito bélico que só interessava ao Estado. Nesse sentido, ela afirma que Portugal "é um país de onde os homens partiram, vão partindo

cada dia mais, a emigração e a guerra, as duas formas de ausência" (GERSÃO, 1996, p. 62).

Da mesma maneira que Gersão descontrói as tantas interfaces tradicionais que os portugueses têm com o mar, ela realiza processo semelhante em relação cais, secularmente visto como o local de onde embarcaram os antepassados em direção à expansão marítimo-comercial, os quais são recriados pela ditadura e transformados em heróis lendários e figuras sobrehumanas. Para ela, aquele local de partida traz consigo também o sentido da morte e das tantas famílias esfaceladas, como no caso dos soldados que se dirigiam para a Guerra Colonial, enfrentamento sobre a qual mal entendiam os motivos. Para tanto, ela relembra o "ódio ao cais, às despedidas lancinantes", perguntando o motivo de não se poder "gritar alto, assumir este cais e estas cenas", as quais "estão nas nossa vida desde há séculos, este cais de desastre, esta amargura", indicando que "é melhor assumi-lo até ao fundo e gritar com os outros de puro desespero, em vez de se iludir de falsa esperança" (GERSÃO, 1996, p. 65).

Revelando o entendimento de que a Guerra Colonial não levaria a lugar algum, a não ser a uma destruição ainda maior do povo luso, a escritora indica que não há justificativas para as guerras imperialistas, com falsas prerrogativas de superioridades geográficas ou raciais, com a manutenção de terras em ultramar, utilizadas pelo Estado Novo como uma das poucas alternativas para a ostentação do poder. Desse modo, ela descreve "a história secular do invasor e do invadido, o choque das culturas, o choque de corpos de pele diferente", no

qual "negros e brancos, defrontando-se, cruzando armas desiguais, cruzando seu sexo, homem branco e mulher negra, através da mulher penetrar a terra, dominar a terra vencida, marcá-la pelo sangue". Apontado para o processo de emancipações no continente africano, marcantes na segunda metade do século XX, Gersão explica "o fim do mito da supremacia branca", assim como destaca "a sabedoria milenar de outros povos, raças, continentes" a qual consegue agir, "sacudindo o invasor e reencontrando a sua própria identidade" (GERSÃO, 1996, p. 67).

A escolha dos soldados que deveriam morrer na Guerra Colonial, realizada ao bel-prazer da ditadura, era comparada pela autora a um jogo macabro de vida e morte. Nesse sentido, ela enfatiza um jogo diferente, do qual sairia um "número da morte", ou seja, o homem gritaria "do alto do tablado: os que tiverem este número são os que vão ser mortos", ou mesmo "anunciar ainda mais alto, por entre a música subindo: atenção agora, é uma jogada especial, as mães que tiverem este número são aquelas cujos filhos vão ser mortos" (GERSÃO, 1996, p. 72).

Havia também a analogia entre esta roleta lúgubre com um carrossel, no qual os jovens, ao invés de se divertirem, eram enviados para a morte. De acordo com tal perspectiva, retratando a escolha para os que partiam para a guerra, Gersão descreve "a tômbola" a "girar de repente na noite", a qual, "de súbito se transforma em carrossel, em grande roda iluminada" da qual "os filhos descem devagar de um outro continente até ao chão, segurando a espingarda e todos mortos". A falta de fundamentos da Guerra Colonial, só benéfica à

continuidade do Estado Novo também era destaca pela escritora, segundo a qual a ditadura só queria "dilatar o pé e o império impor o pé e a guerra procurar novos fundos devorar novos mundos escravizar outras gentes" (GERSÃO, 1996, p. 72 e 122).

A conjuntura histórica de desagregação da ditadura também está presente na obra de Teolinda Gersão. A Revolução dos Cravos, a 25 de abril de 1974, "derrubou uma das ditaduras mais duradouras da história do Ocidente", reflexo do próprio desgaste do regime e "dos limites e potenciais da modernização" característicos desta fase de transição (MARTINHO, 2017, p. 43-44). Com "a modernização da economia e da sociedade, a abertura ao exterior, através dos meios de comunicação" e do contato com o estrangeiro, desencadeou-se uma transformação "radical" em meio aos "valores" e aos "comportamentos dos portugueses". Diante do "universo das tradições rurais e do transcorrer 'habitual' da vida, paradigma moral do salazarismo, a geração portuguesa do desenvolvimento" passava "a descobrir o valor da liberdade, da diversidade de opções, do diálogo e da negociação como formas, também 'habituais', de viver pacificamente numa nova sociedade, livre e plural" (GÓMEZ, 2010, p. 89).

A autora traduz a redemocratização na retomada das falas por parte das pessoas em oposição ao silenciamento coercitivo da época ditatorial, em referência à volta da liberdade de expressão do pensamento, a qual fora arrancada pelo autoritarismo. Ela lembra da "azáfama nas casas, vozes, portas abrindo, passos desencontrados na escada, outra voz mais alta gritando",

surgindo uma circunstância em que "nada estava feito e era preciso lutar contra o tempo, descarregar de algum modo a tensão acumulada desde a véspera, desde muitas vésperas". Gersão explica o surgimento de um novo tempo, no qual "ninguém consegue abafar as vozes e a festa começa nesse primeiro instante de surpresa, a que se irão somar os restantes milagres do dia" (GERSÃO, 1996, p. 87).

Para apresentar o fim da ditadura, a escritora cria uma espécie de alegoria com um cortejo religioso, em clara menção à tradicional religiosidade do povo português, tão reforçada à época do Estado Novo. Aparece, assim, a procissão ao "Senhor do Mar", sendo tal figura santa a personificação do próprio salazarismo, em ironia ao intento governamental de estabelecer uma aura de santidade para o ditador. Salazar é visto como o "Senhor", no sentido do domínio absoluto que exercia em relação à sociedade. Já o "Mar" daquele senhorio era mais uma referência à perspectiva criada pela autora para desmitificar o propalado destino manifesto marítimo dos portugueses, outro ponto correspondente à edificação ideológica do Estado Novo. A metáfora se dá na queda da tal imagem santificada, que corresponde à derrubada do regime, originando, a partir daí, a verdadeira festa popular:

"... o Senhor do Mar é o Senhor da Morte e a sua ambição não tem limite, porque nos aniquilamentos ele impera e porque desistirmos de viver, ele se apodera da nossa força

mas há também a revolta acumulada, a voz que nenhum mar pode vencer, porque sempre de novo irrompe, tumultuosa, violenta, em puro desespero, do fundo de todas

as águas (...) muito tempo me enganaram com palavras falsas e eu fui um povo perdido pela noite, de mãos crispadas sacudindo as grades, a cabeça batendo contra as pedras, mas agora encontro a minha voz, o meu corpo, as minhas mãos o meu grito o meu ódio, e pelo menos isso, pelo menos isso me pertence, o direito de enfrentar-te e de medir contigo a minha força, (...)

"mas de repente, no extremo da falésia, a imagem cai, rasga-se o pano de cetim que reveste o andor, os homens surgem à luz do dia, exaustos, despindo as opas e os casacos e limpando às mangas o suor da cara (...) a música muda e há outra voz no altifalante.

é um milagre, diz o povo, e acorre, porque a festa se alterou e nada do que acontece era previsível, nos termos do programa, (...)

era a festa da morte, gritam, mas doravante é a festa da vida, ele caiu de seu trono e somo nós agora os senhores do mar e os senhores da terra, desvendamos o enigma e encontramos a saída do seu reino, não partiremos mais porque esta terra é nossa,

ele não tinha limite, e por isso o derrubamos, e doravante faremos nós a lei, está caído no chão (...)

deitam abaixo as tábuas da quermesse, colocam-no de pé em cima, despido e sem cabelo, e incendeiam-no, as chamas sobem alto, enquanto a música estala, os foguetes se soltam, mais altos do que a música, a alegria se solta e sobe pelo ar, as vozes, as lágrimas, as palavras, as mãos se soltam e as pessoas correm, confusas e doidas, sobre vinho derramado e pó e flores pisadas

e as crianças chegam correndo e veem, veem com grandes olhos deslumbrados, a terra dos homens em festa" (GERSÃO, 1996, p. 153-154).

As vozes da liberdade são destacadas por Gersão em seu papel para a queda da ditadura, buscando demonstrar que o regime já não mais conseguia se sustentar pela plena falta de legitimidade, tendo se mantido por tanto tempo

apenas por causa da coerção. Ela destaca que para aquele momento de liberdade "muitos deram a sua vida, a sua morte, é a sua força que se junta à nossa força", de modo que, a partir de "um gesto nosso O. S. cairá, como um rei de palha ou de algodão, porque ele não é, em si próprio, nada, vive apenas da força que lhe damos, da repressão, do medo". Enfatiza mais uma vez a força do povo, defendendo que era com ele que estava o poder e não com o ditador, pois, este "em si próprio não é nada, o poder está em nós, apenas não sabemos, ninguém o defenderá quando avançarmos, ele cairá com um sopro" (GERSÃO, 1996, p. 165-166).

Teolinda Gersão destaca fragmentos do cotidiano da Revolução dos Cravos, descrevendo o alvorecer da liberdade de expressão, quando "começam a ouvir-se na rádio as primeiras notícias, uma voz que jamais se ouviu rompendo a madrugada", em quadro pelo qual "as pessoas acordam, surpresas, estremunhadas, vêm às janelas, telefonam umas às outras, sem poder acreditar". Enfatiza também a retomada do direito de reunião, pois as pessoas passaram a se reunir "em grupos, na beira dos passeios, nas esquinas, nos cafés mais próximos", permanecendo "eletrizadas, suspensas, porque neste momento há um poder que cai e outro se levanta, e a vida e não chega para conter este instante". Mais uma vez ela se refere a uma verdadeira festa em homenagem à liberdade, destacando que "há uma música subindo, uma voz, uma canção, uma embriaguez de festa partilhada, de repente nada mais é igual ao que foi sempre", já que "a guerra acabou e as pessoas abraçam os soldados levando flores na mão" (GERSÃO, 1996, p. 166-167).

O encerramento da ditadura é também visto pela escritora como uma sociedade que se sobressaía ao terror da ditadura, voltando à superfície dos confins do autoritarismo, buscando a luz da liberdade e o reequilíbrio de seus fragmentos, esfaceladas que tinham sido as pessoas durante o regime de força. Gersão descreve "um povo de afogados voltando à superfície, arrastando-se dos confins do mar até à praia, de novo respirando", em um cenário pelo qual "a cada inspiração a certeza de estar vivo sentida com mais força, o sangue aquecendo sob o sol, o corpo recuperado e forte, caminhando". Ela se refere ainda a "um povo perdido pelo mundo reunindo os pedaços dispersos do seu corpo e voltando" a pisar "a terra abandonada e agora sua, finalmente sua, se a luta das suas mãos não afrouxar" (GERSÃO, 1996, p. 162 e 169).

Ainda a respeito da redemocratização, Teolinda Gersão lembra que tal processo precisaria caracterizar-se pela profundidade de ação, de modo que, além dos atos práticos, também seria necessária a retomada da liberdade no âmbito das mentes e espíritos, de maneira a evitar-se a todo o custo qualquer possiblidade de retorno da ditadura. Dessa forma, afirma que "não é só fora de nós que é preciso mudar o universo, é também dentro de nós", pois aí estaria "a tentação do caminho mais fácil, a voz da resignação, do desespero e da morte, e essa é também a voz de O. S., grito, não fiques do seu lado e volta" (GERSÃO, 1996, p. 195-196).

Dessa maneira, *Paisagem com mulher e mar ao fundo* constitui uma das importantes contribuições para formação literária portuguesa contemporânea. A autora, como intelectual atuante, sentiu de perto os efeitos da coerção

ditatorial e em sua obra aparecem plenamente inter-relacionadas a memória e a conjuntura histórica por ela vivenciada. Teolinda Gersão apresenta narrativa e personagens que refletem os efeitos — no espaço privado e público — promovidos pela repressão do Estado Novo, articulando-se assim a memória individual e a coletiva na expressão de tais vivências. O texto do livro é não-linear e fragmentado, reproduzindo a própria memória, embasada em lembranças e esquecimentos que, no caso humano se manifestam desordenadamente e de maneira fragmentária. Nesse sentido, a escritora destaca: "Não gosto das coisas arrumadas. Menos que tudo, gosto de arrumar-me a mim própria" (In: MEDINA, 1983, p.456).

Fica expressa em *Paisagem com mulher e mar ao fundo* a memória da nação lusa, represada e controlada por décadas pela ditadura. A própria autora, ainda na abertura do livro, afirma que boa parte do texto "não é meu", pois "de diversos modos foi dito, gritado, sonhado, vivido por muitas pessoas, e por isso o devolvo, apenas um pouco mais organizado debaixo desta capa de papel, a quem o reconheça como coisa sua". Já no que se refere ao convívio e à resistência quanto ao terror de Estado, Gersão se refere à memória e às continuidades históricas, destacando que em Portugal "cada geração tentava, falhava, perdia, ganhava, recomeçava uma tentativa de mudança", acontecendo isso "por vezes de uma maneira tão difusa, tão pouco consciente, os seus objetivos tão mal definidos e os esforços tão perdidos, como se fosse de cada vez uma batalha individual" (GERSÃO, 1996, p. 7 e 46).

A obra de Teolinda Gersão reflete a dor, a angústia e o desespero oriundos da sobrevivência sob um regime de força que aniquila qualquer possiblidade de liberdade individual. *Paisagem com mulher e mar ao fundo* é um livro datado e centrado geograficamente, ou seja, reflete a ditadura do Estado Novo, enraizada por décadas em Portugal, mas, ao mesmo tempo, tem um espectro cronológico e geográfico muito mais amplo, pois traduz os anseios de tantas sociedades e em tantos tempos diferentes, que se encontraram submetidas ao domínio contumaz do autoritarismo.

Uma das mais significativas reflexões demarcadas a partir da leitura de tal obra é a relevância dos testemunhos e rememorações acerca do Estado autoritário e a necessidade de evitar o esquecimento quanto ao seu conteúdo repressivo, uma vez que "a falta da memória seria da ordem do recalque, pronta para voltar a atormentar um tecido social mal estabilizado", o qual "acreditava poder fazer uma economia de sua relação com o passado" (ROBIN, 2016, p. 37). Dessa forma, a memória deve "manter o passado ativo no *presente*", de modo a "apresentar, expor o passado, seus fragmentos, ruínas e cicatrizes" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 57).

Ficam em pauta os "usos e abusos da memória, desde a memória *impedida* até a memória *obrigada*, passando pela memória *manipulada*" (RICOUER, 2012, p. 83). O Estado Novo português impediu, obrigou e manipulou memórias, coibindo e cerceando o direito de livre manifestação do pensamento. A redemocratização trouxe a retomada do direito de expressão, dando vazão à enorme carga de memórias reprimidas, em ampla oposição ao autoritarismo.

Nesse contexto está inserida a obra de Teolinda Gersão, escrita nos anos 1980, mas bastante contemporânea já no século XXI, ainda mais que recorrentemente voltam a se estabelecer rumores acerca de retornos a ditaduras. É a própria autora que faz referência às sequelas do regime autoritário e as tantas memórias perdidas, as quais devem ser recuperadas, sob o risco da repetição:

"... objetos em trânsito, de lugar para lugar, ama-os um pouco, direi ao meu filho, vieram de tão longe, mas é talvez inútil dizer-lhe, meu filho corre para frente sem memória e não estou certa de que a minha voz o atinja, porque há de repente uma quebra, uma interrupção no tempo, uma distância que a minha voz não consegue transpor" (GERSÃO, 1996, p. 24).

Com a redemocratização em Portugal abre-se um fundamental espaço para a realização de uma literatura renovada, emancipada das amarras do Estado Novo e Teolinda Gersão, com *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, tem um papel relevante nesse contexto. No livro, a memória transforma-se num agente eficaz para combater e denunciar as tantas mazelas que as décadas de ditatura infligiram à sociedade portuguesa, levando à reflexão sobre elas. A "paisagem" estática, controlada e coercitivamente imposta pelos poderosos dá lugar a uma nova, transformadora e em movimento, na qual a "mulher" pode emergir de um "mar" tenebroso e asfixiante da opressão, para finalmente poder respirar e nadar em direção à liberdade.

Referências bibliográficas:

BARROSO, Eloísa Pereira. História e literatura: um percurso metodológico no estudo da cidade. In: Miscelânea – Revista de literatura e vida social, v. 13, 2013, p. 57-75.

CANDIDO, Antônio. Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária. 8.ed. São Paulo: T. A. Queiroz Editora, 2000.

CORREIA, Silvia. Retórica de silêncio: memória política da Guerra Colonial Portuguesa. In: GONÇALVES, L. P.; PAREDES, M. M. (Orgs.). Depois dos Cravos: liberdades e independências. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2017. p. 81-99.

COSTA, Daniela Aparecida da. *Paisagem com mulher e mar ao fundo*, de Teolinda Gersão: uma construção narrativa em diálogo com outras linguagens. In: Miscelânea – Revista do Pós-Graduação em Letras da UNESP, v. 7, 2010, p. 181-198.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Editora 34, 2009.

GERSÃO, Teolinda. Paisagem com mulher e mar ao fundo. Lisboa: Dom Quixote, 1996.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES E LUCIANA COUTINHO GEPIAK

GOMES, Álvaro Cardoso. A voz itinerante: ensaio sobre o romance português contemporâneo. São Paulo: Editora da USP, 1993.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre. O Estado Novo de Salazar. Alfrigide: Texto Editores Ltda., 2010.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. A transição portuguesa: história e historiografia. In: GONÇALVES, L. P.; PAREDES, M. M. (Orgs.). Depois dos Cravos: liberdades e independências. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2017. p. 43-58.

MEDINA, Cremilda de Araújo. Viagem à literatura portuguesa contemporânea. Rio de Janeiro: Nórdica, 1983.

MOISÉS, Massaud. Dicionário de termos literários. 12.ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

OLIVEIRA, Mariana Marques de. Outro mar, outro *eu*. uma leitura sobre a natureza metafórica de *Paisagem com mulher e mar ao fundo*. In: Anuário de Literatura, v. 18, n. 2, 2013, p. 112-122.

REIS, Carlos. O conhecimento da literatura: introdução aos estudos literários. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

ROBIN, Régine. A memória saturada. Campinas: Editora da UNICAMP, 2016.

DOIS ESTUDOS SOBRE O ESTADO NOVO PORTUGUÊS: HISTÓRIA & LITERATURA

SELIGMANN-SILVA, Márcio. História, memória, literatura: o testemunho na en	ra
das catástrofes. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.	
O local da diferença: ensaios sobre memória, arte, literatura	e
tradução. São Paulo: Editora 34, 2005.	



A Coleção Documentos tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.



A **Coleção Documentos** tem por intento trazer ao público fontes manuscritas ou impressas, e ainda bibliográficas cujas edições estejam esgotadas ou se encontrem em difícil acesso. Seu fulcro são os documentos voltados à cultura em geral e, especificamente, aos fundamentos históricos e literários, com especial atenção às temáticas de cunho luso-brasileiro. Por meio desta Coleção, o CLEPUL e a Biblioteca Rio-Grandense unem forças para disponibilizar na rede mundial uma série de documentos que poderão fomentar pesquisas e/ou estimular a leitura de textos originais.









edicoesbibliotecariograndense.com



IBSN: 978-65-89557-95-1